

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANAÍZA DE CARVALHO DOMINGOS

**A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DO CALIFADO: O ESTADO
ISLÂMICO E SUAS BASES DE SUSTENTAÇÃO**

UBERLÂNDIA

2018

ANAÍZA DE CARVALHO DOMINGOS

**A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DO CALIFADO: O ESTADO
ISLÂMICO E SUAS BASES DE SUSTENTAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, área de concentração: Segurança Internacional.

Orientador: Professor Doutor Aureo de Toledo Gomes.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Aureo de Toledo Gomes
Orientador
Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

Professor Doutor Fernando Luz Brancoli
Instituto de Relações Internacionais e Defesa - UFRJ

Professor Doutor Flávio Pedroso Mendes
Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

UBERLÂNDIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

D671t Domingos, Anaíza de Carvalho, 1992-
2018 A tentativa de construção do califado : o estado islâmico e suas bases de sustentação / Anaíza de Carvalho Domingos. - 2018.
133 f. : il.

Orientador: Aureo de Toledo Gomes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.942>
Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais - Teses. 2. Segurança internacional - Teses. 3. IS (Organização) - Teses. 4. Terrorismo - Oriente Médio - Teses. I. Gomes, Aureo de Toledo. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Aos meus amados pais e ao meu querido irmão com todo amor que há nesta vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, imensamente, ao meu orientador, Prof. Aureo, pela paciência e pela compreensão que sempre teve comigo. Sem seus conselhos, sem sua leveza acadêmica e espiritual esta dissertação não teria se materializado.

Estou muito agradecida aos professores Fernando e Flávio por terem aceitado o convite de participarem da Banca Examinadora deste trabalho.

Aos meus pais, Fabiana e José Cecílio (*in memoriam*), por tudo. Minha mãe por ser uma *Jedi* e ter compartilhado sua força e sabedoria. Meu pai por ter deixado uma linda história que preenche meu presente. Amo vocês com todas as fibras do meu ser.

Ao meu irmão, Felipe, por ser um dos meus alicerces e me transmitir segurança e confiança. E também não posso deixar de agradecê-lo por ter colocado o lindo e doce Nicolas no mundo.

As minhas avós, Maria Aparecida e Nudeth, por todo o carinho e amor incondicional dedicados a mim.

Aos meus tios e tias, por terem sempre buscado estar próximos de mim e me fazerem acreditar no meu potencial. Em especial, meus tios Mac e Adib.

À Ana Maria, minha segunda mãe que cuidou de mim como uma filha. Te amo, Aninha.

As minhas queridíssimas primas, Laura, Luíza, Thaís e Lavínia, por terem colorido minha vida e me inflarem de amor.

As minhas amigas, Nanazinha, Thata, Bell, Maíla, Gabi, Juju, Flavi, Let, Paloma, e Luciana, por terem sido tão presentes e amorosas. Me sinto muito abençoada por ter cruzado o caminho de vocês. Obrigada por existirem. Vocês são deusas musas!

Aos meus amigos, Luís Márcio e Rafael, por serem incríveis e por terem feito minha vida mais leve.

Ao povo brasileiro, por ser tão lindo e batalhador. Sei que um dia todos iremos enxergar essa beleza.

A todos os meus professores e professoras que me emprestaram um pouco de si para que eu pudesse enxergar melhor o mundo: Camila Lima, Lara Martim, Marisa Amaral, Aureo Toledo, Flávio Pedroso, Erwin Pádua, Estéfani Martins, Bruno Cursino (*in memoriam*), Pedro Henrique, Leonardo Barbosa e José Rubens.

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar quais foram as bases materiais que sustentaram a ascensão e o domínio do autoproclamado Estado Islâmico (2010-2017). Para tanto, buscamos levantar algumas das contribuições da sociologia histórica sobre a formação dos primeiros Estados nacionais, bem como comparar esse processo com a formação dos modernos Estados do Oriente Médio (constituídos sob a égide da hegemonia europeia). Nosso intuito consiste em apresentar a relevância da articulação entre o capital e a coerção na estruturação das contemporâneas organizações políticas. Nesse sentido, argumentamos que as bases de sustentação que viabilizaram o domínio territorial dessa complexa organização consistiram na breve independência financeira alcançada pelo grupo e na aquisição dos meios coercitivos necessários para travar uma guerra de conquista.

Palavras-chave: Segurança Internacional; Estado Islâmico; Sociologia Histórica; Oriente Médio; Terrorismo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze which were the material and financial foundations that supported the rise and control of the self-proclaimed Islamic State (2010-2017). For that purpose, we focused on verifying how some historical social facts have contributed to the formation of the first national States, as well as comparing that with the formation of the modern Middle East States (established under aegis of the European hegemony). Our goal is presenting the relevance of the articulation between financial capital and coercion in the structuring of contemporary political organizations. On this regard, we argue the support basis that allowed the territorial domain of this complex organization allowed brief financial independence achieved by the group and the use of the necessary coercive means to fight a conquer war.

Keywords: International Security; Islamic State; Historic Sociology; Middle East; Terrorism.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - As dimensões institucionais da modernidade..... p. 37
- Figura 2** - Processos que fundamentaram a modernidade e a consolidação do Estado-nação..... p. 39
- Figura 3** - Estrutura administrativa do autoproclamado Estado Islâmico..... p. 93
- Figura 4** - Míssel PG-9 modificado para comportar um Model 2..... p. 106
- Figura 5** - Pontos estratégicos na produção e contrabando do petróleo..... p. 114
- Figura 6** - Ataques aéreos à infraestrutura de petróleo do EI no mês de fevereiro de 2016..... p. 116
- Figura 7** - Declínio do controle territorial do autoproclamado Estado Islâmico (2015-2018)..... p. 121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de cidades controladas pelo Estado Islâmico no Iraque e na Síria..... p. 89

Gráfico 2 - Níveis de violência no Iraque e na Síria..... p. 101

Gráfico 3 - Receitas do autoproclamado Estado Islâmico no ano de 2015 (total: US\$2,435 milhões)..... p. 111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1 Contribuições da sociologia histórica para a compreensão da formação dos primeiros Estados nacionais	19
1.1.1 A formação do Estado nacional à luz de Charles Tilly e Anthony Giddens	21
1.1.2 O capital e a coerção na trajetória dos Estados europeus	31
1.1.3 A modernidade e o Estado-nação aos olhos de Anthony Giddens	35
1.2 A expansão do sistema de Estados-nação no Oriente Médio.....	40
1.2.1 Os modernos contornos geopolíticos do Oriente Médio: formação e consolidação	44
1.2.2 O legado colonial, a Guerra Fria e a contemporaneidade	57
2. A ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO (2003-2014)	65
2.1 A trajetória de al-Zarqawi: o arquiteto do Estado Islâmico	67
2.2 Al-Baghdadi ascende a liderança da Al-Qaeda no Iraque e a transforma no Estado Islâmico.....	74
2.2.1 A Guerra Civil na Síria e a autoproclamação do Estado Islâmico	84
3. O ESTADO ISLÂMICO E SUAS BASES DE SUSTENTAÇÃO.....	91
3.1 A governança do Estado Islâmico: estrutura administrativa e programas sociais	92
3.1.1 A moderna e tecnológica campanha propagandista.....	97
3.2 Os meios coercitivos e o uso da violência pelo Estado Islâmico	99
3.3 Recursos financeiros: a independência econômica do Estado Islâmico	109

3.3.1 Recursos naturais e receitas cooptadas pelo Estado Islâmico referentes à 2015	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

INTRODUÇÃO

No dia 29 de junho de 2014, a comunidade internacional mostrou-se perplexa ao testemunhar a autoproclamação do Estado Islâmico (EI)¹. Até 2012, o grupo jihadista que viria a declarar a restauração do Califado era pouco conhecido e passava despercebido pelas lentes midiáticas, o que explica a surpresa dos especialistas em segurança internacional e das lideranças políticas ocidentais. No entanto, ao travar uma guerra convencional contra dois Estados (Iraque e Síria), conseguindo derrotar os respectivos exércitos nacionais e estabelecendo domínio sobre uma área equivalente ao território do Reino Unido, essa residida por cerca de oito milhões de pessoas, tal organização passou a ocupar espaço significativo no cenário internacional (COCKBURN, 2015, p.16).

Durante anos considerado apenas um braço da Al-Qaeda no Iraque, e quase extinto em 2010, o Estado Islâmico conseguiu ascender e alcançar seu principal propósito (mesmo que temporariamente), sobretudo devido a três variáveis. A primeira variável são os choques externos, que se resumem a décadas de imposições políticas, bem como intervenções ocidentais na região, especialmente a invasão ao Iraque pelos Estados Unidos em 2003.

Como consequência dessas ingerências internacionais, somadas aos problemas socioeconômicos e ao sectarismo local, o Iraque e a Síria mergulharam em guerra civil, constituindo, assim, a segunda variável: os vácuos de poder (gerados pelo desmantelamento dos governos de Saddam Hussein e de Bashar al-Assad²). E por fim, frente a esse cenário, a última variável: o pragmatismo organizacional, estratégico, militar, político e econômico da

¹ Optamos por utilizar o termo "Estado Islâmico" visto que foi o último nome adotado pela organização. Há outras expressões para denominá-lo em razão da sua história e da sua formação, como Estado Islâmico do Iraque, ou Estado Islâmico do Iraque e do Levante (os acrônimos em inglês são ISI, ISIS e ISIL, além de Daesh, que significa ISIS em árabe). Nossa escolha respalda-se na justificativa elaborada pela especialista em terrorismo, Loretta Naopoleoni, a qual alega que apesar da relutância de muitos políticos e analistas em usar a palavra "Estado", por receio de que as pessoas possam legitimá-lo como tal, a autora (2016, p.13) observa que "(...) a expressão Estado Islâmico transmite ao mundo uma mensagem muito mais realista do que os acrônimos ISIS ou ISIL. É uma mensagem que exprime a determinação do grupo em ser bem-sucedido na reedição do Califado (...). O uso menos preciso de acrônimos com fins antipropagandistas, por exemplo, para ocultar a verdadeira natureza do Estado Islâmico, não nos ajudará a enfrentar a ameaça atual. Ao contrário: é muito provável que, mais uma vez, isso nos impeça de desenvolver uma estratégia especial para levar a paz de uma vez por todas ao Oriente Médio."

² Os vácuos de poder consistem em espaços onde o poder central de alguma organização política não está sendo efetivo, ou não consegue operar. Esses espaços tornam-se desprovidos de autoridade legítima, gerando assim os vácuos de poder. Essa situação ocorre quando governos são derrubados, ou perdem grande capacidade de governar. Pode também acontecer devido à falta de competência na política-administrativa em certo local do território. O principal ponto sobre os vácuos de poder é a oportunidade que eles oferecem para grupos militantes ou partidos extremistas ascenderem ao poder. Em contextos de crise política e social, os discursos radicais se tornam sedutores para muitas pessoas, as quais acabam aderindo essas causas e ideologias.

organização. Em um contexto extremamente favorável para grupos jihadistas se expandirem, eis que emergiu "O Estado do Terror", assim classificado no subtítulo do livro redigido pela pesquisadora Jessica Stern junto ao analista J. M. Berger (KHATIB, 2015; BERGER, STERN, 2016; NAPOLEONI, 2016).

Lidar com um objeto de pesquisa contemporâneo e polêmico como o Estado Islâmico nos põe a frente de alguns estereótipos e rótulos propagados, principalmente pelos veículos midiáticos, por exemplo, como caracterizá-los como um grupo terrorista fanático religioso, trazendo a mensagem de que a violência seria intrínseca à religião do Islã. Essa tipificação não ilumina o referido objeto investigado e muito menos corresponde a sua real natureza. Em nosso entendimento, o Estado Islâmico configurou uma nova organização política, a qual teve raízes fertilizadas em um grupo terrorista mas que por meio de uma campanha militar eficiente e ofensiva conseguiu conquistar um território e nele estabelecer um poder central de governança, baseado na interpretação extremista da Sharia³.

A especialista em relações internacionais do Oriente Médio, Lina Khatib (2015, p.3) define o Estado Islâmico como um grupo jihadista híbrido. Esse hibridismo deu-se pela apropriação da ideologia do islã político da Al-Qaeda, implementada por meio do modelo de comando centralizado, como fez o grupo paramilitar Hezbollah, conciliado com algumas táticas de governança local praticadas pelo Talibã.

Sobre a questão do fundamentalismo islâmico, a rotulação derivada do discurso de ódio contra o Ocidente e contra os hereges (especialmente muçulmanos xiitas), é de extrema relevância ressaltar que, embora a ideologia desempenhe um papel importante na forma como o Estado Islâmico operou, os objetivos estratégicos da organização não foram impulsionados apenas por elas. Há, também, a influência do propósito de se adquirir capital, recursos e poder.

A perpetração do terror, como a decapitação filmada do jornalista James Foley em 2014, entre vários outros vídeos de alta produção distribuídos online, carregados de violência e brutalidade, devem ser compreendidos enquanto um meio de atingir objetivos políticos maiores. Atos e atentados terroristas são componentes do quadro de ação estratégicas do Estado Islâmico, e precisam, portanto, ser entendidos de acordo com sua natureza, isto é, como fenômenos sociais, permeados por causas e fins políticos (KHATIB, 2015; NASSER, 2017).

³ A Sharia corresponde ao código legislativo e moral que rege todos os aspectos da vida dos muçulmanos.

O professor e pesquisador Daniel Byman (2016) evidencia o uso instrumental que a ideologia tem para o Estado Islâmico, pois serviu como um instrumento de legitimidade tanto para atrair novos recrutas, como para viabilizar a construção de seu Estado. De forma sintética, o autor aponta o esforço da organização em consolidar seu modelo estatal por meio do monopólio da violência e coerção, da prestação de serviços públicos e do proselitismo.

Além disso, a busca pela expansão territorial por meio de guerras convencionais contra os Estados da Síria e do Iraque demonstra outro aspecto em estruturar um modelo estatal. Outra observação que ilumina nossa compreensão sobre o EI consiste em apontar as principais dinâmicas sociais exploradas pela organização para promover seu avanço e ampliar seu poder: a fomentação do conflito sectário, a exclusão sistemática de sunitas no Iraque, a guerra civil na Síria e a intimidação dos rivais (BYMAN, 2016; KHATIB, 2015).

Precisamos registrar também o fracasso da Guerra ao Terror decretada pelo presidente George W. Bush (2001-2009) e o efeito perverso desdobrado das políticas intrusivas do Ocidente impostas na história do Oriente Médio. A ascensão do Estado Islâmico não teria sido possível sem o desmantelamento do Estado iraquiano, promovido pela invasão das tropas norte-americanas em 2003, e sem a ingerência internacional no conflito sírio que forneceu o novo campo de batalha para a reorganização do grupo. Esses fatos correspondem a primeira variável supracitada, - os choques externos. Reconhecer que as potências econômicas do mundo possuem grande peso na balança que favoreceu a construção dessa nova organização política hostil é fundamental. O jornalista Patrick Cockburn (2015) aponta que:

O ISIS é filho da guerra. (...) Sua combinação tóxica, porém eficaz, de crenças religiosas extremas com capacidade militar é produto da guerra no Iraque desde a invasão norte-americana em 2003 e da guerra na Síria, desde 2011. (...) Foram os Estados Unidos, a Europa e seus aliados regionais na Turquia, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Emirados Árabes que criaram as condições para a ascensão do ISIS. Eles sustentaram um levante sunita na Síria, que se espalhou para o Iraque. Mantiveram a guerra na Síria, embora fosse óbvio, desde 2012, que Assad [presidente da Síria] não cairia (COCKBURN, 2015, p.49).

As condições materiais, políticas, econômicas e sociais foram assim justapostas de maneira ideal a favorecer a empreitada e o sucesso militar do Estado Islâmico. Desse modo, o grupo combinou o Islã político com a expertise militar para travar uma guerra de conquista contra as forças do Iraque, da Síria e dos curdos. Conseguiu dominar uma porção de território

desde a cidade de Aleppo, na Síria, até a província de Diyala, no Iraque. Em 2013, assumiu o controle de Raqqa (considerada a capital do EI), Fallujah (que fica a pouco mais de 60 quilômetros de distância de Bagdá), e derrotou, em 2014, o exército iraquiano, anexando Mossul (a segunda maior cidade do Iraque) ao seu domínio.

O ano de 2014 foi o ápice do autoproclamado Estado Islâmico. Desde então, a organização enfrentou diversos ataques e bombardeios aéreos, travou batalhas com outros grupos armados rebeldes, bem como grupos curdos, e com a coalizão internacional, entre outros em uma extensa lista de rivais. A expansão do grupo deu-se por meio da guerra tradicional, contudo, em meados de 2015, a organização jihadista já estava recuando para tática de guerrilhas. Segundo Khatib (2015, p.4), um ano após a proclamação do Califado, seus líderes estavam concentrados nas tensões internas e na tentativa de manter sua administração sobre diversas origens étnicas e nacionais.

Em julho de 2017, o exército iraquiano reconquistou Mossul⁴ e, após três meses, as Forças Democráticas na Síria, um grupo rebelde apoiado pelos Estados Unidos, tomou Raqqa, representando o fim do domínio territorial do Estado Islâmico. Atualmente, o grupo ocupa apenas uma pequena área no distrito de al-Qaim, no oeste do Iraque (BBC, 2018). Apesar de não ter conseguido consolidar o ambicioso projeto de retorno do Califado Islâmico, a organização liderada por Abu Bakr al-Baghdadi, se empenhou firmemente na tentativa de edificar um modelo estatal (KHATIB, 2015; BBC, 2016).

Para tanto, o complexo grupo jihadista buscou construir alicerces econômicos e políticos com o objetivo de implementar uma nova ordem política na região. O presente trabalho buscará responder a seguinte pergunta: Quais foram as bases materiais de sustentação que possibilitaram a ascensão do Estado Islâmico? Nossa hipótese é que o grupo lançou suas bases a partir da implementação de um modelo econômico autônomo, conciliado com a aquisição dos meios coercitivos necessários para suas conquistas territoriais e a manutenção do poder. Em outras palavras, o capital e a coerção fundamentaram as bases do EI em sua tentativa de construir seu próprio Estado.

Para corroborarmos tal hipótese, a primeira parte do nosso arcabouço teórico será desenhada pelas constatações feitas por dois sociólogos históricos, Charles Tilly (1996, 2002)

⁴ Em 2016, o Estado Islâmico já havia perdido 40% do território que conquistou (BBC, 2017).

e Anthony Giddens (1988, 2008), acerca da formação dos primeiros Estados nacionais europeus e da própria modernidade. A segunda parte trará aspectos fundamentais da formação dos Estados no Oriente Médio. Perceberemos a importância histórica da articulação entre capital e coerção no processo constitutivo dos aparelhos estatais, bem como as diferenças na formação dos Estados constituídos na Europa em relação aos Estados engendrados sob a égide da colonização e imperialismo europeu.

Tilly demonstra em sua consagrada obra "Coerção, Capital e Estados Europeus" como a distribuição e relação entre capital e coerção no interior de uma sociedade, articulados ao contexto das guerras, configurou a organização dos primeiros Estados nacionais e do sistema internacional. O autor também aponta que "o fato dos Estados europeus se terem formado de uma maneira determinada e em seguida terem imposto o seu poder ao resto do mundo garante que a experiência não-europeia será diferente"(TILLY, 1996, p.63).

A dinâmica internacional, estruturada a partir da hegemonia europeia, alterou, desse modo, as possibilidades e as condições para a constituição dos "novos" Estados. O colonialismo e os interesses geopolíticos das potências mundiais tiveram profundo impacto na formação dos Estados pós-coloniais. No caso do Oriente Médio, esse fato é crucial para entender a eclosão de movimentos sociais extremistas, como é o caso do fundamentalismo islâmico da Al-Qaeda, do Estado Islâmico, e de tantos outros grupos. É comum observar um olhar ocidental mistificado, que percebe o islamismo⁵ como um fenômeno primitivo, um resquício da barbárie de povos "não civilizados", quando verifica-se o contrário, que o islã político é fruto das próprias contradições da modernidade.

Até o século XVIII, o mundo muçulmano com seus gloriosos "impérios da pólvora"⁶ configurava sociedades avançadas em termos econômicos, militares, políticos, comerciais e culturais. No entanto, com a expansão do projeto universalista "civilizatório" da Europa, e a ascensão de suas potências por meio da colonização de várias regiões do globo, o mundo islâmico se viu, pela primeira vez na história, humilhado e subjugado. Desde então, essas

⁵ Quando utilizarmos os termos islamismo ou islã político não estaremos fazendo menção a religião muçulmana, mas sim ao movimento contemporâneo, o qual concebe o Islã como ideologia política.

⁶ Esses impérios foram: o Império Grão-Mongol (na Índia), o Império Otomano (ocupou grande parte do Oriente Médio, leste europeu e norte da África) e o Império Safávida (no Iraque e no Irã).

sociedades vivenciam constantes crises internas e guardam a esperança de restaurar a glória assim como o desenvolvimento que conquistaram por séculos.

A decadência dos povos muçulmanos desencadeou a ascensão de movimentos e levantes sociais da Arábia Saudita até à Índia, assim como no norte da África, os quais atribuíram essa situação à corrupção moral e ao descumprimento das leis estabelecidas pelo profeta Maomé, consubstanciadas no que se costuma designar como Sharia. Sendo assim, a solução consistia na purificação do mundo islâmico, de modo que as tradições e os ensinamentos do Islã poderiam conduzir as sociedades muçulmanas de volta para o "caminho" sagrado.

Nesse contexto, emergiu o mais radical e conhecido movimento fundamentalista chamado wahabismo⁷, o qual defende a aplicação rígida e conservadora do Islã pautada nas suas raízes originais, hostilizando todos os que não seguem essa visão fundamentalista. O wahabismo exerceu, e ainda possui, significativa influência no mundo islâmico, inspirando jihadistas militantes do Estado Islâmico e do Boko Haram, por exemplo (COCKBURN, 2015).

A maioria da bibliografia publicada, desde a autoproclamação do Estado Islâmico, aborda sobretudo a história recente do grupo e de seus principais líderes (estudos esses incorporados no nosso capítulo histórico), bem como a responsabilidade da comunidade internacional em fomentar as crises políticas e sociais dessa região. Por se tratar de um fenômeno social inusitado e bastante recente, textos acadêmicos, reportagens e livros sobre assunto trataram, principalmente, os aspectos organizacionais, as questões políticas contemporâneas (desencadeadas a partir de 2001), os objetivos e estratégias do grupo. De modo que as informações e o conhecimento produzido nos fornecem uma boa noção de como o Estado Islâmico formou-se e como atuou no território conquistado.

Nosso trabalho buscará assimilar os pontos fundamentais dessa bibliografia existente e analisar o EI sob a luz da sociologia histórica, isto é, respaldar nossa análise nos conceitos elaborados historicamente sobre os Estados e como eles se sustentam, para então analisarmos a tentativa do EI em forjar seu próprio modelo estatal. Acreditamos que trazer importantes

⁷ Fundado por Muhammad ibn Abd al-Wahhab (1703-1792), na península arábica, no século XVIII. Al-Wahhab fez uma aliança com Muhammad ibn al-Saud, um chefe tribal local, em que juntos iniciaram uma guerra santa submetendo áreas extensas da península, e pautados nas leituras essencialmente literais dos textos sagrados (por isso fundamentalistas, pela rigidez interpretativa), justificaram o assassinato em massa que cometeram contra os infiéis, todos aqueles que não seguem à risca o Alcorão, inclusive xiitas e sunitas que não aceitassem a versão wahabista. Al-Wahhab e al-Saud conquistaram extensas áreas que, posteriormente, transformou-se no Estado da Arábia Saudita, considerado o maior financiador da expansão do wahabismo (COCKBURN, 2015).

conceitos da ciência política para esse tema será a principal contribuição e o diferencial do presente estudo.

Sendo assim, organizaremos nosso trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo constituirá nosso arcabouço analítico com as importantes contribuições supracitadas de autores da sociologia histórica. Para vislumbrarmos os desdobramentos das relações de poder no Oriente Médio contemporâneo, utilizaremos o livro "O Oriente Médio nas Relações Internacionais" do autor Fred Halliday (2005).

No segundo capítulo traçaremos a árvore genealógica do Estado Islâmico. O recorte temporal foi feito a partir do ano de 2003, com a invasão dos Estados Unidos no Iraque e a trajetória jihadista de Abu Musab al-Zarqawi, até o ano de 2014, com a proclamação do EI, pelo seu autointitulado califa, Abu Bakr al-Baghdadi. Nessa seção procuraremos compreender quais foram as dinâmicas sociais que possibilitaram a ascensão do EI, e as estratégias implementadas por al-Zarqawi e al-Baghdadi na construção dessa nova organização política.

Por fim, no último capítulo analisaremos as bases que sustentaram o Estado Islâmico. Identificaremos como o grupo organizou as questões administrativas em seu curto governo, como monopolizou os meios de coerção sobre o território dominado e, simultaneamente, adquiriu sua independência financeira. É evidente que o modelo estatal esboçado pelo EI, muitas vezes classificado como um quase-Estado patrocinador do terrorismo ou proto-Estado (BYMAN, 2016, p. 144), nos traz dificuldades analíticas por seu grau de singularidade.

Devido a esses dilemas, tecer uma análise sobre o objetivo primordial do Estado Islâmico - construção e consolidação do Califado, enquanto um legítimo modelo estatal - sob o prisma de teorias consagradas na ciência política e nas Relações Internacionais trará importantes constatações sobre essa organização. Demonstrar como ocorreu a articulação entre o capital angariado pelo grupo, concomitante, a uma governança autoritária que utiliza do terror político para manter a população sob a égide de seu poder, iluminará parte dos dilemas analíticos que se desdobram desse fenômeno social, o autoproclamado Estado Islâmico.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo desenharemos o arcabouço analítico para, posteriormente, elucidar como o autoproclamado Estado Islâmico foi capaz de manipular dois importantes fatores - autocapitalização e o monopólio da coerção - para sustentar sua autoridade política sobre o território declarado em 2014 como o novo Califado. Nessa seção serão levantadas importantes reflexões sobre como os Estados nacionais contemporâneos foram moldados frente às guerras e estruturados internamente de acordo com a articulação entre capital e coerção, evidenciando assim a influência histórica desses componentes.

Constar que os Estados foram constituídos sob a égide da violência e do poder nos ajudará a compreender que a partir desses elementos tão presentes na modernidade, o Estado Islâmico conseguiu, mesmo que por um curto período de tempo, forjar suas bases de sustentação. Trazer traços importantes do pensamento clássico da sociologia histórica nos mostrará a presença dos meios coercitivos e do capital na estruturação dos poderes estatais. Nosso objetivo não consiste em traçar paralelos entre realidades sociopolíticas tão distintas, muito menos afirmar que o autoproclamado Estado Islâmico é de fato um Estado soberano em construção.

Nossa proposta para esta seção consiste em levantar quais foram os elementos primordiais na formação dos primeiros Estados nacionais e depois visualizar o processo de constituição dos Estados no Oriente Médio. Iremos perceber que a expansão do sistema europeu de Estado-nação para todas regiões do globo, após o fim da Segunda Grande Guerra (1939-1945), culminou na transformação de dezenas de colônias em "novos" Estados formalmente independentes.

Nos primeiros anos dessa esteira de independências, havia certa ilusão permeando o meio político e acadêmico sobre a emergência dos então recém-formados Estados. Muitos defendiam a quimera de que essas novas entidades políticas percorreriam a mesma trajetória dos Estados europeus e assim atingiriam os mesmos padrões institucionais, políticos e socioeconômicos dos países centrais.

Ao olharmos o mundo contemporâneo e seus profundos desníveis entre as centenas de Estados, torna-se claro que a experiência europeia não foi e não será repetida. Como Charles Tilly (1996, p.63) nos aponta "o fato de os Estados europeus se terem formado de uma maneira

determinada e em seguida imposto o seu poder ao resto do mundo garante que a experiência não europeia será diferente".

Desse modo, procuraremos na literatura sobre a formação dos Estados do chamado Terceiro Mundo os elementos centrais dos "novos" Estados para que possamos compreender por quais razões eles são constantemente denominados como Estados fracos, instáveis, falidos ou frágeis, e portanto potenciais perturbadores da ordem e da paz internacional. Perceberemos duas importantes relações: i) como esse tipo de discurso legitima as ingerências ocidentais nesses países tidos como "incompetentes" e, ii) a relação entre os contemporâneos problemas estruturais enfrentados por essas sociedades "falidas" com a colonização perpetrada pelos Estados ocidentais.

1.1 Contribuições da sociologia histórica para a compreensão da formação dos primeiros Estados nacionais

Iniciar as reflexões desse trabalho com o aporte de teóricos da sociologia histórica justifica-se por esses autores terem percebido, nas décadas de 1970 e 1980, a insuficiência de teorias e métodos ahistóricos para explicarem a realidade dos países do Terceiro Mundo naquele momento. As diretrizes estabelecidas pelas teorias da modernização⁸ falharam em promover o desenvolvimento dos países periféricos, e os estudos que realmente explicaram a incapacidade desses modelos previstos respaldavam-se na história comparada. Por meio de estudos históricos comparativos atestaram que "o fato de o desenvolvimento capitalista ter ocorrido anteriormente na Europa havia alterado as possibilidades do desenvolvimento capitalista em outras regiões" (TILLY, 1996, p.16).

Nesse sentido, as teorias da sociologia histórica rejeitam qualquer linearidade ou esquemas de etapas universais do desenvolvimento social. Charles Tilly, um expoente e um dos precursores responsável pelo renascimento dessa literatura nos Estados Unidos⁹, produziu obras

⁸ Grosso modo, os estudos da modernização, em geral, entendem o processo de desenvolvimento dos Estados e da modernização econômica como uma sucessão de etapas. A partir do momento que atores estatais e agentes econômicos seguissem corretamente as etapas do processo acabariam atingindo as metas do desenvolvimento.

⁹ Esse renascimento da sociologia histórica estava ocorrendo nos Estados Unidos, lugar em que os estudos sociológicos encontravam-se, na década de 1960, circunscritos em torno do funcionalismo estrutural. Segundo Karl Monsma, a sociologia na América Latina nunca se tornou tão ahistórica como nos Estados Unidos (TILLY, 1996).

firmemente enraizadas no tempo e no espaço, demonstrando assim a importância da conexão entre a história e a sociologia. Na década de 1980, os sociólogos históricos conseguiram constituir seu subcampo¹⁰ e além - transformaram a sociologia norte-americana. As pesquisas sobre Estados, revoluções, desenvolvimento econômico, movimentos sociais foram profundamente impactados e reformulados pela lente destes sociólogos (TILLY, 1996).

Nos estudos sobre o contemporâneo Estado-nação e a modernidade, destacou-se Anthony Giddens, reconhecido por sua excelência em compor obras capazes de combinar teoria social, história e política (GIDDENS, 2008). Iremos levantar algumas contribuições de Tilly e Giddens para compor nosso arcabouço teórico, no intuito de visualizarmos os principais elementos históricos que formaram o Estado nacional e seus importantes desdobramentos na moderna organização política mundial.

Portanto, para analisar quais foram as bases e os fundamentos políticos manipulados pelo autoproclamado Estado Islâmico recorreremos à estes sociólogos com o objetivo de perceber as macroestruturas históricas que precedem sua ascensão. Para Tilly dois grandes processos (intimamente conectados) moldaram pilares importantes da estrutura do sistema internacional durante os séculos XVIII e XIX: o desenvolvimento do capitalismo e a formação do Estado nacional. As circunstâncias históricas de um dado momento (mesmo que breve) e o espaço social, político, cultural e econômico importam e moldam (juntamente com os processos condicionantes) os fatos sociais.

Como bem coloca Karl Monsma na apresentação do livro de Tilly (1996, p.16) essa importância do tempo e do espaço "significa relacionar fenômenos sociológicos específicos com processos concretos de mudança social em grande escala". Esse raciocínio será o fio condutor das linhas que desenharão nosso arcabouço teórico, de modo que buscaremos primeiro expor o processo condicionante (de escala mundial) que foi a formação e consolidação do Estado nacional, e posteriormente elucidar os fenômenos sociológicos particulares do Oriente Médio e suas estruturas políticas.

¹⁰ Ao se estabelecer como um novo subcampo, a sociologia histórica alcançou conquistas institucionais como a criação de grupo de trabalho na Associação Sociológica Americana, a introdução de novas matérias da especialidade gerando assim oportunidades e vagas nas universidades para seus propositores, dentre outras formas de alavancar as pesquisas da área e seus pesquisadores.

1.1.1 A formação do Estado nacional à luz de Charles Tilly e Anthony Giddens

Pensar as sociedades modernas e seus alicerces sem refletir e mencionar a violência e a guerra consiste no ato de vendar os olhos para esses elementos definidores de importantes contornos da história e dos povos. Sempre presentes no percurso da humanidade e no entanto, ambas têm sido negligenciadas por boa parte das teorias sociais¹¹. Segundo Giddens:

Ao abrir qualquer texto de sociologia, o leitor encontrará discussões sobre a maioria das instituições modernas: família, classe, desvio, etc. Mas dificilmente esse leitor encontrará qualquer discussão sobre as instituições militares, ou sobre o impacto da violência militar e da guerra sobre a sociedade moderna. (...) vivendo no século XX, quem poderia, por um momento, negar o enorme impacto que o poder militar, a preparação para a guerra, e a guerra ela própria, tem tido sobre o mundo social? (GIDDENS, 2008, p. 47)

Guiados por essa crítica, iremos abordar neste tópico o principal formato político que moldou as sociedades contemporâneas, o Estado-nação. Nosso objetivo é visualizar o processo de formação dos primeiros Estados nacionais na Europa, para que assim possamos perceber o impacto da guerra sobre o mundo social e tecer as relações entre a violência coletiva e o poder do Estado-nação.

Para tanto, recorreremos aos estudos de Anthony Giddens (2008) e Charles Tilly (1996; 2002). Os dois autores concebem o Estado-nação como uma organização política. Tilly nos traz a seguinte definição a respeito do termo “Estados”:

Definamos os Estados como aquelas organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios. O termo abrange, portanto, as cidades-estado, os impérios, as teocracias e muitas outras formas de governo, mas exclui como tais as tribos, as linhagens, as firmas e as igrejas (TILLY, 1996, p.46).

¹¹ Houve um grupo de intelectuais alemães, no século XIX, que estudaram a relação entre o poder e a violência no processo de criação do Estado-nação. Essa corrente ficou conhecida como a tradição militarista germânica do pensamento social e seus méritos científicos foram descartados devido à associação dessas teorias com posições políticas como o social darwinismo, o racismo e posteriormente o fascismo. Essa tradição, conhecida também como belicosa, foi considerada como um dos aportes ideológicos em que se respaldaram as ações expansionistas da Alemanha nas duas grandes guerras. Assim, essas teorias militaristas foram largamente rejeitadas e consideradas como uma linha de pensamento inadmissível do ponto de vista ético (MANN, 2006; MALESEVIC, 2006).

Segundo o sociólogo já existiram diversos formatos de “Estados” (considerados mais tradicionais e antigos) que se diferenciam dos Estados nacionais¹². Conforme sua perspectiva os segundos se diferem dos primeiros, pois são "organizações relativamente centralizadas, diferenciadas e autônomas que reclamavam prioridade no uso da força dentro de territórios amplos, contíguos e claramente circunscritos" (TILLY, 1996, p.94).

Essa diferenciação direciona nosso pensamento na seguinte linha: durante séculos, coexistiram vários tipos de organização política (impérios, sistemas de soberania fragmentada, dentre outros) que correspondiam de forma eficiente aos imperativos da vida política de seus respectivos tempos históricos. Nesse sentido devemos procurar entender por que uma determinada estrutura política, o Estado nacional, com um formato bastante próprio, obteve êxito quando outros falharam.

Em sua consagrada obra "Coerção, Capital e os Estados Europeus", Charles Tilly nos traz uma explicação consistente sobre o porquê do Estado nacional ter prevalecido dentre tantas outras estruturas políticas vigentes na Europa desde o ano 990 d.C. A singularidade dessa pesquisa está na sua abordagem prospectiva de mil anos da história europeia. Tilly (1996, p. 84) alegou ter abandonado os caminhos seguros da academia que procuraram identificar as raízes dos Estados nacionais e ignoraram os diversos Estados que desapareceram durante sua ascensão. Essa perspectiva analítica constatou que os Estados europeus iniciais eram muito variados e diferentes entre si, e muito mais numerosos do que os atuais.

Grande parte das teorias que buscaram dar conta do processo de formação dos Estados nacionais ignoraram os vários tipos de arranjos organizacionais que o precederam. Ao realizar

¹² Charles Tilly (1996, p. 47) diferencia também os "Estados nacionais" dos "Estados-nação", de acordo com a intensidade da identidade linguística, religiosa e simbólica dos países em questão. Isto é, são classificados como Estados-nação a Suécia e a Irlanda por terem uma forte homogeneidade nas questões culturais e identidade de seus respectivos povos. Nesse sentido Grã-Bretanha, Alemanha, França, União Soviética não poderiam ser considerados como Estados-nação devido a multiplicidade cultural que compõe suas populações. Vale destacar que a temática à respeito de "nação" e "nacionalismo" é bastante controversa. Sob a ótica robusta de Hobsbawm (1990) o estabelecimento de critérios objetivos e simples como a língua, etnia, traços culturais para definir a existência de nações é insuficiente e falho. Segundo o autor, as teorias que se pautaram nesses elementos falharam em explicar a origem das nações. Para Hobsbawm (1990, p. 19) "A 'nação' pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o 'Estado-nação'; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. (...) o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formaram os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto". Portanto, para o historiador britânico a nação é uma construção moderna, desenvolvida pelos Estados nacionais (e não o contrário).

sua pesquisa Tilly (1996, p. 51-61) dividiu essas teorias em quatro modelos básicos: o modelo estatista; as análises geopolíticas; as análises segundo o modo de produção; e as análises pelo sistema mundo. Segundo o autor nenhuma dessas explicações forneceram respostas plenamente satisfatórias e coerentes com a história europeia. Tais concepções oscilam entre o determinismo econômico até a total autonomia da política, e também variam quanto ao peso do sistema internacional em relação às questões internas.

De acordo com Tilly, o modelo estatista e as análises geopolíticas enfatizaram a importância dos fatores internacionais no processo de formação dos Estados, enquanto as análises segundo o modo de produção e do sistema mundo pautaram-se na relevância das mudanças e na dinâmica econômica. Ao mencionar as limitações dos quatro modelos teóricos, Charles Tilly nos apresenta uma nova resposta à problemática da formação e da variedade dos primeiros Estados nacionais. Segundo o autor esse processo constitutivo se deu a partir "das combinações continuamente variáveis de concentração do capital, concentração da coerção, preparação da guerra e posição dentro do sistema internacional" (TILLY, 1996, p. 61).

Percebemos então que a análise de Tilly constata a interação de quatro elementos no processo de formação dos Estados nacionais: a variação nas concentrações de *capital* e de *coerção* no interior de cada região, a atividade da *guerra* como propulsora no desenvolvimento do aparato estatal e a *posição* de cada país em relação aos seus adversários no sistema internacional.

O principal motivo de ter se imposto enquanto forma de organização política foi pelo êxito que o Estado nacional teve em relação aos outros formatos, em executar e ganhar guerras (TILLY, 1996). Giddens e Tilly concordam que os primeiros Estados-nação foram constituídos mediante "Inúmeras batalhas e guerras, crescentes em tamanho e destruição (...)" (GIDDENS, 2008, p.128). Nesse cenário constantemente permeado por conflitos bélicos quase todas as unidades políticas existentes por volta do ano de 1500 desapareceram nos séculos seguintes, sendo absorvidas por outros Estados em formação.

Um dos pontos mais relevantes nos estudos de Tilly consiste em chamar a atenção para o fato de que os Estados nacionais não são frutos de um projeto bem definido, isto é, não foram deliberadamente planejados. Os principais componentes dos Estados nacionais (administração centralizada, monopólio da coerção, tesouro nacional, tribunais) foram constituídos como "produtos secundários involuntários dos esforços para cumprir as tarefas mais imediatas, especialmente a criação e manutenção das forças armadas" (TILLY, 1996, p. 75).

Os governantes europeus (reis, nobres, aristocratas) buscavam ampliar seus respectivos poderes, recursos e territórios, ou aqueles que não possuíam capacidade para custear as incursões militares expansivas tinham ao menos que tentar resistir e manter sua faixa de controle. Dessa forma, impulsionados por suas ambições particulares os governantes tinham como necessidade constante acumular os meios de coerção para travarem as guerras, adquirir recursos financeiros (para comprar esses meios coercitivos e se manterem) e precisavam também de recursos humanos (soldados) (TILLY, 1996; TILLY, 2002).

Para fazerem guerras mais efetivas os detentores do poder buscaram mais capital. A curto prazo, conseguiam ter acesso aos recursos financeiros por meio das conquistas imediatas, pela venda de ativos, extorsões, dentre outras atividades. Mas, conforme as inovações tecnológicas militares juntamente com a concorrência internacional ampliavam-se as formas correntes de aquisição de capital se tornaram insuficientes para manter os altos custos da guerra. Assim, os governantes tiveram que elaborar um sistema que proporcionassem o acesso regular aos capitalistas responsáveis pelo fornecimento de crédito, e impor mecanismos regulares de tributação sobre todas as pessoas e atividades dentro de suas esferas de controle (TILLY, 2002).

As dificuldades enfrentadas na coleta de impostos, as escolhas sobre qual tipo de forças armadas financiar, as guerras travadas tanto para expandir quanto para conter concorrentes determinaram as variações e as diferenças no formato dos Estados europeus. Segundo Tilly (2002, p.172), essas questões começaram a partir do momento que os governantes empenharam esforços em monopolizar os meios de violência dentro de um território delimitado.

Os Tudors (1485-1603), por exemplo, promoveram a desmilitarização dos senhores feudais e concretizaram o monopólio da violência nos relativos limites do que viria a ser a Inglaterra. Na França, Richelieu deu início ao grande desarmamento na década de 1620. Sobre o caso francês, Anthony Giddens caracteriza esse período como a ascensão do modelo absolutista¹³ e cita o reinado de Luís XIV (1643-1715) como exemplo do Estado absolutista

¹³ Giddens (2008, p.128) diferencia Estados tradicionais dos Estados modernos (ou Estado-nação) e estabelece também uma caracterização para os Estados absolutistas. Segundo o autor houve significativas mudanças na estrutura dos Estados absolutistas em relação aos tradicionais, mas essa estrutura modificada ainda estava distante daquela que viria a ser dos Estados-nação.

mais suntuoso da Europa. Ele atesta que as políticas de Jean Colbert¹⁴ nessa época consolidava a tentativa de coordenação e centralização do poder do Estado:

As políticas de Colbert eram ativas e deliberadamente orientadas na direção da consolidação da burocracia (...). Começando com uma tentativa de racionalizar a taxaço, e centralizar a coleta de impostos, Colbert ajudou a construir um sistema hierárquico de administração, coordenando funcionários centrais e locais a um grau muito maior do que tinha sido anteriormente. Os *intendants* eram originalmente enviados para conduzir pesquisas sobre emprego efetivo de recursos fiscais, relatando os resultados de modo a reformá-los. Porém, eles permaneceram nas províncias, enviando relatórios regulares, e tornando-se efetivamente administradores residentes, diretamente responsáveis pela Coroa (GIDDENS, 2008, p.121).

Giddens delineou a "era do absolutismo" (século XVI-XVIII) como um período em que podemos ressaltar três elementos principais sobre a organização interna dos Estados absolutistas: i) a centralização e a expansão do poder administrativo; ii) o desenvolvimento de novos mecanismos de leis; e iii) alterações nos modos de gerenciamento fiscal. O autor reconhece que essas mudanças foram importantes para iniciar a trajetória que os Estados europeus tomariam até a consolidação do sistema Estado-nação. No entanto, ele afirma que os processos externos, sobretudo, a Paz de Vestfália e o reconhecimento da autoridade estatal territorial em nível internacional, constituíram as transformações mais decisivas e importantes naquele momento.

De fato, essas modificações externas alavancaram novos conceitos filosóficos responsáveis por monitorar e (re)produzir o novo sistema social. Nessa lógica, eis o conceito de soberania e sua progressiva modelagem. Antes de Jean Bodin o termo "soberano" consistia em um adjetivo aplicado a qualquer indivíduo de posição. O jurista francês reformulou esse significado e afirmou a necessidade de haver apenas um soberano, reconhecidamente, como o governante. Giddens (2008, p.120) destacou que ao defender essa posição, Bodin não estava apenas "afirmando a autoridade transcendente de um monarca individual, ele estava descrevendo e defendendo um sistema coordenado de governo administrativo".

¹⁴ Jean Colbert tornou-se ministro de Estado de Luís XIV em 1661 e acelerou o desenvolvimento de diversas áreas na França (finanças, infraestrutura, comércio, arte, dentre outras).

A ideia de soberania passou a ser o princípio ordenador das comunidades políticas. É substancial compreender que a soberania incorporou a autoridade administrativa do soberano em um território delimitado por fronteiras em que a população localizada nesse local, encontrava-se sob a jurisdição e proteção de seu respectivo Estado. Além de ter incorporado essa magnitude de cunho interno era necessário que todo esse aparato viesse a ser mutuamente reconhecido por outros soberanos, de tal forma que a soberania transborda e se consagra no sistema internacional.

Essa consagração ocorreu de maneira progressiva, conferindo legitimidade às novas organizações políticas e, principalmente, impulsionando a integração interestatal (GIDDENS, 2008). É nesse sentido que Tilly (1996) aponta como um dos quatro elementos na formação dos Estados nacionais a posição de cada Estado no sistema internacional. Ele afirma que "os Estados formam sistemas à proporção que interagem entre si, e na medida em que a sua interação afeta significativamente o destino de cada parceiro" (TILLY, 1996, p.49). Por exemplo, de 1066 a 1815, o Estado inglês teve seus planos formatados pelas grandes guerras com os monarcas franceses, que impediram os ingleses de submeterem a Escócia e Irlanda ao domínio da Inglaterra.

A dimensão dos conflitos bélicos e o desempenho de cada Estado na atividade da guerra moldaram seus respectivos formatos. No século XV, a invenção do canhão alterou as formas de se fazer a guerra e essa, conseqüentemente, a organização social, visto que os castelos e cidades muradas não mais representavam uma fortaleza de difícil penetração (o que deixou muitas das soberanias fragmentadas vulneráveis às forças militares mais bem organizadas). Os armamentos que passaram a utilizar a força explosiva da pólvora transformaram a realidade socioeconômica da Europa. Richard Bean relaciona o desenvolvimento tecnológico da artilharia, durante os anos de 1400 a 1600, com o deslocamento da curva das economias europeias para financiar grandes exércitos¹⁵ (BEAN, 1973 *apud* TILLY, 2002, p. 177). Há assim, uma estreita relação entre a inovação militar e a criação dos Estados nacionais.

Em meados do século XVI, a maior parte do continente europeu encontrava-se sob regimes imperiais (do Império Otomano e do Sacro Império Romano), com os cristãos expulsando os muçulmanos da parte ocidental. No norte da Itália e da Suíça vigoravam os sistemas de soberania intensamente fragmentada, bem como em partes expressivas do Sacro

¹⁵ Antes, os exércitos medievais eram compostos, geralmente, por mercenários equipados com espadas curtas e lanças.

Império Romano. Na periferia europeia verificava-se extensos territórios sendo governados por alianças frouxas entre reis e magnatas, em que os segundos costumavam agir de acordo com seus próprios interesses, e às vezes até rejeitavam o poder real (Hungria, Polônia, Lituânia, Moscóvia, Ordem Teutônica, União Escandinava, etc) (TILLY, 1996).

Apenas a Inglaterra e a França organizavam-se de modo semelhante aos modelos convencionais do que hoje chamamos de Estado nacional. Ao reconfigurar e analisar o mapa político da Europa nessa época, Tilly (1996, p.82) afirma que “ninguém naquele momento garantia a vitória final do Estado nacional”. O específico formato dos Estados nacionais vigorou devido ao seu sucesso em executar as atividades da guerra. Nesse sentido:

(...) a escala crescente da guerra e o entrelaçamento do sistema europeu de Estado através da interação comercial, militar e diplomática acabaram propiciando vantagem na guerra àqueles Estados que tinham condições de manter exércitos permanentes; os Estados que tinham acesso a uma combinação de amplas populações rurais e capitalistas e economias relativamente comercializadas triunfaram. Estabeleceram os termos de guerra, e sua forma de Estado passou a predominar na Europa. Os Estados europeus acabaram convergindo nesta forma: o Estado nacional (TILLY, 1996, p.62).

A Europa, durante o ano 990 d.C até o século XIX, contou com três tipos diferentes de Estado: i) os impérios extorquidores de tributos; ii) os sistemas de soberania fragmentada¹⁶; iii) os Estados nacionais. Esses três formatos de organização política adotaram diversas estratégias para lidar com as exigências da guerra, com a necessidade de extrair recursos e administrar as sociedades que encontravam-se sob seus domínios. Nesse sentido, Charles Tilly (1996, p.69-72) diferencia esses três tipos de Estado de acordo com suas respectivas acumulação e concentração de coerção.

No caso dos impérios, a acumulação dos meios coercitivos era relativamente baixa, enquanto a sua concentração alta. Isto é, os imperadores, geralmente, mantinham sob seu domínio quase todos os meios de coerção disponível. Quando outros grupos (internos ou externos) conseguiam obter relativo poder coercitivo e fazer frente ao poder imperial, os impérios se desintegraram¹⁷ ou minguaram (TILLY, 1996).

¹⁶ As cidades-estados e as federações urbanas são sistemas de soberania fragmentada.

¹⁷ O autor afirma que os impérios em geral não tinham muita estabilidade. Por exemplo, em 1808, quando Napoleão invadiu a Península Ibérica, o grande império ultramarino espanhol se viu desmantelado em poucos

Ao analisar os sistemas de soberania fragmentada, Tilly (1996) visualiza a situação inversa do que ocorria nos impérios. Nos casos referentes às cidades-estado e federações urbanas a acumulação dos meios coercitivos era relativamente alta, enquanto sua concentração era baixa. Esse cenário é representado pela presença de muitos proprietários rurais, milícias particulares e outros grupos com relativo poder de coerção, de modo que os reis, príncipes e governadores não conseguiam garantir o domínio pleno devido a baixa concentração dos meios de coerção.

E entre esses dois tipos de organização política encontra-se o Estado nacional. Na posição intermediária, os Estados nacionais constituíram-se em meio a concentração e acumulação da coerção relativamente semelhantes, o que submeteu àqueles que estavam no poder do aparato estatal a barganhar e ceder direitos às suas populações, em troca dos insumos necessários para guerrear. Dessa forma, também formados em torno da guerra e da extração, como os impérios e sistemas de soberania fragmentada, os Estados nacionais se diferem dessas duas organizações porque foram compelidos “pela negociação em torno da cessão de recursos coercivos pela população, *a investir pesadamente na proteção, na aplicação da justiça e às vezes até na produção e distribuição.*” (TILLY, 1996, p.71, *grifo nosso*).

Portanto, como os Estados nacionais se formaram nos locais em que tanto a concentração quanto a acumulação dos meios coercitivos eram análogas, eles tiveram que travar maiores negociações com suas respectivas populações para adquirirem seus recursos. O fato é que essas negociações entre os governantes e suas populações se deram quase sempre por meio de conflitos armados. Nesse sentido o autor salienta que durante o século XVIII “(...) a Prússia, a Grã-Bretanha e a França, todas tremeram com as lutas [internas] entre o monarca e as principais classes pelos meios de guerra, e experimentaram a consequente criação de uma estrutura de Estado duradoura” (TILLY, 1996, p.72).

Historicamente, os Estados nacionais se destacaram na criação de uma hierarquia administrativa completa e no empenho de eliminar as bases autônomas de poder. No século XVIII, boa parte dos governantes europeus detinham o monopólio da violência em larga escala em seus territórios, no entanto ainda dependiam dos magnatas, banqueiros, senhores feudais, aristocratas para governarem. Até a época da Revolução Francesa todos os Estados europeus

meses. As colônias espanholas aproveitaram a invasão francesa para articular seus movimentos de independência (TILLY, 1996, p.70).

eram geridos por governos indiretos, o que tinha certa vantagem, pois possibilitava que os monarcas governassem sem instituir e financiar um extenso aparelho administrativo (TILLY, 1996; TILLY, 2002).

Com a crescente concorrência no sistema internacional e os aumentos expressivos no custo da guerra devido ao incremento da tecnologia militar, os governos indiretos passaram a representar um enorme obstáculo para aquisição direta de recursos. O principal obstáculo dos governos indiretos consistia nos agentes intermediários (magnatas, senhores feudais, aristocratas) que limitavam o acesso direto dos líderes de Estado aos impostos, aos serviços e às pessoas. Além de impedirem o alcance imediato dos reis à estes elementos fundamentais ao Estado, os agentes intermediários também poderiam vir a ser rivais dos governantes.

Frente a essas dificuldades e as constantes exigências militares, os governos europeus adotaram duas estratégias onerosas em todos os sentidos, porém eficazes. A primeira foi eliminar a dependência de agentes mediadores que não eram funcionários do corpo administrativo do Estado, realizando assim a transição dos governos indiretos para diretos e enraizando o poder estatal em todas as regiões do território. E a segunda consistiu na criação de forças policiais subordinadas ao Estado e não aos proprietários locais (TILLY, 2002, p.174-175).

A implementação dessas estratégias contou com inúmeras ações: eliminação de rivais, subjugação de potenciais inimigos internos, divisão e expropriação de propriedades e bens, conquistas, adulações, roubos e incansáveis negociações. É evidente que com essa gama de ações coercitivas e dominadoras muitas classes sociais lutaram e resistiram à subjugação dos governantes. O processo de centralização e aprofundamento do aparato do Estado nacional foi moldado pelas lutas e pelas resistências das classes sociais de cada Estado. A intensa negociação entre os detentores do poder com suas populações resultou em uma série de direitos e compensações sociais (TILLY, 1996; TILLY, 2002):

A transição para o governo direto deu aos governantes livre acesso aos cidadãos e aos recursos que eles controlavam, através de tributações da família, conscrição em massa, censos, sistemas de polícia e muitas outras invasões da vida social em pequena escala. Mas isso foi feito à custa de uma resistência multiplicada, da extensa negociação e da criação de direitos e compensações para os cidadãos. Tanto a penetração quanto a negociação criaram novas estruturas de Estado, inchando os orçamentos do governo, o quadro pessoal e os diagramas organizacionais. Tomou forma o Estado onívoro dos nossos dias (TILLY, 1996, p.74).

A longo prazo, todo esse processo se resumiu a uma pacificação interna maciça, concomitante à monopolização dos meios de coerção. Ao olhar para esse resultado, Tilly (2002, p.175) observa que até pode nos parecer que os soberanos dirigiram seus governos e montaram suas estratégias com o nobre objetivo de trazer paz e ordem para o povo, contudo o princípio norteador das ações dos governantes era a lógica da expansão do poder. O desenvolvimento da cidadania, dos direitos regulamentados, do investimento no bem-estar social suavizou e obscureceu a centralidade da coerção. E, após séculos, parece também que as rebeliões e os levantes populares de resistência não têm tido grande destaque na literatura que abrange "os bem-sucedidos" Estados europeus.

Reconhecer que a luta e a resistência das classes sociais moldaram os aspectos fundamentais dos Estados nacionais é de suma importância. Os governantes europeus precisaram, incessantemente, barganhar direitos e concessões com suas respectivas populações que acabou os distanciando da atividade da guerra (o objetivo principal que originou as condições e os imperativos políticos dos Estados nacionais).

Por volta do século XIX, "a maioria dos Estados europeus haviam internalizado tanto a força armada quanto os mecanismos fiscais" e os líderes do governo continuaram a negociar com todas as classes por: crédito, recursos financeiros, mão de obra, recrutamento militar em massa e os meios de guerra (TILLY, 1996, p.107). As populações passaram a exigir pensões, educação e saúde pública, planejamento urbano, dentre outras exigências que obrigaram os Estados a criarem instituições sociais múltiplas e assim subtrair a soma de recursos voltados para armamentos militares e guerras. Os governantes em toda a Europa lutaram para adquirir meios de guerra e o resultado foi a construção não planejada, e nem desejada das estruturas de seus respectivos Estados.

1.1.2 O capital e a coerção na trajetória dos Estados europeus

Algumas considerações feitas anteriormente serão mencionadas novamente para que possamos perceber o impacto da variação do capital e da coerção na trajetória dos primeiros Estados nacionais e em seus respectivos formatos. Quando Tilly (1996) menciona o horizonte de longo prazo da história da economia europeia, ele alega que a acumulação de capital é talvez o elemento que mais fez diferença em cada caso. No entanto a concentração, a desconcentração e a reconcentração da coerção delimitaram os "principais capítulos" históricos sobre a formação dos Estados. O autor nos leva a olhar e reparar a dinâmica do capital e da coerção, sendo as cidades a esfera preferida de reprodução do capital e os Estados o espaço em que a coerção se cristalizava. Por conseguinte:

A história diz respeito ao capital e à coerção. Narra os recursos que os aplicadores de coerção, que desempenharam um papel importante na criação dos Estados nacionais, extraíram, para seus propósitos, dos manipuladores de capital, cujas atividades geraram as cidades. Evidentemente, os dois interagiram. (...) combinações diferentes de capital e coerção produziram tipos muito distintos de Estado (TILLY, 1996, p.63-64).

A concentração dos meios coercitivos dependeu em grande medida da disponibilidade do capital concentrado. A articulação entre as duas variáveis (capital e meios de coerção) impuseram aos governantes as difíceis questões da política fiscal. A elevação da concorrência, a mudança tecnológica e Estados cada vez mais beligerantes (no que tangia a eficiência em ganhar batalhas) tornaram a guerra e a aquisição dos meios coercitivos mais caros e difíceis de adquirir. Essas transformações impeliram os governantes a realizarem empréstimos a curto prazo e imporem tributações a longo prazo. Muitos não conseguiram administrar seus recursos e não obtiveram os meios militares necessários para prosseguirem com seus próprios arranjos políticos e sociais, perdendo assim seus territórios e bens (TILLY, 1996).

Para visualizar as relações entre a guerra, o capital, a coerção e as formas governamentais, Tilly subdivide o período analisado (990 d.C. até 1990) em quatro segmentos. Cada segmento possui um determinado padrão entre as esferas do capital e da coerção frente às guerras. Nessa linha, temos: o patrimonialismo (990 d.C - século XV), a corretagem (1450 - 1700), a nacionalização (1700 - 1850) e a especialização (1850 - 1990).

O patrimonialismo, exercido de 990 d.C até o século XV, em que tribos, feudos, milícias urbanas e forças costumeiras ocupavam o papel principal nas guerras, enquanto os monarcas extraíam aquilo que conseguiam das populações sob seu controle (por meio de tributos ou rendas). Em meados de 1400 a 1700, o segmento da corretagem ascendeu, em que os mercenários eram os protagonistas na atividade da guerra, e os governantes se viam vulneráveis aos interesses dos capitalistas da época, que durante esse período, tornaram-se independentes na consecução de empréstimos, na administração dos empreendimentos produtores de renda e no estabelecimento do sistema tributário.

Entre os anos 1700 a 1850, firmou-se a nacionalização, período da criação dos exércitos e frotas nacionais. Juntamente com isso, os soberanos além de anexarem essas forças armadas à estrutura administrativa do Estado, também passaram a se encarregar do aparelho fiscal (diminuindo assim drasticamente a dependência dos capitalistas, como ocorria na corretagem) (TILLY, 1996).

E, por fim, Tilly aponta o segmento da especialização, desencadeado em meados do século XIX e vigente até o passado recente, em que a força militar encontra-se bastante desenvolvida e passa a ser um ramo especializado do governo nacional. Os Estados desenvolveram amplamente suas funções e atividades de distribuição, regulamentação, compensação e justiça - inclusive as instituições representativas ganharam maior capacidade de influenciar os gastos militares.

As relações entre capital e coerção variaram de modo significativo de um momento para outro. A guerra transformou os Estados, de modo que os riscos do conflito armado foram crescendo exponencialmente e assim também ia se modificando os interesses e as ações expansionistas. Durante o período patrimonialista os maiores objetivos consistiam em arrecadar tributos e extrair renda sem se preocupar muito em controlar ou administrar os recursos e as pessoas dos territórios dominados. Da corretagem à nacionalização passam a ser ambicionados os Estados dotados de territórios com boa estrutura administrativa, o que levou os países a travarem guerras para tomar e anexar para si tais Estados.

Com o segmento da especialização e com a Segunda Grande Guerra houve "a extensão do sistema europeu de Estado ao mundo inteiro e com a consolidação das fronteiras nacionais que se seguiu, isso significou muito mais exercer influência sobre outros Estados sem realmente incorporar o seu território ao do Estado mais poderoso" (TILLY, 1996, p.80). A partir de então,

travar batalhas para anexar território e a infraestrutura de outros Estados tornou-se mais oneroso. Em geral, obter o domínio de outras regiões significava controlá-las e influenciá-las o máximo possível sem precisar de incursões militares.

Voltemos para a relação entre o capital e coerção no interior de cada Estado para visualizarmos a resposta de Tilly (1996) a respeito das diferenças e variações no formato dos atuais Estados europeus. Como bem sabemos, o mundo contemporâneo organiza-se por meio do sistema de Estados nacionais. Essa é a forma organizacional predominante no globo, no entanto, obviamente, os Estados apresentam inúmeras distinções no formato de suas instituições. Nessa linha, uma das questões levantadas pelo autor é "(...) por que os Estados europeus acabaram convergindo em variantes distintas do Estado nacional?" (TILLY, 1996, p.82).

As "variantes distintas", isto é, as diferenças manifestadas no formato e nas particularidades de cada Estado nacional europeu são consequências da distribuição histórica da coerção e do capital em cada caso. A concentração dessas duas variáveis em cada região levou seus governantes a traçarem diferentes estratégias para o mesmo fim, no caso, a aquisição de recursos para a guerra. Segundo Tilly:

(...) mais de uma combinação de capital e coerção apareceram em cada estágio de crescimento dos Estados europeus. Poderíamos distinguir três trajetórias de formação do Estado: uma em que a coerção era aplicada intensamente, uma em que houve grande necessidade de capital e uma em que a coerção era capitalizada (TILLY, 1996, p.80)

Nos locais em que a concentração de capital era baixa, os governantes construíram estruturas maciças de extração para conseguirem adquirir recursos. Assim, traçaram uma trajetória de intensa aplicação da coerção. Brandenburgo, Hungria e Rússia constituem exemplos de Estados que seguiram trajetórias coercivas. Já nas regiões mais comerciais em que havia grandes vultos de capital, os governantes precisaram estabelecer acordos com os capitalistas para arrendar ou comprar força militar. A dependência desses governos em relação aos agentes creditícios impossibilitou a formação de uma ampla e estável estrutura de Estado. Itália (com destaque para Gênova), Dubrovnik, e Holanda representam Estados que se formaram em um ambiente de grande inversão de capital e, portanto, seguiram trajetórias

capitalistas (que impossibilitaram a criação de extensas e duradouras instituições administrativas nacionais) (TILLY, 1996, p.207-225).

Entre esses dois modos de trajetória encontra-se a trajetória da coerção capitalizada. Os Estados que historicamente percorreram esse caminho, constituíram-se meio à um cenário em que as distribuições de capital e coerção tendiam a ser semelhantes. Nessas regiões "os detentores de capital e de coerção interagem em termos de relativa igualdade" (TILLY, 1996, 81). Os governantes despenderam esforços gigantescos para incorporarem os capitalistas e as fontes de capital diretamente às estruturas de seus Estados (diferente de seus vizinhos com capital abundante). A França e a Inglaterra seguiram esse tipo intermediário de trajetória formando assim os primeiros Estados nacionais da história.

Do século XVII em diante, "(...) a forma de coerção capitalizada revelou-se mais eficiente na guerra e, portanto, forneceu um modelo convincente para aqueles Estados que se originaram de outras combinações de coerção e capital" (TILLY, 1996, p. 81). Assim, todos os Estados europeus convergiram para a trajetória da coerção capitalizada, buscando equilibrar as concentrações de capital e coerção no interior de seus territórios, desencadeando a mudança do segmento da corretagem para a nacionalização.

Antes de convergirem para a coerção capitalizada, as trajetórias coercitivas e capitalizadas construíram estruturas estatais muito diferentes umas das outras. Mesmo depois da convergência, os Estados europeus mantiveram resquícios de suas trajetórias históricas, o que explica a variedade e as diferenças contemporâneas desses países. Portanto, as estruturas políticas e institucionais europeias do século XIX traziam as marcas de suas identidades anteriores (TILLY, 1996, p.81-82).

Enfim, podemos concluir então que os estudos de Tilly (1996, 2002) apontam para como o epicentro da formação dos Estados nacionais foi a organização da coerção e a preparação para a guerra. O autor nos mostra que os imperativos da guerra, juntamente com a distribuição do capital e da coerção em cada sociedade, moldaram a configuração dos atuais Estados europeus. Outra questão central que precisa ser destacada na nossa breve conclusão, é o fato de que em suas formações, as sociedades civis europeias, conseguiram impor um relativo controle sobre o poder militar¹⁸.

¹⁸ Só após o século XIX foi que "todos os Estados europeus envolveram-se muito mais intensamente do que antes na construção de infraestrutura social, no provimento de serviços, na regulamentação da atividade econômica, no

Essa subordinação do poder militar às instituições populares, como bem vimos, é resultado das intensas negociações realizadas entre os governantes e seus governados, sobretudo das rebeliões e lutas civis. Essa constatação é de suma importância para a nossa pesquisa, visto que os Estados emergidos após a descolonização obtiveram suas organizações militares e grande parte de suas estruturas sem barganhar ou dialogar com a sociedade interna. As principais instituições e infraestrutura dos países periféricos, comumente, foram forjadas pelos seus colonizadores. As negociações, geralmente, se deram entre grupos externos que exerciam domínio e controle sob àquela sociedade com a elite local. Grande parte da população foi excluída e marginalizada da construção do seus próprios Estados "nacionais" (TILLY, 2002, p.185-186).

1.1.3 A modernidade e o Estado-nação aos olhos de Anthony Giddens

Anthony Giddens (1988; 2002) analisa diversos fatores para refletir quais os principais alicerces da modernidade e do Estado-nação. Para tanto, o autor tece uma crítica às teorias sociais evolucionistas e algumas versões do materialismo histórico ao falharem na apreensão das principais dimensões que moldaram o mundo moderno.

Giddens (1988) aponta a insuficiência e a perspectiva unidimensional das abordagens tradicionais, marxistas ou não marxistas, para analisar a composição da era moderna. Segundo ele, é um equívoco presumir que apenas o capitalismo e/ou o industrialismo¹⁹ são os únicos fenômenos determinantes na formação do mundo contemporâneo. Nesse sentido, o sociólogo propõe uma interpretação descontínua da história, a qual implica em reconhecer a singularidade das transformações sociais ocorridas nos últimos três séculos. As mudanças engendradas nesse período cofiguraram uma realidade cotidiana nunca vista na história humana.

A ruptura no espaço e no tempo causada pela modernidade deve ser analisada conforme as suas discontinuidades radicais em relação às épocas que a antecederam. Frente à tamanha

controle dos movimentos populacionais e na capacitação do bem-estar dos cidadãos; todas essas atividades começaram sob a forma de produtos secundários dos esforços governamentais para adquirir rendas e submissão de seus populações, mas assumiram vidas e explicações próprias (TILLY, 1996, p.81).

¹⁹ Para Giddens o capitalismo e o industrialismo são dois fenômenos diferentes, e que o primeiro antecede historicamente o segundo. Portanto, "o capitalismo era também a condição necessária para a emergência do industrialismo" (GIDDENS, 2008, p.148).

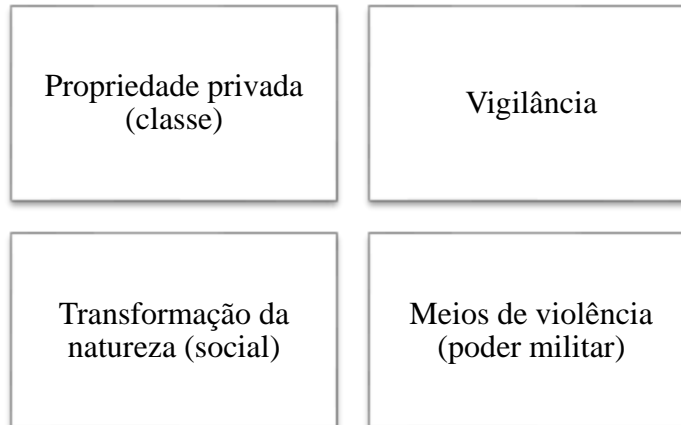
alteração, é de suma importância identificar as origens e as consequências do mundo moderno. Para Giddens os elementos centrais para compreender as raízes e os desdobramentos da modernidade são, basicamente: o desenvolvimento do Estado-nação e do sistema internacional e; o papel da guerra e do poder militar na constituição da sociedade hodierna. Esses fenômenos foram pouco abordados pela sociologia em geral, apesar de serem a espinha dorsal do sistema social vigente.

Ao estudar e comparar as sociedades tradicionais e das sociedades modernas, o autor afirma que todos os sistemas sociais já existentes na história são sistemas de poder e expressam modos de dominação. Giddens (2008, p.33-34) define o "poder" como a capacidade transformadora de eventos e capacidade de intervir em certos cenários e alterá-los.

A constituição do poder está relacionada aos recursos materiais e políticos²⁰ que as pessoas empregam ao longo de suas atividades para alcançarem seus objetivos. A "dominação é expressa nas e pelas as instituições que representam as continuidades mais arraigadas da vida social" (GIDDENS, 2008, p.35). Ao olhar, historicamente, para as coletividades, organizações e associações veremos a dominação expressa como modo de controle, em que alguns agentes buscam concentrar e manter o consentimento de outros. Giddens apresenta um diagrama sobre as dimensões institucionais da modernidade e argumenta que a partir da complexa relação entre essas dimensões o mundo moderno tomou forma. São elas:

²⁰ Giddens (2002) alega que para a maioria dos sociólogos ortodoxos, marxistas ou não marxistas, apenas os recursos materiais constituem os mecanismos de dominação, isto é, o eixo do poder para estes teóricos seria formado a partir do controle dos meios de produção e de propriedades, fato que os leva a negligenciar o importante impacto dos recursos políticos, como a vigilância direta ou indireta sobre os indivíduos, a codificação de informações, o papel dos meios de comunicação, etc.

Figura 1 - As dimensões institucionais da modernidade



Fonte: Adaptado GIDDENS (2008, p. 169).

Compreender quais os principais fios que teceram o sistema dos Estados modernos e da modernidade em si implica em localizar e descrever as transformações na ordem social geradas pela guerra e seus preparativos, concomitante à emergência do capitalismo europeu no século XVI. “Foram a guerra e os preparativos para ela que forneceram o estímulo energizante mais potente para a concentração de recursos administrativos e de reorganização fiscal que caracterizaram o surgimento do absolutismo” (GIDDENS, 2008, p.137).

A guerra impulsionou a ação dos monarcas rumo a centralização da autoridade. Essa progressiva centralização do poder administrativo dos Estados absolutistas se tornou viável graças aos seguintes fatores: a acumulação primitiva de capital; o fim das relações de servidão do camponês (que fomentou o comércio); e a ascensão dos burgos e das cidades. Os reis foram, gradualmente, por meio da cobrança de impostos e do controle sobre o dinheiro expandindo a capacidade e a penetração social de seus respectivos governos. A partir desse processo de urbanização foi tomando forma um dos principais recursos políticos do poder moderno: os mecanismos de vigilância (coleta de informações por meio de dados oficiais e supervisão direta) (CREVELD, 1999).

O exercício dessas tarefas (tributação, produção de estatísticas oficiais, controle de crédito) por funcionários especializados (e não mais por aristocratas ou familiares do soberano) originaram as agências governamentais. Para enfrentar seus inimigos externos na guerra, os monarcas absolutistas elaboraram mecanismos de extração e assim desenvolveram a

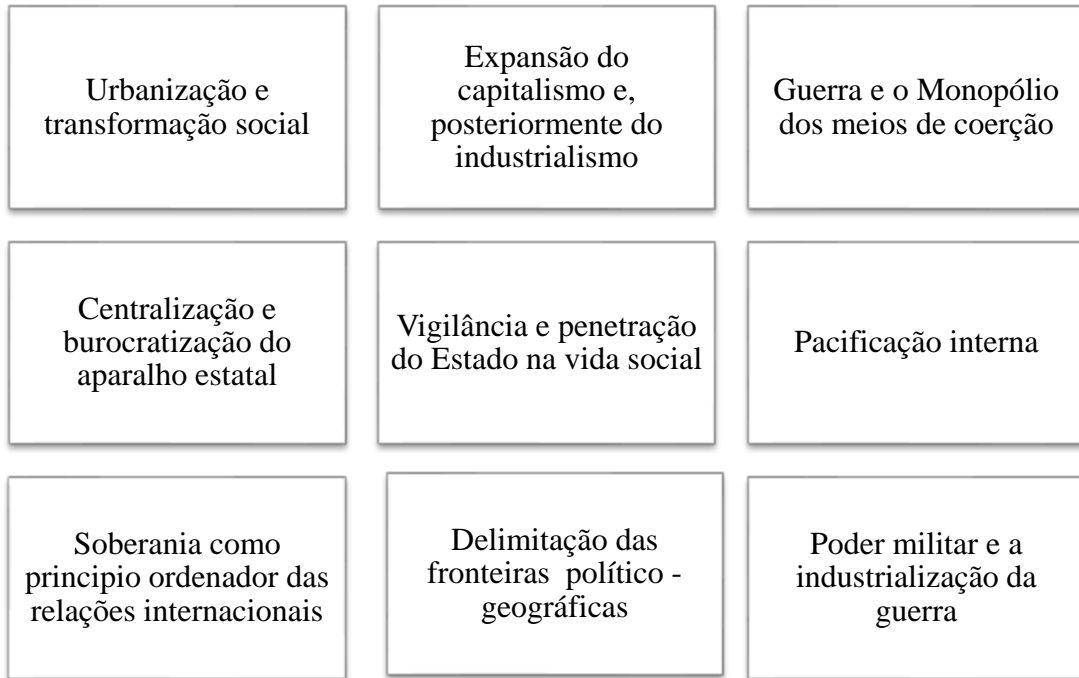
infraestrutura do aparato estatal. A consecutiva ampliação do poder administrativo, centralização da autoridade, vigilância e a consolidação, relativamente bem sucedida, do monopólio do coerção do Estado moderno conduziram à pacificação interna (diminuição gradual da violência) (GIDDENS, 2008).

É relevante ressaltar que todas as outras organizações políticas que antecederam os Estados modernos não conseguiram alcançar um monopólio da coerção estável. Com as transformações supramencionadas e o entrelaçamento das dimensões institucionais da modernidade, alterou-se profundamente a relação e o vínculo entre população e Estado. Giddens aponta a inédita separação entre as forças armadas militares (para combater rivais externos) das forças policiais (voltadas para proteção e vigilância do ambiente interno). Nesse sentido, emergia a noção e a busca pela "ordem".

Estabelecer a "ordem" e garantir a "lei" passaram a ser medidas necessárias. A crescente urbanização modificou o modo de vida social e criou condições de ilegalidade. Criaram categorias de "desvio" comportamental para os cidadãos que não cumprissem a recente legislação ou não se encaixassem nos padrões de "normalidade" social (criminosos, loucos), e como a concepção de cidadania vincula obrigações e direitos, esses indivíduos que desviam do comportamento esperado passam a ser responsabilidade do Estado, de modo que foram criados hospitais e presídios públicos, bem com outros espaços de convivência pública (GIDDENS, 2008).

Giddens perpassa por muitas questões e esferas para explicar a emergência e consolidação do Estado-nação. Frente a tantas variáveis que interagiram e promoveram as condições sociais, políticas e econômicas das sociedades modernas, podemos estabelecer como os elementos centrais desse processo os seguintes fenômenos:

Figura 2 - Processos que fundamentaram a modernidade e a consolidação do Estado-nação



Fonte: adaptado de GIDDENS (2008).

Ademais, podemos ressaltar a importante vinculação feita por Giddens (2008, p.38) sobre a dominação e o controle do tempo e do espaço das atividades sociais. Nessa linha de raciocínio, o autor enfatiza a associação entre poder e *local*. A definição deste último está além dos aspectos naturais dos ambientes. Por "local" entende-se espaço de interação social (incluindo arquitetura) em que se encontram elementos sistêmicos de convívio e de relações sociais. A importância desse termo consiste no fato de que:

(...) certos tipos de locais formam 'compartimentos de poder' - arenas delimitadas para a geração de poder administrativo. Um local é um compartimento de poder desde que permita uma concentração de recursos materiais e políticos. (...) o Estado-nação, torna-se, em muitos aspectos, a forma principal de poder compartimentalizado, como uma unidade administrativa territorialmente delimitada (ainda que internamente bastante regionalizada) (GIDDENS, 2008, p.39).

É de extrema importância para a presente pesquisa o reconhecimento de que o Estado-nação é um "*power-container* cujo alcance administrativo corresponde exatamente à sua delimitação territorial" (GIDDENS, 2008, p.193). Mais importante do que reconhecer que os Estados modernos são compartimentos de poder é expor que eles são entidades em um sistema estatal mundial, no qual a distribuição de poder industrial e militar é assimétrica. Dessa forma, Giddens (2008, p. 145) define o Estado-nação nestas palavras:

O Estado-nação, que existe em um complexo de outros Estados-nação, é um conjunto de formas institucionais de governo, mantendo um monopólio administrativo sobre um território com fronteiras (limites) demarcados, seu domínio sendo sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência.

Concluimos então, baseados nessa definição e no resumo das ideias centrais do autor, que os Estados modernos só são o que são - *power-containers* - devido aos processos que forneceram condições para a criação e expansão do poder administrativo no âmbito interno e externo. Para Giddens, o poder administrativo refere-se à capacidade de mobilizar recursos (materiais e políticos) para sustentar e manter a autoridade sobre um determinado território. A complexa amálgama dos processos retratados no diagrama 2 alicerçou o terreno no qual a modernidade e o Estado-nação estão enraizadas.

1.2 A expansão do sistema de Estados-nação no Oriente Médio

Alguns dos pontos elementares fornecidos pelas perspectivas de Tilly e Giddens nos colocou no centro do processo de formação dos primeiros Estados nacionais. Percebemos assim, a profunda relação entre a violência (a coerção), o capital e a soberania (bem como a dinâmica da competição e concorrência entre os Estados). O encadeamento desses elementos, conforme a realidade europeia²¹ compôs tanto as principais molduras internas dos Estados

²¹ É evidente que as dinâmicas de outras regiões também influenciaram o processo europeu. Giddens (2008, p.129-130) observa que por volta do século XII e XIII, a China vivia uma fase de intensa ascensão tecnológica bélica, com exércitos bem desenvolvidos. Não seria difícil de imaginar que o poder chinês tivesse grande influência ou talvez até tivesse impedido a dominação europeia de ocorrer se os ideais confucionistas não tivessem imperado na sociedade chinesa. A doutrina de Confúcio, amplamente difundida, repelia a violência, guerra e armas. No século XV, éditos imperiais proibiram os chineses de realizarem expedições de longa distância pelo Oceano Índico, de modo que se essa proibição não houvesse sido decretada, a China poderia ter empreendido as mesmas incursões militares e comerciais que os europeus (pelo menos em termos de capacidades materiais bélica, militar e naval).

européus como os pilares centrais do sistema internacional. A partir dessa formação, sobretudo da estrutura política e econômica internacional, os Estados formados após a consolidação da hegemonia europeia encontraram limites e condições distintas.

A colonização e o imperialismo perpetrados pelas potências da Europa transformaram as possibilidades de desenvolvimento para as demais sociedades. Nessa seção, voltaremos nosso olhar para o Oriente Médio com o intuito de visualizarmos os principais eventos históricos que moldaram alguns dos conflitos políticos da região, bem como seus modernos Estados nacionais. Iremos perceber que apesar de não terem ficado tanto tempo sob a égide do poder colonial europeu (como no caso da América Latina e da África), as ações externas, sobretudo com a demarcação do hodierno mapa geopolítico da região após a Primeira Grande Guerra (1914-1918), impactaram profundamente a constituição daqueles Estados e seus conflitos desencadeados nos séculos XX e XXI (HALLIDAY, 2005; KEENE, 2004).

Antes de analisarmos a recente história do Oriente Médio, traremos primeiro algumas questões importantes levantadas pelo acadêmico Jonathan Hill (2009) acerca das teorias sobre os Estados falidos. O autor contesta a utilidade analítica desses estudos que buscaram examinar as capacidades dos Estados criados após 1945, em que estão incluídos quase todos os Estados da África²² e vários da Ásia e do Oriente Médio. Essa literatura tem suas origens no início de 1990 e seus pensadores procuravam explicar porque muitos desses recentes Estados não possuíam governos e instituições dotados de autoridade doméstica, apesar de serem reconhecidos pela comunidade internacional.

Autores como Joel Migdal, Robert Jackson, Carl Rosberg, Gerald Helman, Steven Ratner, entre outros, compuseram o quadro de teóricos da tese dos Estados falidos. Uma das principais conclusões compartilhadas entre esses trabalhos foi o fato de que muitos Estados fundados após a Segunda Grande Guerra não possuíam as mesmas capacidades políticas, econômicas e sociais que os Estados "mais antigos". O motivo ressaltado para explicar essa diferença entre os "novos" e os "velhos" Estados, consistiu nas mudanças no ambiente normativo das relações internacionais. Com o direito à autodeterminação dos povos, sendo uma das bandeiras da ONU pós-1945, a comunidade internacional legitimou a independência das

²² Hill (2009, p. 39) elucida que após o fim do colonialismo na África, as décadas seguintes constituíram períodos sangrentos para muitos países africanos. O continente vivenciou cerca de 20 guerras civis.

colônias ultramarinas da Europa sem se preocuparem com a viabilidade política e socioeconômica dessas sociedades (HILL, 2009, p.40).

Essas transformações normativas, segundo esses autores, facilitaram a conversão dos territórios coloniais em Estados, apesar da nítida falta de suas respectivas capacidades. Nesse sentido, Jackson lança a noção de que há dois tipos de soberania, a positiva e a negativa. Os Estados que gozam da soberania positiva são aqueles em que seus governos são seus próprios mestres, de modo que essa condição consiste em competências substantivas e não algo meramente formal. Os Estados negativamente soberanos possuem apenas a condição legal de existência, isto é, são reconhecidos juridicamente, mas não são capazes de garantir a lei, a segurança, a ordem e uma boa governança às suas populações (HILL, 2009, p.41).

O olhar atento e crítico de Jonathan Hill (2009) evidencia a insuficiência dessas teorias para explicar as verdadeiras causas que circunscreveram as crises das sociedades pós-coloniais. Ao afirmarem que os Estados falham por não terem capacidades políticas e socioeconômicas, e apenas contrastar Estados dotados de soberania positiva com os Estados falidos, essas análises pouco nos dizem sobre o porquê e sobre como superar essa condição de fracasso. Tal abordagem enfatiza os fatores domésticos como as causas das crises, atribuindo à esfera internacional um papel meramente permissivo e coadjuvante.

Segundo Hill, o passado colonial compromete o desenvolvimento das várias instituições desses Estados, juntamente com as políticas impostas por organismos internacionais que atravessaram a moderna constituição do ambiente econômico e político de muitos países²³. O objetivo principal de Hill (2009), ao refutar a tese dos Estados falidos, é destacar a imbricação mútua das esferas doméstica e internacional e chamar a atenção para o papel dos atores externos e a enorme influência que exercem na composição das esferas estatais desses países tidos como fracassados. As crises sociopolíticas desencadeadas no interior dessas sociedades só podem ser explicadas por análises que levem em consideração a conexão e o poder de influência do sistema internacional no âmbito interno destes Estados.

²³ Hill (2009) analisa o caso da guerra civil da Argélia (1994-1999) para comprovar o peso e o papel que o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tiveram no desenvolvimento do conflito argelino. Hill evidencia como as políticas econômicas que o BM e o FMI impuseram ao país impulsionaram a guerra civil e as dicotomias entre os grupos insurgentes e as forças de segurança do Estado. Para além de terem grande responsabilidade na composição caótica socioeconômica que levou à eclosão do conflito, também possuem enorme influência na construção do sistema financeiro argelino que possibilitou que todos os beligerantes envolvidos adquirissem dinheiro e armas para travarem uma das guerras civis mais violentas e emblemáticas da região.

E assim, tendo refletido essas importantes críticas apontadas pelo autor britânico, partiremos para a exposição histórica sobre a formação dos Estados no Oriente Médio. Conforme já observado, a consolidação do sistema internacional conectada à ascensão da hegemonia europeia alterou as possibilidades de desenvolvimento das demais sociedades do mundo, especialmente daquelas regiões colonizadas. Nesse sentido, recorreremos aos estudos de Fred Halliday (2005) para compreendermos os eventos que moldaram a região.

Na introdução de seu livro, o autor elucida as complexidades da região e o desafio enfrentado por observadores e estudiosos que procuram entender quais os principais elementos que compõe as turbulentas relações intra e entre os Estados presentes naquele local. Há um padrão de guerras e rebeliões instaurado no Oriente Médio desde o último século, e estudá-lo exige uma reflexão analítica histórica. Expor o impacto das ações externas na constituição do que Giddens (2008) denomina *power-containers*, isto é, dos próprios Estados-nação da região, é o primeiro passo para perceber as origens desse padrão violento e conflituoso transpassado por intervenções internacionais, guerra, dinheiro, petróleo, religião, dentre outros fatores significativos. Nas palavras do autor:

O Oriente Médio é uma região que pela maior parte do século passado foi afetada por guerras e revoltas, e que apresenta poucos sinais de superação desta situação. Intervenções externas, guerra entre Estados, dinheiro, petróleo, religião, estagnação econômica e um excesso de paixão parecem obstruir essa superação. É por estas razões uma região que desafia qualquer observador, sejam eles aqueles com o olhar externo buscando compreender e prever isto ou mesmo as próprias pessoas que habitam esta área. Ainda assim, uma reflexão analítica pode ajudar não apenas os melhores a entender a região, mas também a reconhecer o impacto que ela tem no contexto global. É na própria história de subordinação à influências externas e continua desigualdade de poder frente a países desenvolvidos que o Oriente Médio moderno tem que ser compreendido; essa história também definiu os meios pelos quais é similar ao resto do terceiro mundo²⁴. (HALLIDAY, 2005, p.14).

²⁴ No original: “The Middle East is a region that has for much of the past century been afflicted by war and upheaval, and which shows little sign of overcoming this pattern. External intervention, inter-state war, money, oil, religion, economic paralysis and a surfeit of passion seem to beset it. It is for these reasons a region that challenges any observer, be they seeking to understand and predict it from outside, or inhabitants of the area themselves. Yet analytic reflection may serve not only the better to understand the region but also to recognise the impact on it of global context. It is in the very history of subordination to external influences and ongoing inequality of power vis-à-vis the developed countries that the modern Middle East has to be understood; this history has also defined the ways in which it is similar to the rest of the third world” (HALLIDAY, 2005, p.14).

Dessa forma, ao apresentarmos brevemente os traços mais relevantes do panorama histórico fornecido por Halliday conseguiremos enxergar as raízes de muitas das crises sucedidas no Oriente Médio, bem como compreender algumas das dinâmicas recorrentes nas relações intra e entre seus Estados. A partir da perspectiva analítica de Halliday (2005) e seus esforços em entrelaçar o contexto global com o processo constitutivo dos Estados nacionais e das principais crises regionais, conseguiremos escapar da insuficiência explicativa de teses como a dos Estados falidos ou de teorias que buscam reduzir os constantes conflitos do Oriente Médio à religião do Islã e da cultura regional.

Sobre essas últimas teorias, Halliday alerta (2005, p. 4) que nenhuma parte do mundo "pode ser compreendida tomando uma entidade chamada "cultura", ou uma versão de crença religiosa, ou uma "essência" linguística, como um fator explanatório geral, uma variável independente²⁵". Vejamos então como as modernas fronteiras geopolíticas dessa região foram instituídas no início do século XX.

1.2.1 Os modernos contornos geopolíticos do Oriente Médio: formação e consolidação

A contemporânea região denominada como o "Oriente Médio" deve ser compreendida como o produto de dois amplos processos, o primeiro de longo prazo e o segundo como fruto da modernidade. O primeiro consiste nos longos séculos e milênios em que as mais antigas organizações políticas e sociais tomaram forma nesse local, inclusive dos quatro Estados e impérios mais duradouros do mundo, três estavam localizados no Oriente Médio: Persa, Egito e Iêmen²⁶. O cerne desse longo processo foi a ascensão e queda do Império Otomano. Vale ressaltar que do século VII até XVIII, o Islã viveu seu auge (HALLIDAY, 2005).

O segundo processo, impulsionado pela modernidade durante os séculos XVIII, XIX e XX, foi instaurado de acordo com a expansão do sistema político e econômico europeu. Os meandros centrais desse período consistem no desmantelamento do Império Otomano, simbolizado pela fragmentação do mundo árabe e assim à sujeição desse antigo território aos

²⁵ No original: "can be comprehended through taking an entity called 'culture', or some version of religious belief, or some linguistic 'essence', as a general explanatory factor, an independent variable".

²⁶ O outro é a China.

anseios e projetos coloniais da Europa. Os anos de 1918 até 1926 representam o auge desse processo, que foi o redesenho das principais fronteiras geopolíticas da região dado conforme os interesses das principais potências europeias.

A demarcação colonial britânica e francesa estabeleceu o mapa do Oriente Médio moderno. Halliday observa que a partir desse momento imperativos da vida política europeia passaram a moldar os novos Estados da região, como o nacionalismo, o secularismo e certos princípios econômicos. Nesse sentido, o autor contrasta essa situação de construção identitária dos países do Oriente Médio com o processo de formação dos Estados europeus. Halliday (2005, p.77-78) destaca que as "identidades modernas das maiores potências da Europa Ocidental – Grã Bretanha, França, Alemanha foram formadas em conflito umas com as outras e por um processo de formação estatal endógeno acompanhado de crescimento econômico²⁷".

A história evidencia que os Estados do Oriente Médio não se constituíram em um processo endógeno. Esse caráter exógeno mantido a partir da estrutura internacional de poder engendrada naquela época impactou profundamente os contornos e fronteiras da região. O peso do impacto internacional foi enorme, mas não suprimiu completamente as questões políticas, sociais, culturais e religiosas existentes naqueles territórios a séculos. As fronteiras traçadas após 1918 perduraram²⁸ no tempo, porém precisamos salientar que as organizações políticas e sociais estabelecidas anteriormente continuaram ligadas pela cultura, crença e comércio (HALLIDAY, 2005).

O desafio de analisarmos como constituíram-se os Estados nacionais nas regiões periféricas, que estiveram sob o julgo da colonização europeia, consiste em saber mensurar o impacto de cada uma de três camadas sociais. São elas: i) as políticas internacionais imperialistas (ações externas); ii) a dinâmica entre os Estados da própria região (os processos regionais) e; iii) e as forças transnacionais e internas das sociedades (laços culturais e tradicionais, movimentos sociais antigos e modernos). Halliday (2005, p.82) menciona como analistas de política (nacional e internacional) dos países sujeitos à dominação estrangeira podem ficar tentados a atribuírem o peso apenas às forças externas.

²⁷ No original: "The modern identities of the major western European powers – Britain, France, Germany – were formed in conflict with each other and through endogenous state and economic growth".

²⁸ Com duas exceções: a criação de Israel em 1948-49 e a junção dos Estados iemenitas do sul e do norte no Estado do Iêmen em 1990 (HALLIDAY, 2005, p.76).

É evidente que a colonização instaurou profundas fissuras políticas e socioeconômicas nos Estados pós-coloniais, mas devemos estar atentos a como as dinâmicas regionais e as próprias sociedades reagiram e se integraram no processo de constituição das modernas estruturas estatais. No caso da região que conhecemos atualmente como Oriente Médio, esse processo teve início com o declínio do Império Otomano (século XVIII), a progressiva expulsão dos turcos da Europa e a crescente rivalidade entre as potências europeias na aquisição de novas colônias, protetorados ou mandatos nos territórios antes controlados pelos otomanos²⁹ (HALLIDAY, 2005).

Com o fim da Primeira Grande Guerra (1914-1918), findava-se, definitivamente, o Império Otomano. A maioria dos territórios que estavam sob o julgo imperial do Califado foram separados e por meio de alianças com as elites e grupos locais (antes rivais dos turcos³⁰) os britânicos e os franceses definiram um conjunto de novas entidades territoriais que mais tarde se tornaram os seguintes Estados: Líbano, Síria, Iraque, Jordânia e a Palestina. O novo Estado Turco, a Turquia, foi criado em uma região que não era controlada pelo Império Otomano e inicialmente esteve sujeito ao estrito controle externo formalizado pelo Tratado de Sèvres, em 1920. Os turcos rejeitaram o acordo e sob a liderança de Mustafa Kemal Pasha, organizaram um forte movimento nacionalista e conseguiram garantir a independência turca em 1923 (HALLIDAY, 2005).

Nas partes ocidentais da Península Arábica houve um vácuo de poder. Dessa forma, em 1918 o Iêmen, considerado a província rebelde³¹, firmou sua independência. Na região central, uma coalizão de tribos lideradas pela família Saud, ascenderam como o principal aspirante ao poder e em uma série de campanhas vitoriosas conquistaram 80% da Península. No ano de 1926 proclamaram o novo Estado como o Reino de Hijaz e em 1932, consagrou-se o Reino da Arábia Saudita. O Irã também emergiu como um Estado independente após a Primeira Grande Guerra.

²⁹ A invasão de Napoleão ao Egito, em 1798, consistiu em uma das primeiras e mais dramáticas incursões da Europa sobre o Império Otomano, durando três anos (as tropas francesas se retiraram em 1801). A partir de então, estabeleceu-se o padrão que viria a ser consolidado no século XIX - a competição europeia pelos despojos do Califado Otomano (HALLIDAY, 2005, p.79-80)

³⁰ Dentre os grupos internos insatisfeitos com o Califado Otomano se encontravam os árabes, os armênios e os judeus. Inclusive em 1916 aconteceu a Revolta Árabe devido a resistência dos árabes em aceitarem a "Porta" (termo utilizado para se referir a burocracia estatal otomana) (SCHIOCCHET, 2011, p.47-48).

³¹ Os turcos, em 1911, haviam reconhecido a autonomia do governante local da província do Iêmen (HALLIDAY, 2005).

Desse modo, Turquia e Irã conseguiram em alguma medida garantir suas respectivas fronteiras e independências, enquanto o mundo árabe estava fragmentado e sob o domínio colonial europeu (com exceção do Iêmen e da Arábia Saudita). É de grande importância atestar a frustração e até mesmo o sentimento de traição que grande parcela dos árabes sentiram ao perceberem que novamente estavam sujeitos à dominação externa e encontravam-se fragmentados. Os líderes árabes ao firmarem as alianças políticas e militares com os europeus para derrubar o Império Otomano buscavam construir um Estado árabe independente e unido, no entanto tiveram que assistir à colonização europeia dividir o mundo árabe em várias unidades políticas. O ressentimento com o Ocidente aumentava ainda mais, tornando-se cada vez mais inflamado devido as constantes ingerências internacionais na região (HALLIDAY, 2005).

Os contornos geopolíticos do Oriente Médio foram traçados pelas potências europeias conforme seus principais interesses estratégicos na região, embora tais interesses tiveram que seguir certa lógica fronteiriça local. Antes do século XX, período que ocorreu a substituição do carvão pelo petróleo, o principal interesse das potências na região consistia nas rotas de comunicações imperiais que interligavam o Mediterrâneo com a Índia e com o Leste Asiático.

Além de ser um território geograficamente estratégico, os Estados europeus controlavam as economias de suas colônias conforme a necessidade de suas respectivas atividades econômicas. Por exemplo, o Egito sofreu uma grande transformação em seus indicadores socioeconômicos quando sua economia rural foi alterada para manter o desenvolvimento industrial de algodão na Europa (HALLIDAY, 2005).

Os grupos e etnias marginalizados durante séculos pelo Califado Otomano almejavam fortemente a autonomia e autossuficiência. Muitos acreditavam que a queda do Império Otomano significaria a emancipação política, econômica e social, contudo após a derrocada dos turcos, a maioria destes grupos continuaram a ser sistematicamente excluídos das esferas sociopolíticas. Apenas alguns grupos (geralmente as elites) obtiveram tais vantagens, e conseguiram obter poder a partir de negociações e alianças travadas com as potências imperialista da época.

Sendo assim, grande parte dessas sociedades continuaram com inúmeras demandas e reivindicações não contempladas e seguiram divididas em vários grupos de minorias marginalizadas. A contínua exclusão e falta de autonomia desses povos do Oriente Médio ficam

evidentes nas várias revoltas e sublevações desencadeadas nos últimos séculos (SCHIOCCHET, 2011).

Em linhas gerais, a Grã-Bretanha colonizou o Egito³², o Chipre, a Palestina, a Jordânia, o Iraque e consagrou uma aliança Estado-cliente com o Kuwait. A zona de controle francesa alcançava a Tunísia, a Argélia³³, o Marrocos, a Síria, o Líbano³⁴ e o sul da Turquia. A Itália controlava a Líbia³⁵ e também ocupou a Etiópia³⁶. Parte dos territórios otomanos, localizados na Península Arábica, foram distribuídos como favores às elites políticas árabes que formaram alianças com os europeus (HALLIDAY, 2005; SCHIOCCHET, 2011). Todas essas incursões imperialistas foram acompanhadas por ideologias grotescas e argumentos inconsistentes, mas ainda sim, apesar desse falso verniz ideológico, a colonização europeia cobriu quase todo o Oriente Médio. Halliday explicita esse ponto:

Todos estes estratégicos avanços foram, claro, acompanhados por grandes, quando não grotescas, ideologias de visão imperialista e destinada por parte de cada poder colonial: os ingleses como uma das “tribos perdidas de Israel”, os franceses como agentes de civilização, os italianos como herdeiros do império Romano³⁷. (HALLIDAY, 2005, p.84).

A dominação internacional, como mencionamos anteriormente, não foi o único fator que moldou os modernos Estados do Oriente Médio. Segundo Halliday (2005), devemos elucidar os fatores internos que também impactaram o processo constitutivo desses países. Mesmo no contexto da colonização, os Estados da região buscaram ampliar seus espaços de

³² O Egito foi transformado em protetorado britânico oficialmente em 1914 (SCHIOCCHET, 2011).

³³ A conquista da Argélia pela França em 1830 pode ser vista como o início da colonização europeia no Norte da África (SCHIOCCHET, 2011).

³⁴ Os territórios que correspondem atualmente à Síria e ao Líbano se tornaram protetorados franceses com o acordo secreto de Sykes-Picot, em 1916 (SCHIOCCHET, 2011).

³⁵ A Itália invadiu a Líbia em 1911. Na década de 1920, iniciou a colonização em larga escala (HALLIDAY, 2005).

³⁶ A ocupação italiana na Etiópia ocorreu em 1935 (HALLIDAY, 2005).

³⁷ No original: "All of these strategic advances were, of course, accompanied by grand, when not grotesque, ideologies of imperial vision and destiny on the part of each colonial power: the English as one of the 'lost tribes of Israel', the French as agents of civilization, the Italians as inheritors of the Roman empire" (HALLIDAY, 2005, p.84).

manobras e sempre que possível lutaram para alcançar suas respectivas autonomias. A Arábia Saudita, a Turquia e o Irã são os casos mais emblemáticos nesse processo autônomo. O Egito tentou reivindicar o Sudão, com base em um argumento histórico sobre a unidade do vale do Nilo.

De todos os Estados árabes, o Iraque foi o mais assertivo em busca do aumento de sua influência sob outros territórios do Oriente Médio (principalmente para a Síria, o Líbano e a Palestina), inclusive enquanto ainda era controlado diretamente pelos britânicos. Dentre esses conflitos regionais emergia um dos principais confrontos da região: a questão israelo-palestina. Em 1917, a Grã-Bretanha declarou seu apoio à "causa nacional Judaica" na Palestina. Com o passar dos anos o conflito entre judeus e palestinos piorou, aumentando assim a dimensão do conflito para o âmbito regional, de modo que os Estados árabes se uniram contra a consolidação de uma política judaica na Palestina (HALLIDAY, 2005).

As rivalidades regionais tomavam forma sob as novas fronteiras. Conforme os conflitos se desdobravam, a identidade pan-árabe ia sendo construída (principalmente para resistir à partição da Palestina em 1947). Os Estados buscaram superar a fragmentação pós-colonial e impedir a criação de Israel. Nenhum desses dois objetivos foram alcançados, mas os processos de independência, a luta pela autonomia, o crescente contato entre eles para atingirem alguns desígnios semelhantes e um rival em comum (Israel) moldaram a moderna política inter-Árabe. Halliday ressalta a persistência e continuidade deste sentimento coletivo regional:

Muito do que os Estados árabes buscaram fazer – superar a fragmentação pós-colonial, resistir a criação de Israel – falhou. Ainda assim, esse feito não diminuiu a importância dessas relações (entre árabes), ou os sentimentos pan-arábicos que foram criados no período moderno e que persistiram e persistem, apesar das divisões, agregações e rivalidades de Estados. Foi fácil dizer que mais tarde o nacionalismo árabe havia falhado. Mas o nacionalismo é em parte uma questão de sentimento e senso compartilhado de indignação coletiva. Nem em agosto de 1900, e nem o ocorreu em março-abril de 2003 iria proferir que esses sentimentos tinham desaparecido³⁸ (HALLIDAY, 2005, p.86).

³⁸ No original: " Much of what the Arab states sought to do – overcome post-colonial fragmentation, resist the creation of Israel – failed. Yet this did not diminish the significance of these inter-Arab relations, or the pan-Arab feelings which were created over modern times and which persisted, and persist, despite the divisions, calculations and rivalries of states. It was easy to say Arab nationalism had later failed. But nationalism is partly a matter of sentiment and a shared sense of collective grievance; neither in August 1900 nor in the aftermath of March–April 2003 would it be said that these feelings had disappeared" (HALLIDAY, 2005, p.86).

O colonialismo formal no Oriente Médio foi de curta duração se comparado com os séculos de dominação que a América Latina e o sul da Ásia enfrentaram. A Turquia como vimos teve sua independência em 1923, a Arábia Saudita em 1926, o Iraque em 1932, o Egito em 1936, a Síria em 1943, o Líbano e a Jordânia em 1946, em 1948 Israel foi criado, a Líbia tornou-se independente em 1951, o Kuwait em 1961, Omã em 1970, Catar e Emirados Árabes em 1971. Embora o período colonial tenha durado apenas algumas décadas, o domínio externo teve grande influência na transformação das novas dimensões políticas e sociais da região (HALLIDAY, 2005; SCHIOCCHET, 2011).

Feito esses apontamentos sobre a política regional e a identificação de algumas das questões internas, vejamos como a junção e interação entre o domínio colonial europeu e as dinâmicas regionais vieram a moldar os Estados nacionais do Oriente Médio. É de extrema importância compreender que foi no período pós-1918 que o sistema estatal moderno, no sentido dos aparelhos coercivos e administrativos, estabeleceu-se na região. A partir a delimitação das novas entidades geográficas, criou-se os novos Estados do Oriente Médio, seus nomes, capitais e limites, de tal forma que grande parte do padrão posterior de seus comportamentos, tanto no âmbito doméstico quanto internacional, também teve origem nesse momento (HALLIDAY, 2005).

No caso do Oriente Médio, o fim da Primeira Grande Guerra representou "a criação de novas estruturas administrativas e militares, nas quais novos padrões de relações internacionais foram desenvolvidos. Estados em ambos os sentidos jurídico e histórico-sociológico derivam desse período³⁹" (HALLIDAY, 2005, p.83). Halliday aponta quatro processos decisivos na formação desses Estados: i) a criação das instituições modernas do Estado-nação; ii) a criação de uma identidade nacional; iii) a transformação cultural e ideológica e; iv) a ascensão dos movimentos sociais. Observemos então, aspectos importantes de cada um deles.

³⁹ No original: "the creation of new administrative, and military, structures, and in which new patterns of international relations developed. States in both the juridical and historical-sociological sense derive from this period" (HALLIDAY, 2005, p.83).

i) A criação das instituições modernas do Estado-nação

O redesenho geopolítico do Oriente Médio realizado após 1918, formou o que Halliday (2005, p.87) denominou de um conjunto de "caixas" ou "conchas" vazias, nas quais os Estados puderam vir a desenvolver e articular suas instituições de poder e apropriação, com aspirações internas e externas. Os primeiros traços e contornos das instituições administrativas e coercitivas foram dadas pelo poder colonial. A estrutura organizacional das "caixas ou "conchas" vazias foram formatadas pelos europeus com o objetivo de administrar os territórios colonizados.

Com as independências e com a descolonização, os poderes nacionalistas apropriaram-se dessas estruturas estatais e assim passaram a governar e impor um rígido controle sob os novos Estados. Os primeiros governos independentes buscaram ampliar a oferta de empregos, desenvolver suas economias, direcionar a educação do país conforme os seus próprios anseios. A direção desses novos Estados estava concentrada nas instituições forjadas pelos poderes externos e quando os nacionalistas se apropriaram das mesmas, o poder estatal ficou cristalizado nos grupos e nas elites que tomaram a direção nacional.

As primeiras instituições construídas nestes Estados foram as forças armadas, mas diferente do caso europeu, no Oriente Médio elas foram formadas por meio de negociações entre o poder colonial e as elites locais. O elemento chave que precisamos salientar é a exclusão da sociedade civil na construção do aparelho estatal. Não houve barganha, nem diálogos, nem concessões entre os governos nacionalistas do Oriente Médio e suas respectivas populações. Nesse sentido, a relação abaixo traçada por Charles Tilly vai de encontro e complementa as observações de Halliday:

Onde a capacidade dos governantes [dos novos Estados] de extrair das exportações de mercadoria ou da ajuda militar de uma grande potência lhes permitiu eximir-se da negociação com suas populações, grandes edifícios de Estado se desenvolveram na ausência de consenso ou suporte significativo por parte dos cidadãos. Carecendo de fortes vínculos entre as instituições estatais particulares e as principais classes sociais dentro da população, esses Estados [pós-coloniais] se tornaram mais vulneráveis a tomadas violentas do poder e a mudanças abruptas na forma de governo (TILLY, 1996, p.291-292).

Outra questão fundamental na criação das instituições do Estado-nação no Oriente Médio consiste na sintonia entre elas e os valores modernos. Ao terem sido forjadas pelo poder colonial, as instituições foram perpassadas e tecidas por certos princípios ocidentais interagindo

assim com os aspectos sociais e os interesses econômicos das sociedades locais. Princípios como o secularismo, o nacionalismo e o liberalismo econômico estavam na tessitura política dessas instituições moldadas pelos colonizadores. Quando os nacionalistas ascenderam ao poder após a descolonização, entraram em ressonância com tais ideais modernos de modo a tornaram-se cada vez mais aspirantes ao poder político e ao estatuto de defensores da nação (HALLIDAY, 2005, p.87).

ii) A criação de uma identidade nacional

A expansão do sistema de Estados-nação para o resto do mundo colocou essa forma de organização política como um dos poucos caminhos viáveis para gerir e administrar as sociedades. Com o fim das duas Grandes Guerras, o processo de descolonização se intensificou e novas unidades políticas emergiram. Os movimentos de libertação nacional e independência lutavam para controlar seus novos Estados nacionais/territoriais, não por acreditarem ser o formato ideal para organizar suas respectivas sociedades, mas sim porque parecia o único meio de representação internacional legítimo e de transformar o legado colonial (GOMES, XAVIER, 2016).

Desse modo, os novos Estados do Oriente Médio se esforçaram para criar uma identidade nacional e forjar comunidades políticas mais efetivas e maleáveis. Os líderes locais pretendiam reforçar a legitimidade interna e externa de seus governos por meio desse processo. Para tamanha ação, utilizaram-se da educação e reivindicaram territórios de outros Estados com justificativas respaldadas sob os direitos históricos ou argumentavam que as partições impostas pelo colonialismo não eram legítimas⁴⁰ (HALLIDAY, 2005).

A educação foi o instrumento fundamental para elaborar e difundir as novas identidades. Os Estados filtraram elementos históricos e culturais (tanto da época pré-islâmica quanto do período auge do Islã) de seus respectivos passados para criar suas próprias histórias nacionais. Ao mesmo tempo que cada Estado buscou afirmar a própria identidade individual e sua validade histórica, também reivindicou fazer parte de comunidades mais amplas (Mesopotâmia, Faraônica, Suméria, Anatólia, Fenícia, Árabe, dentre outros povos da antiguidade). Nessa linha,

⁴⁰ Por exemplo, o Egito reivindicou os territórios da Síria, Sudão, Líbano, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita (junto com o restante da península). Os iemenitas afirmaram que o Iêmen correspondia, historicamente, à cidade de Meca (cidade mais sagrada da Arábia Saudita) até Mascate (capital de Omã) (HALLIDAY, 2005).

Halliday (2005) menciona que o sionismo⁴¹ teve uma trajetória semelhante à essa criação forjada do nacionalismo moderno, a diferença consistiu que apenas os elementos bíblicos foram selecionados no caso judaico.

Seguindo essa lógica, os Estados do Oriente Médio produziram livros escolares, estátuas, monumentos públicos e discursos políticos no intuito de criar uma identidade nacional. Essa nova ideologia possuía um forte caráter instrumental e emanava do centro do poder estatal para as demais camadas da sociedade. Por ser um potente instrumento ideológico, tornou-se objeto de disputa por vários grupos internos. O ideal do nacionalismo, moldado e imposto pelos novos governantes, impactou profundamente a sucessão de eventos e levantes sociais na região (HALLIDAY, 2005; GOMES, XAVIER, 2016).

iii) A transformação amalgamada da cultura e da ideologia

Os dois primeiros processos, a constituição das modernas instituições do Estado e a criação da identidade nacional, consubstanciaram-se com os vários formatos sociopolíticos e crenças pré-estabelecidas naquelas sociedades. Houve assim, uma amálgama entre os valores histórico-tradicionais com os valores modernos ocidentais. Uma das principais consequências dessa mistura foi a secularização (HALLIDAY, 2005).

A tentativa dos novos governantes regionais em dissociar a religião da política estatal consistia, primordialmente, em uma política destinada a fortalecer o Estado e minar o controle das autoridades religiosas. Halliday evidencia a grande diferença entre os processos de secularização ocorridos no Oriente Médio e no caso dos Estados europeus:

(...) na modernização dos Estados do Oriente Médio, o secularismo não era parte, como havia sido em algumas áreas da Europa, de um processo que consistiu em criar tolerância entre comunidades ou um espaço cívico, legal e independente do Estado. A secularização foi, acima de tudo, uma política que pretendia fortalecer os Estados: um reflexo do desejo desses Estados em reduzir ou acabar com o poder de um centro

⁴¹ O sionismo é o movimento político judaico que ganhou força e destaque no fim do século XIX. Os líderes do movimento advogavam a autodeterminação do povo judeu e seu direito à representação política por meio do Estado judaico. Com o fim da Segunda Grande Guerra e as provas do holocausto, o sionismo adquiriu apoio e solidariedade de diversos países com um forte discurso político. Nos anos de 1947 e 1948, o movimento logrou seu principal objetivo na votação da partilha da Palestina para a criação do Estado de Israel (com a resistência dos Estados árabes) (HALLIDAY, 2005, p.94).

alternativo de poder, o *ulema* no mundo árabe, os mulás no Irã, os hocas na Turquia, que até o momento haviam exercido influência na educação, na terra e na lei, e forjar uma nova ideologia de controle sobre a sociedade⁴² (HALLIDAY, 2005, p.88).

É de suma importância constatar que por mais que os líderes estatais do Oriente Médio despenderam enormes esforços para transformar alguns pilares da ideologia e da cultura tradicional da região - na intenção de consolidar o poder do Estado - eles, evidentemente, não conseguiram homogeneizar ou convencer toda a sociedade sobre ser uma nação secular. Nesse sentido, a realidade de muitos países recém descolonizados era definida por governos autoritários (geralmente administrados pelas elites políticas e econômicas), pela secularização ou instrumentalização da religião (para servir interesses específicos) e, posteriormente, ficava claro que os Estados não lograram sucesso nas transformações sociais e econômicas para garantir uma certa qualidade de vida para seus novos cidadãos. Os opositores e críticos internos à estes governos foram duramente reprimidos. Assim, crescia cada vez mais a violência governamental para controlar a população civil e combater os insurgentes (TILLY, 1996; GOMES, XAVIER, 2016).

iv) A ascensão de movimentos sociais

O quarto processo, segundo Halliday (2005), desenrolava-se no interior das sociedades do Oriente Médio e era o único vindo de baixo, isto é, engendrado a partir do âmbito interno e emanado por parcelas importantes da população. Os três processos supracitados - a formação das estruturas do Estado, o esforço em forjar uma identidade nacional e a secularização - foram mudanças desencadeadas por pressões externas.

Tão fundamental quanto esses três processos era a ascensão dos movimentos populares, os quais reivindicavam melhorias sociais e econômicas. Os levantes e a insatisfação com o sistema político datavam desde os últimos anos do Império Otomano. Após 1918, com a colonização formal de diversos territórios do Oriente Médio, mais rebeliões eclodiram e com o

⁴² No original: “(...) in the modernisation of Middle Eastern states, secularism was not part, as it had been in areas of Europe, of a process of building tolerance between communities or of creating a civic and legal space independent of the state. Secularisation was, above all, a policy intended to strengthen states: it was a reflection of the desire of these states to reduce, or break, the power of an alternative centre of power, the ulema in the Arab world, the mullahs in Iran, the hocas in Turkey, who had hitherto exercised such influence on education, land and law, and to forge a new ideology of control over society” (HALLIDAY, 2005, p.88).

tempo passaram a ter como alvo principal o poder externo (centrando como a causa dos problemas regionais o Ocidente). No Irã, de 1906 a 1908, houve grandes transtornos populares que deram origem a Revolução Constitucional. Na Turquia, ocorreu a revolta dos jovens turcos em 1908. O Egito também presenciou sublevações em 1907.

Nessa época, o nacionalismo armênio e dos Bálcãs ficava mais violento e assertivo. Com o fim da Primeira Grande Guerra, muitas revoltas sociais incorporaram ideais nacionalistas como as que ocorreram no Egito (1919), no Iraque (1920), na Síria (1925), na Palestina (1936) e no Marrocos (1926). Os curdos⁴³ também organizaram uma revolta contra o governo militar e o poder colonial. Os movimentos sociais impuseram desafios e limites tanto para os poderes coloniais quanto para os governantes nacionalistas. As revoltas populares, em geral, contestaram a dominação externa e as elites políticas e sociais. O resultado era quase sempre o mesmo: os movimentos foram reprimidos por meio da coerção e cooptação (HALLIDAY, 2005).

É crucial entendermos os movimentos sociais como contrarreações das transformações e medidas impostas, primeiramente, pelo poder colonial, e após a descolonização, pelos modernos Estados do Oriente Médio. Os movimentos fundamentalistas religiosos contemporâneos da região tiveram suas origens calcadas nesse período de formação do sistema estatal moderno/nacionalista⁴⁴. Halliday deixa claro que:

A posterior emergência de movimentos religiosos pela região invocando o Islamismo, conseqüentemente, cresceu para fora do raio de controle dos Estados neste período formativo: as raízes ideológicas de 11 de Setembro de 2001 se originaram à medida que os expoentes como a própria Al-Qaeda se proclamava, na década de 1920. Em suma, o crescimento de nacionalismos, as rupturas da Primeira Guerra Mundial, a própria formação do novo sistema do Estado e a resistência ao secularismo haviam produzido um contexto no qual mais movimentos políticos sociais disseminados poderiam emergir, e que de fato, emergiram⁴⁵ (HALLIDAY, 2005, p.89-90).

⁴³ Os curdos ocupavam as áreas da Turquia, do Iraque e do Irã. Vale mencionar que os curdos representam a maior população contemporânea sem um Estado.

⁴⁴ Um dos grupos islâmicos mais poderosos, a Irmandade Muçulmana, foi fundado em 1928 no Egito em reação às tendências secularizantes no mundo árabe. Tratava-se também de um movimento anticolonial e de resistência ao imperialismo cultural europeu (HALLIDAY, 2005; ARAÚJO, 2013).

⁴⁵ No original: "The later emergence of religious movements across the region invoking Islam therefore grew out of the state's extension of control in this formative period: the ideological roots of 11 September 2001 lay, as its exponents like al-Qa'ida themselves proclaimed, in the 1920s. In sum, the rise of nationalisms, the disruptions of World War I, the very formation of the new state system and resistance to secularisation had produced a context in which more widespread social and political movements could, and did, emerge" (HALLIDAY, 2005, p.89-90).

Portanto, percebemos que as modernas estruturas estatais, socioeconômicas, culturais, religiosas do Oriente Médio foram formadas pela combinação e sobreposição de processos externos e internos. Halliday expõe ainda que a partir da consolidação do sistema de Estado-nação e seus desdobramentos na região, formou-se o palco para uma fase mais dramática e radical.

1.2.2 O legado colonial, a Guerra Fria e a contemporaneidade

O colonialismo, para além da interferência direta no sistema econômico e político das colônias, impactou profundamente o sentimento dos povos. A influência europeia na vida do Oriente Médio tem sua origem antes do processo formal da colonização e teve ampla repercussão nos ideais e nas estratégias pensadas pelos governantes, intelectuais, militantes e soldados que se preocupavam em competir ou aprender com a Europa.

À medida que a Grã-Bretanha, França e a Itália vinham submetendo grande parte do mundo islâmico, distintos processos e movimentos de autocrítica e questionamento eclodiram no norte da África, no chamado Oriente Próximo, no sul da Ásia e no sudeste asiático. No decurso dos séculos XIX e XX, podemos visualizar três vertentes: os secularistas, os conservadores religiosos e os modernistas. Os primeiros advogavam a modernização em linhas ocidentais e consideravam a Europa um modelo a ser seguido. Os conservadores religiosos renegavam o Ocidente e todos seus valores, atribuindo as mazelas do mundo islâmico ao afastamento de Deus e da tradição do Islã (ESPOSITO, 2005).

Os modernistas propunham uma conciliação entre os princípios do Islã e a ciência ocidental. Para eles era necessário assimilar os ganhos tecnológicos da modernidade e reinterpretar os valores religiosos à luz dos novos desafios sociais (inclusive defenderam e auxiliaram a promoção da legislação que estendia o direito das mulheres). Dentre essas três vertentes, os secularistas, de forma geral, foram aqueles que acabaram na liderança dos novos Estados do Oriente Médio após as independência e descolonizações. Isso se deu, em parte, pelo

fato de que o Estado-nação e o sistema político secular pareciam o único formato disponível e legítimo para os novos cidadãos dos Estados pós-coloniais (ESPOSITO, 2005).

Conforme salientado anteriormente, esse modelo estatal e seus governos fracassaram em promover as mudanças sociais e econômicas necessárias para garantir as condições básicas de saúde, segurança alimentar e física, educação, dentre outros direitos às suas populações. Por mais que os recentes Estados modernos do Oriente Médio tivessem alcançado a independência política em termos formais, esses países estavam sob a constante influência dos poderes coloniais (ESPOSITO, 2005; ARAÚJO, 2013).

A dominação europeia se deu em diversos formatos, variando entre colonização formal, intervenção militar direta para as profundas influências em todos os âmbitos (comercial, financeira, cultural e religiosa). Esse amplo formato de controle e interferências produziu no Oriente Médio um forte ressentimento ao poder externo. Os movimentos sociais, tanto de cunho nacionalista como islâmico, se apropriaram dessa mágoa. É seguindo essa linha de raciocínio que devemos compreender o islã político como uma expressão e consequência da modernidade e não como resquícios de civilizações bárbaras e primitivas (ESPOSITO, 2005; HALLIDAY, 2005; SCHIOCCT, 2011).

O desequilíbrio econômico, industrial e científico crescente entre a região e o Ocidente fomentaram esse sentimento de dominação e subjugação aos poderes ocidentais. Duas questões primordiais na política regional, durante as décadas de 1950 até 1980, evidenciavam essa contínua influência externa no Oriente Médio: o apoio ocidental ao Estado de Israel e a rentável produção de petróleo das monarquias árabes (vistas como parceiras dos conglomerados empresariais do Ocidente) (HALLIDAY, 2005).

Até aqui, compreendemos então que o fim do Império Otomano e as consequências da Primeira Grande Guerra fundamentaram os principais alicerces modernos do Oriente Médio. A Segunda Grande Guerra (1939-1945) embora menos dramática para a região do que a Primeira, também desencadeou importantes transformações na política regional e internacional. A consequência mais profunda foi o conflito entre os judeus e os palestinos na partição da Palestina e na instauração de Israel. Em 1948, as forças britânicas deixaram a região e os exércitos árabes interviram. Contudo, as forças judaicas foram gradualmente prevalecendo sobre seus oponentes, sendo assim uma das chagas históricas para os árabes (HALLIDAY, 2005).

No Iraque, em 1941, Rashid Ali Gaylani, liderou uma revolta militar de caráter nacionalista. A sublevação foi duramente suprimida e levou à reocupação ilegal britânica no país. Esse momento marcou a memória e se tornou um importante elemento ideológico para os iraquianos, inclusive na educação de Saddam Hussein (nascido em 1937). Tanto o Egito quanto o Iraque, vivenciaram, nesse período, uma efervescência ideológica em torno de debates e militâncias nacionalistas, socialistas e islâmicas (HALLIDAY, 2005).

Uma das principais mudanças iniciadas após 1945 consistia na ascensão dos Estados Unidos enquanto potência hegemônica mundial e o gradual enfraquecimento da Grã-Bretanha e da França que, até aquele momento, eram os poderes dominantes no Oriente Médio (e mantiveram certa influência até o auge da Guerra Fria). No início do século XX, os norte-americanos não possuíam nenhum interesse significativo na região, porém isso muda com quando o carvão passa a ser substituído pelo petróleo como a principal fonte energética e, torna-se o subtrato necessário para alavancar a industrialização e a reconstrução dos países que tiveram suas economias solapadas pela Segunda Grande Guerra (HALLIDAY, 2005).

Em geral, o período colonial e as duas guerras mundiais significaram várias e profundas imposições ao Oriente Médio. Já no caso da Guerra Fria (1946-1989), as forças regionais mantiveram uma intensa interação com as novas potências internacionais. O Oriente Médio foi uma arena para o confronto global entre os Estados Unidos e a União Soviética (URSS), mas não foi fácil para os primeiros e nem para o segundo influenciar seus aliados árabes, israelenses, turcos, iraquianos, iemenitas e assim por diante.

Os Estados e as sociedades da região (com seus distintos movimentos e forças sociais) buscaram engajar-se e aproveitar a rivalidade ideológico-militar, leste versus oeste, para emplacar suas próprias lutas e demandas. Deste modo, a Guerra Fria envolveu as disputas políticas do sistema internacional e os subsistemas regionais do Oriente Médio em uma relação recíproca. De um lado havia o conflito global e do outro as manobras e iniciativas regionais (HALLIDAY, 2005).

A princípio, as duas novas potências mundiais tinham interesses geopolíticos muito diferentes no Oriente Médio. Os Estados Unidos, estrategicamente, preocupavam-se com Israel e com o mundo árabe, tendo o petróleo como principal interesse econômico. As preocupações da União Soviética estavam mais relacionadas à segurança de suas fronteiras com seus vizinhos não árabes (Turquia, Irã e Afeganistão). Em 1970, a URSS era o maior produtor de petróleo do

mundo e, portanto, seu interesse nesse aspecto era bem diferente do caso das economias ocidentais, que cada vez mais dependiam da aquisição e dos fundos de investimento do petróleo (HALLIDAY, 2005, p.97-98).

À medida que o conflito da Guerra Fria se acirrava, a disputa por áreas de influência crescia. Assim sendo, a União Soviética estabeleceu alianças com uma série de regimes nacionalistas árabes. Dentre eles com o Egito, Iraque, Síria e posteriormente, com a Líbia e com Iêmen do Sul. Essas alianças entre Moscou e o nacionalismo árabe representou um desafio à dominação ocidental. Durante a década de 1960 e 1970, os Estados Unidos consolidaram a relação estratégica com Israel, aliaram-se à Turquia⁴⁶ e firmaram sua influência em grande parte do mundo árabe. Um dos maiores reveses para os norte-americanos, nessa época, foi a perda do Irã como um importante aliado (devido ao triunfo da revolução islâmica iraniana).

As guerras desencadeadas na região como o conflito no Iêmen (1962-1970) foram conduzidos nos termos da rivalidade americana-soviética. O ápice da hostilidade entre Estados Unidos e União Soviética ocorreu e se materializou na guerra do Afeganistão, um país que até aquele momento estava às margens do Oriente Médio, mas após um golpe pró-soviético, em abril de 1978, passou estar completamente interligado à região. No ano seguinte, a entrada das forças soviéticas no Afeganistão para apoiar o golpe acarretou o envolvimento direto dos Estados Unidos e seus aliados regionais (Paquistão, Israel, Egito e Arábia Saudita). O resultado foi uma guerra de dez anos promovida e alimentada pelo conflito global.

Conforme mencionado anteriormente, as elites da Turquia, Israel, Irã (antes de 1979) e Arábia Saudita não foram apenas fantoches de Washington assim como as lideranças do Egito, Síria, Líbia, Iraque ou os agentes do *People's Democratic Republic of Yemen* (PDRY) também não foram de Moscou. Um exemplo categórico da autonomia política dos Estados e movimentos regionais, foi a resistência da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em reconhecer Israel, apesar do constante encorajamento e relativa pressão da URSS para tal. De forma semelhante, os membros do PDRY, embora dependentes de forças militares e econômicas soviéticas, insistiram no objetivo de levar a revolução para Omã e para o Iêmen do Norte (HALLIDAY, 2005).

⁴⁶ No início de 1960, a Turquia era um membro seguro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no entanto, em 1974, essa aliança sofreu alguns percalços devido a invasão turca no Chipre.

Halliday menciona que se essa independência dos atores regionais era verdadeira para os Estados regionais, era ainda mais real e forte para as forças sociais e políticas da região. A Guerra Fria foi marcada por eventos internos que os próprios Estados do Oriente Médio não tinham controle. Suas estruturas estatais foram abaladas tanto por golpes militares (por exemplo, no Egito em 1952, no Iraque em 1958, no Iêmen em 1968) quanto por movimentos sociais (na Palestina depois de 1967 e em 1987, no Irã em 1979, no Líbano com o Hezbollah após 1982).

Essa turbulência de conflitos e guerras na região só se tornou possível graças à dinâmica da economia internacional. Um dado importante elucida essa constatação. Em 1960 o volume total de exportações de armas consistia no valor de 2,5 bilhões de dólares. Em 1983 esse montante subiu para 37,3 bilhões de dólares (TILLY, 1996, p.295). Nesse período, por volta dos anos de 1980:

(...) os países do Oriente Médio importavam armas num valor de cerca de 106 dólares *per capita* por ano, comparados com os 19 dólares da Oceania e os 11 dólares da Europa da OTAN. Na realidade, os Estados do Oriente Médio, muitos dos quais podiam pagar com petróleo, receberam cerca da metade das armas transportadas para o Terceiro Mundo (TILLY, 1996, p.295).

Outro dado relevante para compreendermos a militarização do Oriente Médio e os impactos da Guerra Fria na região consiste na fração do Produto Nacional Bruto (PNB) de cada país direcionada para a atividade militar, no ano de 1984. O Iraque direcionou em torno de 38,5% de seu PNB para gastos militares. Omã investiu 27,9%, Israel 24,4%, a Arábia Saudita destinou 22%, o Iêmen do Norte e do Sul 16,9% e 15,1%, respectivamente, a Síria 14,9% e o Irã 14,6% (TILLY, 1996, p.293).

Frente à essas porcentagens, fica evidente que investimentos em áreas sociais, infraestrutura, diversificação econômica, dentre outros segmentos importantes para o desenvolvimento da qualquer sociedade, foram negligenciados pelos governos do Oriente Médio. E é claro, que os inúmeros conflitos desencadeados na região prejudicaram e debilitaram vários povos e a suas economias. Nesse sentido, Halliday (2005, p.129) concluiu que as questões mais decisivas para a maioria das pessoas do Oriente Médio (a busca por meios

de subsistência e segurança socioeconômica) não foram impulsionadas pela Guerra Fria, muito pelo contrário.

Segundo o autor, a União Soviética em nenhum momento ofereceu significativos montantes de investimento ou ajuda financeira para reconstrução da seguridade social. No caso dos Estados Unidos, consta-se semelhante situação. Os levantes de dinheiro oriundos do Oeste foram amplamente canalizados pelas monarquias árabes (por meio da provisão de receitas do petróleo) e havia ainda um processo denominado como "reciclagem dos petrodólares", responsável por fazer grande parte desses investimentos retornarem para Londres e Nova York.

A sucessão de eventos traumáticos desencadeados no Oriente Médio, após 1990 e no início do século XXI, inclusive o poder dos movimentos islâmicos, precisam ser entendidos como resultados e consequências advindas das políticas implementadas durante a Guerra Fria assim como, obviamente, do supracitado período colonial. O fracasso dos modelos socioeconômicos propostos tanto pela linha socialista quanto capitalista alimentou nas sociedades do Oriente Médio o desejo de retornar aos valores tradicionais.

O colapso da União Soviética, em 1991, forneceu uma nova arena para a diplomacia e para os interesses estratégicos e econômicos dos Estados Unidos e seus principais aliados sauditas, turcos e israelenses. Para Halliday (2005, p.139), a complexa interação entre a produção de petróleo, conflitos étnicos e as inclinações de governos clientelistas e corruptos formaram a amálgama ideal para impulsionar os lucros de Washington e parceiros regionais. A título de informação, dois terços de todo o petróleo e gás do mundo estão localizados no Oriente Médio, fato suficiente para explicar e garantir o contínuo envolvimento norte-americano na região (nesse sentido, as intervenções no Afeganistão e no Iraque, em 2001 e 2003, respectivamente, corroborariam essa afirmação) (HALLIDAY, 2005, p.140).

No curso dos acontecimentos irrompidos no Oriente Médio após o fim da Guerra Fria até 2003, quatro impactaram profundamente a região e nova configuração da política internacional. São eles: a invasão do Kuwait pelo Iraque (1990-1991), a assinatura da Declaração de Princípios Israel-Palestina (1993), o ataque da Al-Qaeda aos Estados Unidos (2001) e a invasão anglo-americana do Iraque (2003). De acordo com Halliday (2005, p.130-131), esses foram os principais eventos que deram origem à "Grande Crise do Oeste Asiático", sendo o ataque ao *World Trade Center* um dos legados da Guerra Fria e das constantes ingerências internacionais na região. Assim, precisamos ter claro que:

As sementes da crise das atrocidades e guerras do início do século XXI, do 11 de Setembro de 2001, e tudo que se seguiu, foram engendradas no Oriente Médio durante os anos 1970 e 1980, e não no Islamismo, ou na “psique árabe”, ou em qualquer outra ideia vazia e abstrata. Elas estão assentadas em um contexto concreto, político e socioeconômico que o mundo externo, em especial o Ocidente, tanto buscou explorar⁴⁷ (HALLIDAY, 2005, p.129).

Apesar de todo esse impacto da política internacional sob o Oriente Médio, algumas tendências globais da década de 1990 não tiveram grande influência nos Estados da região, como a globalização econômica e o crescente apelo à democratização dos sistemas políticos ao redor do mundo. Em suma, os Estados continuaram a manter um forte controle econômico, político, social sob aparelho estatal e a maioria deles seguiram com governos autoritários/ditatoriais.

Antes de partirmos para o próximo capítulo, façamos alguns apontamentos importantes sobre todo esse processo de formação dos modernos Estados do Oriente Médio e suas consequências para a região e suas sociedades. Diferente da história europeia, na qual os Estados convergiram para a trajetória da coerção capitalizada, os Estados pós-coloniais, sobretudo os do Oriente Médio aqui analisados, seguiram trajetórias de intensa aplicação de coerção. Esse caminho fincado na concentração dos meios coercitivos, privilegiou as instituições das forças armadas no processo da construção estatal dos novos Estados, enquanto as instituições de caráter civil e social foram marginalizadas e suprimidas. Isso se deu, sobretudo, pela seguinte razão:

As potências coloniais que abandonaram suas possessões deixaram atrás de si pouco capital acumulado, mas legaram como herança aos Estados sucessores forças militares que haviam sido recrutadas entre as forças repressivas e moldadas a partir dessas mesmas forças que eles criaram para manter as suas administrações locais. Essas forças armadas, relativamente bem equipadas e bem treinadas, se especializaram, então, no controle das populações civis e no combate aos insurgentes do que nas guerras entre Estados (TILLY, 1996, p.282-283).

⁴⁷ No original: "The seeds of the crisis of the atrocities and wars of the early twenty-first century, of 11 September 2001 and all that followed, lay in the Middle East of the 1970s and 1980s, and not in 'Islam', the 'Arab psyche' or any other such vapid hypostatisation. They lay in a concrete, political and socio-economic context that the outside world, in particular the west, had sought to exploit" (HALLIDAY, 2005, p.129).

As elites políticas e econômicas que lideravam os novos Estados do Oriente Médio obtiveram renda, armas e treinamento militar a partir da negociação direta com as grandes potências mundiais. Os líderes políticos e militares não dependeram das tributações e do recrutamento de suas respectivas populações como na maioria dos casos da Europa. É seguindo essa lógica que "precisamos estar conscientes de que a ascensão do poder militar nos Estados do Terceiro Mundo não é apenas uma fase natural de formação do Estado (...)" (TILLY, 1996, p.311).

O sistema de colonização europeu imposto às diversas regiões do mundo implementou estruturas organizativas militarizadas e voltadas, geralmente, para a complementação econômica das matrizes coloniais. Tamanha interferência gerou Estados bastante distintos dos primeiros Estados nacionais. Para além dessa constatação, Barnett Rubin (2005) chama nossa atenção para o fato de que tanto nesse período imperialista como na contemporaneidade, as potências mundiais (seja elas quais forem) sempre estão buscando diferentes soluções para o mesmo problema: manter a ordem e a segurança de seus interesses em todos os lugares possíveis no mundo. Há uma busca perene pela estabilização da periferia, de acordo com os termos e ambições hegemônicas.

Por fim, percebemos então que o processo de formação dos Estados do Oriente Médio, ocorreu de modo exógeno. Se na Europa os governantes precisaram dialogar com parcela significativa de suas populações para terem acesso ao capital, nessa outra conjuntura líderes políticos se preocupavam muito mais em atender elites externas. Ademais, conforme o sistema de Estado-nação foi sendo ampliado para o resto do mundo, importantes mudanças foram sendo engendradas na realidade internacional e nas possibilidades dos Estados pós-coloniais. Estes últimos carregam suas "heranças" coloniais sob diversas formas: guerras civis, crises de legitimidade, índices socioeconômicos preocupantes, ascensão de grupos e movimentos terroristas, dentre várias outras mazelas sociais (RUBIN, 2005).

2. A ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO (2003-2014)

Os debates circunscritos em torno da definição e da natureza do autoproclamado Estado Islâmico ainda persistem, em sua maioria, em rótulos sensacionalistas que os descreve como terroristas fanáticos irracionais, inclusive relacionando-os com a projeção de imagens do passado, por meio de analogias com as "tribos bárbaras" que varreram o Império Romano, e com as conquistas banhadas a sangue pelas hordas mongóis de Gengis Khan⁴⁸ (NASSER, 2015). Evocar esse tipo de memória e promover estudos focados no enaltecimento de variáveis como a religião e a barbárie, distancia o diálogo acadêmico e impede realização de análises mais circunstanciadas que reflitam sobre a complexa realidade dessa região.

Essa seção dedica-se a expor a formação do grupo jihadista⁴⁹ e elucidar os componentes locais e internacionais que corroboraram para o desfecho da proclamação do Estado Islâmico. Ao identificarmos as raízes do movimento e vislumbrar como ele consubstanciou-se, tendo como ambição consolidar uma estrutura organizacional similar à de um Estado, teremos condições para analisar como foram engendradas as bases de sustentação dessa recém-formada organização, capaz de manter-se como autoridade no território controlado (mesmo que em curto período de tempo). Para além da ocupação territorial, o Estado Islâmico procurou preencher algumas das lacunas socioadministrativas dessas sociedades, com o intuito de angariar legitimidade política perante à população.

Vejamos então quais foram os recentes eventos históricos que propiciaram a ascensão do grupo. Não temos dúvidas que as causas mais profundas e primárias dessa situação caótica residem na partilha territorial do Oriente Médio, exposta no capítulo anterior⁵⁰. Como alega

⁴⁸ De fato, o grupo utiliza-se de técnicas do terror, como os vídeos de decapitações de jornalistas estrangeiros, crucificações daqueles que não aceitam se converterem para sua vertente religiosa, bem como atentados terroristas. Não estamos negando a crueldade na perpetração dessas ações, mas discordamos que sejam executadas sem fins políticos bem determinados. Classificar o Estado Islâmico como a soma de loucos, fanáticos e incapazes de advogar por uma causa política acaba ocultando a natureza estratégica e pragmática da organização.

⁴⁹ A palavra jihad em árabe denota esforço, empenho e luta. Frequentemente, tem sido traduzida de forma equivocada como "Guerra Santa". A jihad apresenta dois aspectos: a jihad maior, a luta íntima contra as más inclinações humanas, e a jihad menor, a defesa armada dos preceitos islâmicos contra seus agressores. No final do século XX, várias organizações armadas islâmicas, na maioria dos casos sunitas, evocaram o discurso da jihad menor para legitimar suas lutas e investidas militares contra governos nacionalistas árabes, potências ocidentais e contra os soviéticos. Nesse sentido, àqueles que alegam fazer uso da violência e ações militares para defender o Islã e seus princípios, consagraram-se como jihadistas. A Al-Qaeda, o Talibã, o Estado Islâmico, a Frente al-Nusra e o Boko Haram são importantes exemplos de organizações e grupos jihadistas (COCKBURN, 2015; NAPOLEONI, 2016).

⁵⁰ A doutrina mais ampla que permeia ainda hoje os membros do Estado Islâmico é denominada como salafismo jihahista ou radical (tendo como linha específica o wahabismo). O salafismo professa a rejeição total dos valores e da influência do Ocidente, tendo como objetivo central a expulsão de todos os governantes favoráveis aos

Loretta Napoleoni (2016), essa seria a longa resposta para explicar a formação do Estado Islâmico. Já a resposta imediata e sucinta reside na invasão do Iraque liderada pelos Estados Unidos em 2003 e na guerra civil desencadeada na Síria a partir de 2011. A especialista em estudos sobre o Oriente Médio Lina Khatib (2015, p.1), reafirma essa explicação ao demonstrar como o grupo extremista sunita apropriou-se de duas poderosas dinâmicas sociais: a exclusão sistemática dos sunitas promovida pelo Governo do Iraque (umas das consequências da invasão de 2003), e o conflito civil sírio (2011-presente).

Frente a esse contexto de conflitos e de desestabilização de algumas instituições políticas, ascenderam dois jihadistas que foram as figuras proeminentes no processo de formulação e consolidação do Estado Islâmico: Abu Musab al-Zarqawi (1966-2006) e, seu sucessor, Abu Bakr al-Baghdadi (1971-presente). O jordaniano al-Zarqawi, considerado o arquiteto e estrategista do que viria a ser o Estado Islâmico em junho de 2014, é o responsável por inflamar o antigo conflito entre sunitas e xiitas no Iraque, quando orquestrou diversos ataques suicidas contra mesquitas xiitas e seus imãs⁵¹. O iraquiano al-Baghdadi, autointitulado Califa do Estado Islâmico,⁵² assimilou as mensagens de al-Zarqawi sobre instituir um Governo Islâmico legítimo e percebeu na guerra civil da Síria uma plataforma de lançamento para consolidar as estratégias de formação do Califado (NAPOLEONI, 2016, p.32).

Para aprofundar nosso entendimento sobre a ascensão do Estado Islâmico, iniciaremos esse capítulo olhando para a trajetória do jihadista de Abu Musab al-Zarqawi e como ele soube polarizar ainda mais a sociedade iraquiana após o desmantelamento social e político ocasionado

interesses ocidentais. No entanto, a ideologia do salafismo não nasceu antiocidental. Ao contrário, emergiu na segunda metade do século XIX, como um sentimento de admiração dos árabes pela modernização e pelo desenvolvimento da Europa, enquanto o Império Otomano vivia um processo de decadência. Assim, vários dirigentes políticos progressistas e intelectuais árabes tentaram impulsionar a modernização, tendo como norte o processo de criação do Estado nacional europeu. Esses foram os primeiros adeptos do salafismo, que viram no Império Otomano a razão do fracasso econômico e político do mundo árabe antes da Primeira Grande Guerra (1914-1918). Porém, no fim do século XIX a admiração pelo Ocidente transforma-se em raiva e ódio, quando as potências europeias lançaram sobre o Oriente Médio seus ímpetos imperialistas, dando início a uma bruta e longa colonização. Esse momento histórico fatídico transformou o salafismo em uma doutrina que busca a purificação do Islã, e sobretudo expurgar a corrupção para livrar-se da estagnação provocada pela colonização europeia. Vale ressaltar que as vertentes do salafismo mais extremistas e radicais, entendem a purificação do Islã enquanto a expurgação tanto religiosa quanto política de outras fontes que não sejam da religião islâmica. Adicionalmente, há também as vertentes consideradas "*soft*" ou "*quietist*" que visam apenas o âmbito religioso (BERGER, STERN, 2016; NAPOLEONI, 2016).

⁵¹ Termo que designa autoridade religiosa no Islã.

⁵² Califa é o título do chefe de Estado muçulmano e líder religioso da nação, responsável por manter a integridade do Governo e da crença, dado que a vida política e a vida religiosa no Califado são interligadas.

pela invasão do Iraque em 2003. Como afirmam Jessica Stern e J. M. Berger (2016, p.13), "diversos fatores contribuíram para a ascensão do ISIS, mas a sua origem se assenta com Zarqawi e a invasão do Iraque em 2003 que deu a ele propósito⁵³".

2.1 A trajetória de al-Zarqawi: o arquiteto do Estado Islâmico

Os primeiros contornos ideológicos e estratégicos em torno desse projeto de recriar o Califado foram desenhados por Abu Musab al-Zarqawi. Nascido na segunda maior cidade da Jordânia⁵⁴, no seio de uma família de origem beduína e sem condições financeiras, não era um grande entusiasta dos estudos, conhecido principalmente por beber compulsivamente, por usar e traficar drogas e por possuir diversas tatuagens no corpo. Ingerir bebidas alcoólicas, fazer uso de entorpecentes químicos e tatuar-se são todas práticas proibidas pelo Islã. Logo, quem olhasse para o jovem al-Zarqawi nesse período não poderia prever que ele se tornaria um salafista radical, defensor da estrita aplicação da Sharia como norma de conduta da sociedade (BERGER, STERN, 2016).

Abu Musab al-Zarqawi iniciou sua jornada no movimento jihadista em 1989, quando se juntou à insurgência contra a ocupação da União Soviética (URSS) no Afeganistão, mas no princípio não conseguiu chegar a linha de frente e lutar nas batalhas como havia imaginado. Posteriormente, dedicou-se ao treinamento e lutou em um dos conflitos mais sangrentos do Afeganistão após o fim da Guerra Fria, no qual várias facções afegãs disputavam o vácuo político deixado pelos soviéticos. Nesse período, al-Zarqawi conheceu este que veio a ser seu mentor espiritual e grande amigo, o xeque Abu Muhammad al-Maqdisi, um proeminente teólogo erudito, considerado um dos arquitetos do salafismo jihadista contemporâneo. Seus ensinamentos definiam a rígida e intransigente interpretação da Sharia, de modo que qualquer governo que não seguisse perfeitamente os princípios e as normas previstas no código moral e legislativo do Islã deveria ser combatido violentamente até ser destruído (BERGER, STERN, 2016).

⁵³ No original: "many diverse factors contributed to the rise of ISIS, but its roots lie with Zarqawi and the 2003 invasion of Iraq that gave him purpose".

⁵⁴ Na cidade de Zarqa, por isso adotou como nome de "guerra" al-Zarqawi. Muitos jihadistas escolhem seus "novos" nomes baseados no local de onde vieram. Seu nome de origem era Ahmad Fadhil Nazzal al Kalaylah.

Esse processo de doutrinação ocorreu durante o período de 1994 até 1999, em um presídio na Jordânia, em que al-Zarqawi viu-se transformado e passou a ser respeitado como um dos líderes jihadistas. Ao sair da prisão, onde havia conquistado algumas dezenas de seguidores com seus convincentes discursos sobre a ofensiva jihad contra os apóstatas⁵⁵ e a restauração do califado, liderou um modesto centro de treinamento militar na fronteira Afeganistão-Paquistão, próximo ao Irã, onde organizou atentados terroristas suicidas. No ano 2000, encontrou-se com o líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden, e nesse primeiro encontro ficara evidente que o laço entre eles se resumia nas premissas básicas do salafismo e no uso da violência em suas respectivas jihad, característica comum entre os movimentos jihadistas sunitas radicais (BERGER, STERN, 2016).

Havia, no entanto, um grande contraste nas estratégias e importantes questões ideológicas entre os dois líderes. Por essa razão al-Zarqawi recusou o convite de ingresso na Al-Qaeda feito por Osama Bin Laden, pois seu anseio era combater os "inimigos próximos", os piores traidores e hereges: os xiitas. Sua luta movia-se para derrubar os governos islâmicos corruptos, atacá-los diretamente em seus próprios territórios. Bin Laden não compartilhava e nem aprovava a inflamação do conflito sectário, visto que o objetivo central da Al-Qaeda girava em torno da destruição e desmoralização dos Estados Unidos como alvo primário (NAPOLEONI, 2016).

A invasão do Iraque em 2003 desmantelou a ordem política e social do país, o que ocasionou a inflamação do conflito sectário na região. O sectarismo religioso proporcionou o contexto ideal para que os discursos de ódio contra os xiitas emanados por al-Zarqawi (e atualmente pelo Estado Islâmico) tivessem maior poder de propagação. Antes da invasão, al-Zarqawi estava concentrado em administrar seu centro de treinamento e operações terroristas,

⁵⁵ Os apóstatas (ou hereges) são os infiéis e/ou traidores da causa divina, aqueles que estariam renegando os mandamentos e as escrituras sagradas (muitas vezes tendo como punição a morte). A acusação de apostasia (*takfir*) teve origem no primeiro conflito violento entre sunitas e xiitas, o que foi a primeira guerra civil entre muçulmanos conhecida como a Grande Fitna, deflagrada no ano 655. A disputa se deu devido a questão da sucessão de quem seria o califa, pois Uthman estava sendo acusado de apostasia (*takfir*) pelos aliados de Ali, que alegavam que ele era o descendente direto de Maomé. Ocorreu assim a histórica cisma entre os sunitas (seguidores do califa Uthman) e os xiitas (defensores de Ali), conflito legitimado pelo conceito de *takfir*, que desde de então passou a ser utilizado pelos dois ramos como respaldo para alcançar o poder político. Ressaltamos então que acusar o inimigo de *takfir* possui sérias consequências e sempre esteve profundamente ligado às questões políticas e econômicas (NAPOLEONI, 2016, p.108).

localizado na cidade de Herat⁵⁶, de forma independente à Al-Qaeda, apesar de receber financiamento da organização (BERGER, STERN, 2016; BUNZEL, 2015).

Durante esse período, do ano de 1999 até o final de 2001, al-Zarqawi manteve laços superficiais com a Al-Qaeda, sob a justificativa de ter uma ideologia mais restrita, com estratégias e objetivos de curto prazo diferentes, e inclusive se negou a prestar o juramento de fidelidade à organização⁵⁷ quando solicitado por Bin Laden. Contudo, pouco depois os Estados Unidos invadem o Afeganistão em outubro de 2001, levando al-Zarqawi e seus discípulos para o norte do Iraque, onde fundaram o grupo chamado Jama'at Tawhid al-Jihad. Nesse local, passaram a trabalhar e defender a Al-Qaeda, concentrando sua luta principalmente na restauração do califado. Nas palavras de al-Zarqawi: “Atualmente estou no Iraque lutando a jihad com meus irmãos com o objetivo de estabelecer uma pátria para o Islã e um Estado para o Alcorão”⁵⁸ (apud BUNZEL, 2015, p.15).

Ironicamente, foi a invasão ao Iraque, ocorrida em 2003, liderada pelo presidente americano George W. Bush, que impulsionou al-Zarqawi a estabelecer aliança com Bin Laden e assumir o comando da Al-Qaeda no Iraque. A questão central que deve ser ressaltada é o esfacelamento do tecido social iraquiano após a queda do governo de Saddam Hussein, devido à falta de planejamento para restituir os processos políticos do país. Esse cenário promovido pela ingerência dos Estados Unidos foi o palco perfeito para al-Zarqawi inflamar o conflito sectário e atrair militantes sunitas para sua causa.

Desse modo, o jihadista jordaniano organizou no mês de agosto dois atentados terroristas suicidas que sinalizavam suas intenções políticas: o primeiro foi um caminhão-bomba que explodiu a sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Bagdá; e alguns dias depois arquitetou o atentado suicida contra a mesquita do imã Ali, em que matou 125 xiitas. Loretta Napoleoni (2016, p.34) afirma que houve falta de percepção dos analistas ocidentais em captar as verdadeiras lutas que estavam sendo travadas na guerra civil desencadeada no Iraque após a invasão. Já o movimento jihadista internacional compreendeu e assimilou a

⁵⁶Al-Zarqawi recebeu autorização do líder do Talibã para conduzir seu complexo na fronteira do Afeganistão (BERGER, STERN, 2016).

⁵⁷ *Bayah* é o termo islâmico para designar esse juramento de lealdade a um líder e/ou organização.

⁵⁸ Essa frase foi dita por al-Zarqawi em maio de 2004, antes de ser tornar líder da Al-Qaeda no Iraque. No original: "I am currently in Iraq waging jihad with my brothers to establish for Islam a homeland and for the Qur'an a state"(apud BUNZEL, 2015, p.15).

mensagem de al-Zarqawi: os rebeldes sunitas estavam lutando em duas frentes, contra as forças da coalizão internacional e contra os xiitas.

Al-Zarqawi encontrou respaldo ideológico e fortaleceu suas estratégias de violência extrema em um texto jihadista publicado em 2004 pelo pseudônimo Abu Bakr al-Naji. Nesse artigo de 113 páginas, traduzido para o inglês como *Management of Savagery*, consta uma compilação sobre as falhas e as lições aprendidas nas lutas jihadistas anteriores. Ao fazer essa exposição, o autor estabelece três importantes estágios sobre como a *jihad* deve ser empregada.

O primeiro estágio seria a interrupção e exaustão do inimigo por meio de inúmeros ataques terroristas para desmoralização da população inimiga e do enfraquecimento de sua economia. A segunda etapa denominada de "gestão ou administração da selvageria" consiste em uma fase de empreender e realizar atos de violência altamente visíveis, com intuito de enviar uma mensagem para aliados e inimigos. E por fim, o estágio do "empoderamento" com o estabelecimento de regiões controladas pelos jihadistas que poderiam se expandir com o objetivo de recriar o Califado. O artigo *Management of Savagery* de al-Naji foi amplamente lido no meio jihadista e defendeu o uso da violência como a principal estratégia da jihad que, além de atrair militantes para a causa jihadista, também desmoraliza o inimigo (BERGER, STERN, 2016, p.23).

Podemos visualizar então a importância do uso violência na estratégia de al-Zarqawi que se apropriou da desordem política instalada no Iraque pelos Estados Unidos e ainda obteve quase como um presente de Lewis Paul Bremer, o homem nomeado pelo presidente Bush como o responsável pela Autoridade Provisória da Coalizão⁵⁹, a dissolução das forças armadas e a dispensa de todos os funcionários públicos que eram do Partido Baath⁶⁰, antes liderado por Saddam Hussein.

Essa decisão resultou em mais de duzentos mil sunitas (militares e políticos) desempregados e revoltados com as medidas implementadas pelas forças internacionais,

⁵⁹ Quando a guerra civil no Iraque eclode, devido à invasão, a missão dos aliados muda rapidamente do combate para a reconstrução nacional. E assim foi instituída a Autoridade Provisória da Coalizão, que funcionou como um governo de transição.

⁶⁰ O Partido Baath ou também conhecido como Partido Socialista Árabe Baath, teve sua formação na Síria, em 1947, de caráter laico e autoritário. Tem sua composição dada pela mistura do: nacionalismo árabe, do anti-imperialismo e do pan-arabismo. O partido ramificou-se para o território iraquiano e libanês, mas no Iraque foi proibido pela Autoridade Provisória da Coalizão em 2003 (BERGER, STERN; 2015; COCKBURN, 2015).

responsáveis pela transição política. Desse modo, esse número de experientes e educados servidores públicos tornaram-se potenciais recrutas para os movimentos extremistas que buscavam a insurgência, e al-Zarqawi soube se aproveitar dessa oportunidade (BERGER, STERN, 2016, p.19). Sobre esse processo de demissão de membros do Partido Baath, um oficial sênior dos Estados Unidos em ação naquele período afirmou que: "Foi o dia em que fizemos um quarto de milhão de inimigos no Iraque" (apud SCAHILL, 2014, p.2).

No final de 2004, al-Zarqawi prestou o juramento de lealdade a Osama Bin Laden, que em seguida o reconheceu como o chefe da Al-Qaeda no Iraque (AQI). Essa filiação foi vista como um "casamento de interesses", de modo que al-Zarqawi continuou a agir de acordo com seus propósitos e suas estratégias, atacando civis e matando xiitas, e Bin Laden conseguiu ampliar o poder da Al-Qaeda na luta iraquiana. Durante o governo ditatorial de Saddam Hussein (1979-2003), os xiitas eram suprimidos⁶¹, mas após sua queda, a Autoridade Provisória da Coalizão (representante dos interesses norte-americanos no Iraque) apoiou as elites xiitas à ascenderem ao governo iraquiano, sem medidas de conciliação com os sunitas, que passaram a ser sistematicamente removidos do quadro político e administrativo do Iraque (BERGER, STERN, 2016).

Dado o processo histórico de exclusão sistemática entre os sunitas e os xiitas no seio político-administrativo do Iraque, deveria ter sido elaborado um projeto de transição que abarcasse e procurasse conciliar essas diferenças históricas. No entanto, os mecanismos de transição utilizados pela coalizão internacional acirraram as disputas políticas e religiosas do país. O que visualizamos, de fato, foi uma inversão no quadro excludente, em que no período anterior (1979-2003) os xiitas eram marginalizados e suprimidos pelo governo sunita de Saddam Hussein, e depois da invasão de 2003, os 20% de sunitas que compõe a população iraquiana passaram a ser os marginalizados, perseguidos e excluídos pelas elites xiitas que ascenderam ao poder (BERGER, STERN, 2016).

A partir desse momento, o sentimento de revanchismo passou a ser cultivado pelos sunitas e será bastante explorado por Al-Zarqawi e, posteriormente, por Al-Baghdadi. Diante dessa inversão, o país foi tornando-se cada vez mais polarizado e o conflito sectário forneceu o

⁶¹ Sob o governo de Saddam Hussein (um muçulmano sunita), muitos xiitas sofreram perseguições, massacres e não tiveram o direito à participação política. No início da década de 1990, houve um levante xiita contra Hussein (eles esperavam apoio do ocidente, e acabaram não obtendo), que foi suprimido com violência e resultou em inúmeras mortes. Após essa revolta, o regime tornou-se ainda mais sectário, com restrições às instituições e líderes religiosos xiitas (BERGER, STERN, 2015).

contexto ideal para os grupos sunitas radicais, como a AQI, conseguissem cooptar muitos cidadãos sunitas que não encontravam espaço político e democrático no país.

Não foram, todavia, apenas os sunitas iraquianos que se uniram à AQI. Muitos militantes da Arábia Saudita, da Líbia, da Síria, do Iêmen, e do norte da África juntaram-se ao grupo terrorista. Outro ponto importante a ser destacado é sobre a reformulação da propaganda jihadista promovida por al-Zarqawi. No que tange aos aspectos visuais dos vídeos elaborados pela AQI, do ano de 2004 até 2006 foram lançados no meio virtual mais de 80 vídeos exaltando a violência gráfica com decapitações, execuções coletivas, cenas de guerra e tortura, com intuito de atrair principalmente o público jovem (BERGER, STERN, 2016).

Ayman al-Zawahiri, o atual líder da Al-Qaeda⁶², enviou uma carta em 2005 para al-Zarqawi e o advertiu sobre seu comportamento em exibir cenas de massacres e ter civis muçulmanos como alvo. Logo, ficara evidente o descontentamento e a preocupação de Bin Laden⁶³ e de al-Zawahiri em relação as condutas extremamente violentas que líder da Al-Qaeda iraquiana estava resplandecendo. No início do ano de 2006, os índices de violência no Iraque eram alarmantes, com uma guerra civil religiosa parecendo inevitável. Mesmo após as represálias da liderança da Al-Qaeda, al-Zarqawi prosseguiu com uma série de atentados contra os xiitas (principalmente instalando bombas nas mesquitas xiitas) e conseguiu, assim, atrair muitos seguidores e recursos para AQI, que lutava também contra as forças norte-americanas, no território iraquiano (NAPOLEONI, 2016).

Talvez a autoproclamação do Estado Islâmico, como assistimos em 2014, tivesse ocorrido antes, se al-Zarqawi não tivesse morrido em um ataque aéreo liderado pelos Estados Unidos em junho de 2006. Após sua morte, seus sucessores anunciaram a transformação da AQI em algo maior, que seria o estabelecimento do Estado Islâmico do Iraque (EII), como uma nova organização estatal para os sunitas. Fundar um espaço político para abarcar os sunitas consistia em um poderoso discurso para a população marginalizada, visto que os curdos controlavam o norte do Iraque, e os xiitas estavam criando um estado federativo no centro e no sul do país, diante do governo excludente de al-Maliki (BUNZEL, 2015).

⁶² Ayman al-Zawahiri assumiu a posição de liderança da Al-Qaeda após a morte de Osama Bin Laden em 2011.

⁶³ Inclusive Bin Laden percebia e criticava a estratégia de al-Zarqawi em utilizar a acusação de apostasia (*takfir*) como uma arma para legitimar o uso da violência extrema contra a população (NAPOLEONI, 2016).

O anúncio do Estado Islâmico do Iraque não convenceu os observadores externos, nem a mídia internacional e local sobre a nova forma organizacional e suas reivindicações, sobretudo em ser um Estado, sendo assim, continuaram a ser percebidos e mencionadas como a Al-Qaeda no Iraque. No meio virtual jihadista houve certa comemoração entre os membros, mas as autoridades acadêmicas do Jihad-Salafismo pouco comentaram o anúncio, fato que demonstrou a precária credibilidade do projeto meio aos altos escalões do movimento (BUNZEL, 2015).

Essa falta de adesão ao EII também era reflexo da sua realidade, pois com a morte de al-Zarqawi a organização perdeu sua força motriz. Os militantes que ocuparam o lugar de al-Zarqawi continuaram tentando restaurar o Califado e seguindo a estratégia da violência extrema, de modo que em dezembro de 2006, morriam em média 53 civis diariamente no Iraque (BERGER, STERN, 2016, p.27).

Em resposta a essa situação, as tropas norte-americanas instaladas no Iraque buscaram realizar parcerias com os moradores dos bairros com os maiores índices de violência, com o intuito de que os residentes identificassem os jihadistas do EII e de outros grupos terroristas, além de informar a localização dos esconderijos. Houve também recrutamento para aqueles que quisessem se juntar a essa força-tarefa e lutar contra a Al-Qaeda, abrindo assim um caminho para que muitos sunitas marginalizados pudessem ser integrados às forças policiais iraquianas.

Assim, militares estadunidenses e insurgentes uniram-se para combater a Al-Qaeda, e anciãos concentraram-se em convencer a população a voltar as costas aos jihadistas. Tais ações ficaram conhecidas por constituírem o movimento denominado o Despertar Sunita, responsável por enfraquecer e drenar os recursos humanos e políticos de boa parte dos grupos jihadistas no Iraque (NAPOLEONI, 2016).

Em 2008 os objetivos de estabilização pareciam ter sido atingidos, o conflito sectário relativamente controlado, a economia recuperando-se e o cenário socioeconômico estava progredindo. No entanto, esse aparente equilíbrio alcançado desmoronou devido as políticas adotadas pelo primeiro-ministro Nouri al-Maliki a partir de 2010, as quais excluíram os sunitas e promoveram benefícios desproporcionais aos partidos e políticos xiitas. A promessa ressoada pelo movimento Despertar de inclusão dos sunitas na esfera política e democrática foi descumprida por al-Maliki e, para além de não os incluir, passou a perseguir vários líderes sunitas (LAUB, 2016).

Em 2011 as forças estadunidenses foram obrigadas a retirarem-se do Iraque, e um dia depois que os últimos soldados deixaram Bagdá, al-Maliki emitiu um mandado de prisão ao vice-presidente sunita, Tariq Hashimi, sob acusações de filiação com terrorismo. Ademais, fez o mesmo com o popular ministro das finanças e, assim, novamente a população sunita viu-se marginalizada. Grandes protestos contra o governo emergiram nos bairros sunitas e para surpresa do primeiro-ministro em uma das manifestações sunitas a bandeira da Al-Qaeda foi erguida. Relatos apontam que al-Maliki entrou em pânico e ordenou que as revoltas fossem totalmente suprimidas a qualquer custo, o que resultou em uma violenta repressão contra esses movimentos populares e inúmeras mortes. O país mergulhara em uma guerra civil, e os grupos jihadistas voltaram a ter força e conseguir cooptar os sunitas (BERGER, STERN, 2016).

Desse modo, percebemos então que o desmantelamento do Estado iraquiano, iniciado com a invasão norte-americana em 2003, impulsionou a aliança de um dos terroristas mais estratégicos e fundamentalista, al-Zarqawi, com a organização terrorista mais proeminente naquele momento, a Al-Qaeda. Al-Zarqawi aproveitou-se do contexto político de desestabilização instaurado pela invasão, para estirar quase que ao máximo o tecido social do país com suas estratégias de utilização da violência para eliminar e combater as elites xiitas que ascenderam ao poder. Inflamar o conflito sectário, apropriar-se dos ressentimentos e das queixas da população sunita, a qual foi sendo excluída e perseguida sistematicamente pelo governo, possibilitou que al-Zarqawi construísse seu legado como o mentor e idealizador do que viria a ser o Estado Islâmico em 2014.

Seu principal objetivo - a restauração imediata do Califado no Oriente Médio - parecia ter se dissipado quando o Iraque atravessou um curto período de estabilização. No entanto, as políticas sectárias e excludentes de al-Maliki acarretaram a polarização social necessária para impulsionar o novo líder do que restara da Al-Qaeda iraquiana (EII): Abu Bakr al-Baghdadi.

2.2 Al-Baghdadi e a emergência do Estado Islâmico

No verão de 2010, Abu Bakr al-Baghdadi assumiu a liderança da Al-Qaeda no Iraque. A organização estava sucumbindo junto com a rebelião sunita iraquiana (que teve seu auge nos anos de 2006 e 2007 na guerra civil). A nomenclatura de Estado Islâmico no Iraque quase não era mais mencionada, devido ao fracasso dos sucessores de al-Zarqawi em consolidar as estratégias e planos anunciados em 2006 (COCKBURN, 2015).

Com a revolta sunita desencadeada na Síria, em 2011, somada à uma série de campanhas militares e estratégicas orquestradas pela AQI no Iraque e no território sírio, sob a liderança de Al-Baghdadi, a organização se reergueu e tornou-se, ao menos para alguns, muito mais poderosa do que a própria Al-Qaeda. Em um período de quatro anos, mediante condições sociais extremamente favoráveis, o grupo conseguiu angariar fundos para se reestruturar e lançar as bases necessárias para a proclamação do Califado Islâmico em junho de 2014, ao tomar Mossul, a segunda maior cidade do Iraque (COCKBURN, 2015).

Antes de visualizarmos como se deu esse processo de reestruturação, vejamos quais eram as condições em que se encontrava a AQI no início de 2010. Como exposto anteriormente, as relações entre a organização e os líderes da Al-Qaeda mantinham-se por vínculos superficiais, em que muitas vezes a franqueada iraquiana não obedecia às diretrizes vindas do Afeganistão e do Paquistão. Em 2008, Ayman al-Zawahiri exigiu que Abu Hamza al-Muhajir (um dos líderes do EII na época) enviasse para o controle central da Al-Qaeda relatórios detalhados sobre as condições e circunstâncias que se encontrava a filial (BUNZEL, 2015).

O conteúdo desses relatórios deixou a liderança da Al-Qaeda consternada com o fracasso da organização no Iraque. O EII não só havia perdido o controle de quase todas as regiões que controlava (sobretudo na cidade de Ramadi), mas seus líderes dissimularam a realidade ao afirmarem ter conquistado o apoio de numerosos xeques tribais árabes e até mesmo no meio virtual midiático postaram vídeos de operações antigas como se fossem atuais na tentativa de mascarar a desestabilização do grupo. Concomitante a essa situação interna, o movimento Despertar Sunita supracitado acelerava o processo de decadência da organização. Portanto, quando al-Baghdadi se torna líder do grupo em 2010, junto com seu porta voz Abu Muhammad al-Adnani⁶⁴, o EII era um ator político desprezível na região e estava à beira do desaparecimento (BUNZEL, 2015).

No emaranhado cenário político do Iraque, era esse o quadro do EII: uma organização falida. Até que duas dinâmicas sociais proporcionaram as condições ideais para sua remodelação: as políticas sectárias do governo de al-Maliki (responsáveis por fomentar a exclusão sistemática dos sunitas iraquianos) e a guerra civil na Síria. Frente a esse contexto

⁶⁴ Abu Muhammad al-Adnani, que se tornou porta voz do EI em 2010, era um sírio com experiências acadêmicas em estudos sobre o Islã e que jurou lealdade à al-Zarqawi antes da invasão ao Iraque, mas teve sua carreira de militância ativa interrompida por 6 anos de encarceramento em um centro de detenção norte-americano. Em campos de treinamento jihadista ensinava teologia e legislação islâmica (BUNZEL, 2015, p. 23-24).

favorável, proeminentes jihadistas como al-Baghdadi e al-Adnani forneceram as cores e molduras necessárias para a revitalização e reinvenção do EII. Como supracitado, uma das estratégias desenhadas por al-Zarqawi, nos anos de 2003 até 2006, consistia na jihad ofensiva contra os xiitas, estratégia essa claramente herdada e implementada pela nova liderança do Estado Islâmico.

Cole Bunzel (2015, p.11) destaca um importante aspecto sobre a percepção dos sunitas em todo Oriente Médio, pautada em um processo que o autor denomina como *Shi'itization*. Esse processo corresponde a ascensão das elites xiitas ao poder do Oriente Médio, em que tais elites estão procurando consolidar a expansão do domínio xiita de Teerã (capital do Irã) até Beirute (capital do Líbano). Os líderes jihadistas apontam como a materialização desse processo a instituição da República Islâmica do Irã, o Hezbollah no Líbano e o regime de al-Assad na Síria⁶⁵, e desse modo buscam enquadrar esses fatos políticos como mais um argumento para legitimar o discurso ideológico de ódio perpetrado contra os xiitas.

Essas tensões dentro do território iraquiano foram inevitáveis, especialmente quando as relações entre o Irã e o Iraque de al-Maliki se aprofundaram no ano de 2011, dando espaço para interpretações ambíguas e fomentando o conflito sectário. Nesse contexto, al-Baghdadi explorou essas tensões, apresentando-se como uma ferramenta de reivindicação e justiça para os sunitas. Em seus meios de comunicação e no contato direto, o grupo ressaltava as narrativas de humilhação e discriminação dos sunitas promovidas pelo governo iraquiano, bem como o objetivo de trazer o mundo de volta ao caminho "correto" do Islã lutando contra os apóstatas. A exploração dessa dinâmica sectária, deve ser compreendida como uma das principais forças que impulsionaram e que ainda mantém a legitimidade do poderoso discurso emanado por al-Baghdadi (KHATIB, 2015, p.8).

Falemos então, primeiramente, como al-Baghdadi e al-Adnani, consagraram-se como a liderança efetiva que tomou as rédeas e dirigiu o grupo pelo violento e estratégico percurso até a proclamação do Estado Islâmico. O iraquiano Abu Bakr al-Baghdadi nasceu em 1971, na cidade de Samarra, uma cidade majoritariamente sunita ao norte de Bagdá e alega ser descendente do profeta Maomé. De acordo com sua única biografia publicada por Turki al-

⁶⁵ O regime de Bashar al-Assad, assim como foi o de seu pai Hafez al-Assad, é considerado alauíta, uma vertente do islamismo xiita (COCKBURN, 2015).

Binali, sua família é considerada salafista, seu irmãos e tios são imãs e professores universitários do idioma árabe, bem como de retórica e lógica.

Al-Baghdadi formou-se em estudos islâmicos pela Universidade de Bagdá e possui aprofundado conhecimento sobre a jurisprudência da Sharia, tendo trabalhado em várias mesquitas. Antes de entrar para o movimento jihadista em 2003, era visto como um homem introspectivo, reservado e educado. Inclusive na década de 1990, al-Baghdadi foi colega de Ahmed al-Dabash, que posteriormente tornou-se o líder de um grupo insurgente sunita, o Exército Islâmico do Iraque. Al-Dabash o descreveu como alguém quieto e retraído, sem potencial para a jihad. Acrescentou, ao final, que ele era insignificante (BERGER, STERN, 2016; NAPOLEONI, 2016).

É no mínimo estranho saber que al-Baghdadi, o autointitulado califa do Estado Islâmico, foi classificado como não significante aos olhos de outro jihadista. Em relação a esse aspecto, devemos avaliar que antes dos Estados Unidos e seus aliados invadirem o Iraque, al-Baghdadi não havia caminhado em direção aos grupos extremistas e portanto, passou despercebido até se juntar à insurgência contra as forças norte-americanas. Em 2003, logo após a invasão, emergiu o grupo sunita extremista chamado Jamaat Jaysh Ahl al Sunnah wa-al-Jamaah, do qual al-Baghdadi foi cofundador e líder do comitê da Sharia, iniciando assim sua carreira jihadista (BERGER, STERN, 2016).

Durante o período em que presidiu o tribunal da Sharia na cidade de Rawa, ficou famoso pela brutalidade demonstrada ao ordenar que os suspeitos de ajudarem as forças de coalizão fossem executados publicamente. Segundo a Napoleoni (2016, p.38), "nessa governança de Rawa, podemos ver as sementes dos frutos que al-Baghdadi produzirá na administração de seu Califado".

No início de 2005 foi preso pelas forças norte-americanas e ficou detido por quase cinco anos no centro de detenção americano no Iraque, o *Camp Bucca*. De acordo com general Douglas Stone, responsável por administrar os campos norte-americanos de detenção instalados no Iraque, al-Baghdadi se tornou um jihadista mais eficiente durante esses anos que ficou preso. O tempo de reclusão proporcionou que ele aprofundasse e fortalecesse suas causas extremistas por meio da convivência com outros militantes salafistas, além de ter travado alianças importantes com militantes baathistas (muitos dos quais, posteriormente, ocuparam cargos de liderança no Estado Islâmico). Stone afirmou que os jihaditas que saem da detenção dos Estados

Unidos desenvolvem uma espécie de aura quando reintegrados em suas sociedades, o que legitima e facilita o poder de recrutamento dessas pessoas (BERGER, STERN, 2016, p.36-7).

O general alegou também que além de ter aprofundado seus conhecimentos jihadistas e sua capacidade de atrair novos seguidores, provavelmente, al-Baghdadi desenvolveu as diretrizes e estratégias para fundar o Estado Islâmico, no *Camp Bucca*. Sendo um grande estrategista e influente líder sabia que não podia chamar a atenção dos oficiais norte-americanos e, portanto, se comportou discretamente no campo de detenção, disfarçando assim seu verdadeiro potencial de liderança (BERGER, STERN, 2016).

Desse modo, passou despercebido pelos oficiais e, como muitos outros jihadistas, teve sua liberdade em 2009 - acredita-se que muitos prisioneiros receberam a anistia entre 2009 e 2010 devido à falta de recursos do governo iraquiano para manter os centros de detenções funcionando. Logo que deixou a prisão, al-Baghdadi com toda sua formação em teologia e leis islâmicas, dotado de uma oratória que pouquíssimos jihadistas possuem, juntou-se as fileiras do EII. No mês de abril de 2010, os sucessores de al-Zarqawi foram mortos em uma operação aérea conjunta dos Estados Unidos com o Iraque, deixando a organização sem liderança. Logo, como supramencionado, o grupo em si estava em ruínas.

Diante dessa situação, em maio de 2010, Abu Bakr al-Baghdadi se tornou líder do EII e estabeleceu como prioridade reconstruir a organização. Iniciou sua trajetória com a expulsão dos críticos internos e os substituiu por aliados de confiança, geralmente, outros militantes que ele havia conhecido no *Camp Bucca*. Al-Baghdadi recrutou vários líderes do Partido Baath (extinguido e proibido em 2003) que estavam desempregados e humilhados desde a queda de Saddam Hussein (BERGER, STERN, 2016).

Esse fato é crucial para entendermos como o grupo foi capaz de planejar e executar com destreza ataques militares convencionais e assim conquistar, por meio de uma guerra tradicional, cidades importantes do Iraque e da Síria. Ao entrarem para a organização, os ex-funcionários graduados do exército e da inteligência iraquiana, à época de Saddam Hussein, agregaram habilidades organizacionais, treinamento militar e experiência burocrática para o grupo de al-Baghdadi que até aquele momento o EII e a Al-Qaeda nunca dispuseram. Vale mencionar que nem todos os baathistas comungavam com a ideologia fundamentalista do Estado Islâmico, mas ainda sim al-Baghdadi os incorporou ao grupo. Essa aliança demonstra a natureza pragmática da organização (COCKBURN, 2015; BERGER, STERN, 2016).

Byman (2016) argumenta que o Estado Islâmico é uma organização altamente ideológica, todavia seus líderes, frequentemente, instrumentalizaram e subordinaram a ideologia aos objetivos políticos e estratégicos do grupo. Na mesma linha, Khatib (2015, p.3) salienta que "embora a ideologia tenha um papel importante em como o Estado Islâmico opera, os objetivos estratégicos da organização não são guiados por ideologia, mas sim pela aquisição de dinheiro, recursos e poder⁶⁶".

Tendo esses objetivos políticos como norte, al-Baghdadi, em 2010, buscou patrocinadores para financiar a reconstrução do grupo. Kuwaitianos, catarianos e sauditas estavam ali para financiá-lo, proporcionando de forma indireta equipamentos militares oriundos do Ocidente. O propósito desses patrocinadores consistia em subsidiar facções anti-Assad que pudessem derrubar o governo do presidente sírio. Foi assim que a guerra na Síria lançou as possibilidades para que o grupo, naquele momento, ainda intitulado como Al-Qaeda no Iraque, pudesse adquirir recursos financeiros e armas (COCKBURN, 2015; NAPOLEONI, 2016).

Cockburn (apud 2015, p.44) relata que um membro da inteligência de um país do Oriente Médio que faz fronteira com a Síria relevou para ele que os membros do Estado Islâmico "dizem que ficavam sempre satisfeitos quando armas sofisticadas eram enviadas para qualquer tipo de grupo anti-Assad, porque eles podem sempre obtê-las por ameaça ou pagamentos em dinheiro". Conforme salientamos no capítulo anterior, as dinâmicas regionais do Oriente Médio e seus conflitos são historicamente perpassados por interesses externos. As constantes ingerências internacionais, sejam elas diretas ou indiretas, potencializam o desmantelamento socioeconômico e político de muitos países. No caso específico da Síria:

Foram os Estados Unidos, a Europa e seus aliados regionais na Turquia, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Emirados Árabes que criaram as condições para a ascensão do ISIS. Eles sustentaram um levante sunita na Síria, que se espalhou para o Iraque. Mantiveram a guerra na Síria, embora fosse óbvio, desde 2012, que Assad não cairia. Ele nunca controlou menos de treze ou catorze capitais provinciais da Síria, e foi apoiado pela Rússia, Irã e Hezbollah. Ainda sim, as únicas chances de paz que lhe foram propostas nas conversações de Genebra II, em janeiro de 2014, implicam que deixasse o poder. Ele não aceitaria, e se criaram condições ideais para que o ISIS prosperasse (COCKBURN, 2015, p.49).

⁶⁶ No original: "although ideology plays an important role in how the Islamic State operates, the organization's strategic objectives are not driven by ideology but instead revolve around the acquisition of money, resources, and power".

Outra diretriz adotada por al-Baghdadi consistiu em distanciar-se da Al-Qaeda. Ele estava ciente da impopularidade da marca da organização entre os sunitas iraquianos, ocasionada pelo movimento Despertar Sunita. Em vista disso, al-Baghdadi procurou projetar uma nova imagem no imaginário coletivo, desenhada por traços mais nacionalistas e familiares. Mais impopular que Al-Qaeda para o povo sunita naquele período era o governo xiita, dirigido por al-Maliki (NAPOLEONI, 2016).

Como citado anteriormente, al-Maliki fez uso de táticas políticas injustas para cercar os sunitas do espaço político democrático, tratando-os de forma abertamente discriminatória e violenta. Também mencionamos que al-Baghdadi consciente dessa atmosfera sectária e influenciado pelos ideais e pelas estratégias de al-Zarqawi, procurou extrair o máximo proveito dessa polarização provocada pelo primeiro-ministro. Assim, empregou a violência de forma estratégica, tendo planejado ataques constantes à alvos xiitas, esquematizou também ataques suicidas coordenados em vários locais no mesmo dia, além de continuar a combater as forças norte-americanas (BERGER, STERN, 2016; NAPOLEONI, 2016).

No primeiro ano de comando de al-Baghdadi, os índices de violência no Iraque voltaram a subir exponencialmente, de modo que em outubro de 2011, o Programa de Recompensa para Justiça dos Estados Unidos oferecia dez milhões de dólares para quem fornecesse informações que levassem à captura do novo líder do EII. Os vários atentados promovidos pela organização, a violência empunhada como uma arma estratégica e o governo sectário do primeiro-ministro levaram o Iraque à guerra civil.

Al-Baghdadi estava reconstruindo a organização de maneira tão consistente, que quando pré-anunciou sua campanha "Breaking Down the Walls", a qual consistia em libertar milhares de insurgentes jihadistas que estavam presos no Iraque, não enfrentou nenhuma resistência. Seus seguidores abraçaram o plano e atacaram oito prisões utilizando explosivos improvisados e cumpriram a promessa, libertando milhares de prisioneiros - vários deles, posteriormente, juntaram-se à organização (BERGER, STERN, 2016, p. 39).

Apesar desses avanços na reestruturação organizacional e estratégica do EII, o grupo ainda não estava forte o suficiente para alcançar o plano de estabelecer seu Califado e até mesmo fazer frente às forças iraquianas e outros grupos jihadistas contrários à organização. Nesse sentido, al-Baghdadi viu no conflito sírio uma oportunidade para adquirir recursos

financeiros e remodelar o grupo. Para ter certeza que a guerra na Síria ofereceria essas condições que pudessem fortalecer a organização, al-Baghdadi enviou alguns membros do EII para a Síria, entre eles Abu Mohammed al-Jawlani⁶⁷, com o objetivo de criarem uma filial e operarem diretamente no conflito sírio (BERGER, STERN, 2016; NAPOLEONI, 2016).

No final de 2011, al-Jawlani rapidamente se estabeleceu como líder do novo grupo na Síria, o qual ficou conhecido como Jabhat al-Nusra (JN), e posicionou a organização como uma entidade independente, sem vínculos com o EII ou com a Al-Qaeda. Nos primeiros seis meses, a JN realizou os mesmos tipos de ataques brutais executados pela AQI e pelo EII, como bombardear áreas urbanas e ter como alvo dezenas de civis, principalmente os simpatizantes do presidente da Síria, Bashar al-Assad. Tais medidas mostraram-se ineficazes para cooptar apoio e integrantes para a JN, e assim o líder e fundador al-Jawlani, mudou a abordagem da organização para estratégias de cooperação com outros grupos nacionalistas⁶⁸, de diferentes ideologias e propostas. Esses grupos só cooperaram entre si esporadicamente, pelo objetivo em comum de derrubar o regime de Bashar al-Assad (BERGER, STERN, 2016).

Nessa mudança estratégica, o grupo JN passou também a seguir as diretrizes traçadas pelo núcleo da Al-Qaeda, que em sua maioria são opostas aos planos e as políticas aplicadas pelo EII nas regiões que estão sob seu controle. As lições difundidas pelo líder da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri, consistem em: ganhar o apoio popular; não impor a Sharia; cooperar com outros grupos; e evitar ao máximo utilizar a brutalidade e violência. Al-Zawahiri adverte seus soldados a exercitarem a moderação e não prejudicarem civis, incluindo os cristãos, os xiitas, enfim, os considerados pertencentes as "seções desviantes" da vertente sunita (BYMAN, 2016).

Ao adotar essa nova abordagem, já no final de 2012 a organização Jabhat al-Nusra transformou-se, de acordo com o especialista Aaron Zelin, "em uma das forças de oposição mais legítimas, e os militantes eram vistos pelos moradores locais como árbitros justos quando

⁶⁷ Abu Mohammed al-Jawlani, nasceu na Síria, era um membro da Al-Qaeda no Iraque e passou um tempo com al-Baghdadi no Camp Bucca, e antes de ser enviado para o território sírio, foi o líder do EII em Mossul (BERGER, STERN, 2016).

⁶⁸ Por exemplo, a Jabhat al-Nusra atuou junto com o Exército Livre da Síria (ELS, em inglês a sigla é FSA), considerado pelo Ocidente o melhor grupo opositor ao regime de al-Assad, para assumir o controle da Síria. O ELS possui natureza laica e defende a adoção de um regime mais secular e aberto. Seus membros são considerados como "moderados" e opositores dos movimentos jihadistas, mesmo tendo cooperado com alguns grupos extremistas (COCKBURN, 2015).

lidavam com questões relacionadas à corrupção e serviços sociais⁶⁹" (*apud* BERGER, STERN, 2016, p.42). Concomitante com a ascensão da Jabhat al-Nusra na Síria durante esse ano, al-Baghdadi se concentrava em reerguer e expandir seu grupo no Iraque, tendo afirmado em julho de 2012 que o Estado Islâmico no Iraque estava "(...) retornando renovado, avançando para tomar o controle da terra que tinha e mais... O Estado Islâmico não reconhece fronteiras sintéticas, nem mesmo qualquer cidadania além do Islamismo⁷⁰" (BUNZEL, 2015, p.24).

Esse pronunciamento de al-Baghdadi evidenciava dois pontos fundamentais dos próximos passos que seriam traçados pelo EII. O primeiro repousa no objetivo central da organização: expandir-se para além das áreas que já controlava, isto é, conquistar territórios para a restauração imediata do Califado Islâmico. O segundo ponto implícito na fala de al-Baghdadi consistia na intenção de ampliar o EII para a Síria, visto que ele afirma o não reconhecimento de fronteiras "sintéticas", e que a única cidadania legítima e que deve ser respeitada é a do Islã. Podemos então visualizar que o líder al-Baghdadi traçara seu plano: expandir o EII, por meio de uma guerra de conquista tradicional contra todos os inimigos próximos, as elites xiitas oligárquicas e corruptas que governavam a Síria e o Iraque (NAPOLEONI, 2016).

Em abril de 2013, al-Baghdadi procurou iniciar a concretização do seu plano ao declarar sua soberania sobre a Jabhat al-Nusra que, como supracitado, tornara-se o grupo rebelde sunita mais proeminente e aceito na guerra civil síria. A partir desse período, as fissuras ideológicas entre a liderança da Al-Qaeda e o EII, que até então sempre existiram, mas eram encobertas por laços diplomáticos entre os dois grupos, emergiram com bastante força e rivalidade, de modo a culminar em uma guerra no interior do movimento jihadista (BUNZEL, 2015).

Vejamos então como essa rivalidade se desencadeou. No dia 9 de abril de 2013, al-Baghdadi divulgou um áudio declarando a fusão entre o EII com a Jabhat al-Nusra, para formar o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL, cujo acrônimo em inglês seria ISIS). De maneira unilateral, ele se estabeleceu como o líder da nova organização, deixando Mohammed al-Jawlani e Ayman al-Zawahiri surpresos e furiosos com essa junção. Nesse momento, al-

⁶⁹ No original: "one of the opposition's best fighting forces, and locals viewed its members as fair arbiters when dealing with corruption and social services" (*apud* BERGER, STERN, 2016, p.42).

⁷⁰ No original: "(...) returning anew, advancing to take control of the ground that it had and more... The Islamic State does not recognize synthetic borders, nor any citizenship besides Islam." (BUNZEL, 2015, p.24).

Jawlani jurou lealdade à al-Zawahiri, e assim a JN foi consagrada como o autêntico braço da Al-Qaeda na Síria (BERGER, STERN, 2016).

Houve uma cisão na liderança da Jabhat al-Nusra, entre aqueles que eram a favor da junção com o EIL, e formaram assim o EIIL, e aqueles que seguiram Mohammed al-Jawlani na continuação da JN como uma filiada da Al-Qaeda. Em junho de 2013, o EIIL continuava avançando na conquista de territórios sírios, chocando-se assim direto com a jurisdição da JN. Al-Zawahiri com intuito de controlar e colocar fim nessa rivalidade emitiu uma ordem escrita para que al-Baghdadi restringisse a atuação de seu grupo apenas ao Iraque, e declarou que os comandantes da al-Nusra eram os legítimos representantes da Al-Qaeda na Síria.

Da mesma forma que em 2003 al-Zarqawi ignorou as críticas da liderança da Al-Qaeda, al-Baghdadi desafiou abertamente a ordem da maior organização terrorista daquela época com a seguinte resposta: "Se tenho que escolher entre o governo de Deus e o governo de al-Zawahiri, escolho o governo de Deus." (*apud* NAPOLEONI, 2016, p.42). Al-Baghdadi disse ainda que continuaria a empenhar todos seus esforços na construção de um Estado muçulmano unido, e que não respeitaria a fronteira entre o Iraque e a Síria. As tensões desencadeadas pela formação do EIIL, desbocaram para uma verdadeira guerra entre essas facções jihadistas.

A guerra civil na Síria passou a abarcar não apenas os opositores do regime de al-Assad, mas também um conflito ao norte do país entre organizações jihadistas, sendo um dos principais conflitos e mais violentos, entre a JN e o recém-formado EIIL, em que milhares de pessoas morreram. A conduta desafiadora de al-Baghdadi e a violência perpetrada amplamente pelo EIIL contra outros jihadistas forçaram al-Zawahiri a romper qualquer vínculo com EIIL. Em fevereiro de 2014, ele emitiu uma declaração formal: "O ISIS não é um ramo da [Al-Qaeda], não temos nenhum vínculo organizacional com esse grupo, e não respondemos por suas ações⁷¹" (*apud* BERGER, STERN, 2016, p.43).

Após esse depoimento, al-Baghdadi enviou uma resposta rápida e com toda sua marca de violência embutida: um ataque suicida que matou Abu Khaled al-Suri, um antigo membro da Al-Qaeda, provavelmente o emissário pessoal de al-Zawahiri na Síria. Não havia dúvidas sobre a autoria do assassinato. Desde então, a Al-Qaeda e a Jabhat al-Nusra são considerados inimigos e infiéis da organização de al-Baghdadi. Inclusive, ao longo de 2014 ele tentou

⁷¹ No original: "ISIS is not a branch of the [Al-Qaeda] group, we have no organizational relationship with it, and is not responsible for its actions" (*apud* BERGER, STERN, 2016, p.43).

eliminar a liderança da al-Nusra várias vezes, por meio de atentados, carro-bomba e sequestros (KHATIB, 2015, p. 16).

Nessa sequência, o EIIL já vinha conquistando diversos territórios na Síria e angariando recrutas e financiamentos por meio de uma extraordinária campanha publicitária. Desde que assumiu a liderança do grupo, al-Baghdadi amparado por seus seguidores se empenharam em desenvolver e disseminar nas redes sociais, propagandas sobre o sucesso e sobre a força excepcional da organização, que durante os anos de 2010 a 2012 não eram reais. Eles tinham consciência de que propagar falsas notícias com mensagens apocalípticas no meio virtual repleto de jovens, seria o meio mais eficiente e promissor para o lançamento do projeto de restaurar o Califado. A especialista Napoleoni descreve:

Numa demonstração de perfeita compreensão de técnicas de análise de instrumentos de comunicação e seus efeitos, eles investiram uma quantidade extraordinária de energia em redes sociais para divulgar profecias assustadoras, sabedores de que elas produzirão um efeito que realizará por si mesmo. (...) Era um plano ambicioso, que acreditavam que não podia ser realizado sem a disseminação de um mito cuidadosamente forjado, com uma força muito mais poderosa do que realmente era. Assim, com uma engenhosa máquina de propaganda, operada por homens munidos de conhecimentos práticos e avançados em tecnologia, passaram a espalhar falsas notícias de sua força excepcional por meio de redes sociais, uma estratégia que se revelou de fundamental importância para o recrutamento, o levantamento de recursos financeiros e a execução de programas de treinamento militar. (...) A ilusória artimanha criada pela propaganda enganou todo mundo e escondeu a desoladora realidade de que, no fim de 2010, o Estado Islâmico no Iraque estava à beira da extinção e que a migração para a Síria era seu último cartucho na luta pela sobrevivência (NAPOLEONI, 2016, p.83-84).

E assim, com uma liderança efetiva, al-Baghdadi implementou planos e estratégias para reerguer o Estado Islâmico no Iraque, transformando-o no Estado Islâmico do Iraque e do Levante, já que a guerra civil na Síria proporcionou os meios materiais e financeiros para a consolidação da organização. Vejamos então, de forma breve a conjuntura que desencadeou o conflito sírio, para depois verificarmos a autoproclamação do nosso objeto de pesquisa, o Estado Islâmico.

2.2.1 A Guerra Civil na Síria e a autoproclamação do Estado Islâmico

A guerra civil na Síria é um conflito em andamento que se iniciou junto com outros grandes protestos, os quais tiveram seu estopim na Tunísia em dezembro de 2010 e se espalharam pelo Norte da África e Oriente Médio, então designados como Primavera Árabe. Esse movimento, como apresenta Berger e Stern (2016), culminou na substituição de governantes de países da região. Por exemplo, no Egito a mudança ocorreu duas vezes enquanto que em outros lugares houve revoltas e extensos protestos que foram da Argélia à Arábia Saudita.

A onda revolucionária no Oriente Médio não pode ser vista como um movimento homogêneo, isso porque o que começou como movimentos populares aparentemente sem pautas estruturadas, evoluíram para uma luta contra a "desigualdade, corrupção e frustração com as injustiças sofridas sob os regimes ditatoriais de longa data"⁷² (BERGER; STERN, 2016, p. 39). O curioso é que esses movimentos que foram apresentados pela mídia internacional como um despertar para os direitos civis, assumiu posteriormente uma vertente violenta, dos quais o caso mais extremo foi a violência que viria a se desenhar na Síria.

A ditadura militar na Síria é mais um dos casos no Oriente Médio em que o poder é passado de gerações, mais especificamente de pai para filho. Na Síria, o processo de transição aconteceu em 2000, onde Bashar al-Assad assumiu o governo e o alimentou com punhos de ferro, mantendo a censura, assédios e prisões arbitrárias. Em 2011, quinze adolescentes foram presos e torturados por terem violado a lei que proibia grafite na cidade de Daraa. Grande parte da população ficou indignada com a severidade da punição para um crime brando, e ocorreram assim diversos protestos populares. O regime de al-Assad suprimiu os levantes com extrema violência, o que desencadeou uma organização civil em nível nacional contra seu governo (BERGER; STERN, 2016, p. 40).

Al-Assad até tentou recuar oferecendo concessões, mas não foi o suficiente porque nesse momento a situação havia tomado grandes proporções. Um dos momentos mais impactantes internacionalmente foi quando o cadáver de uma criança foi devolvido a sua família, também na cidade de Daraa. A genitália da criança tinha sido removida e seu cadáver foi queimado e apresentava ferimentos de bala. Nesse mesmo dia, mais um massacre foi realizado, desencadeando pedidos e condenações tanto ocidentais quanto da Liga Árabe, repreendendo as

⁷² No original: "inequality, corruption, and frustration with injustices suffered under long-standing dictatorships" (BERGER; STERN, 2016, p. 39).

atitudes do regime. A *Human Rights Watch* afirmou que "As forças de segurança da Síria estavam usando sistematicamente artifícios como estupro para torturar homens, mulheres e crianças, algumas com apenas doze anos de idade"⁷³ (BERGER; STERN, 2016, p. 41).

A verdade é que al-Baghdadi não desempenhou nenhum papel no colapso sírio como podemos ver, mas rapidamente o explorou. A Síria estava sendo um centro de logística para a jihad iraquiana, onde a fronteira entre os dois países estava servindo para transportar suprimentos bélicos e soldados para lutar no Iraque contra as forças norte-americanas. O presidente al-Assad tolerou essa situação exatamente pelo fato de que a fronteira estava servindo para aumentar os custos estadunidenses da intervenção, pressionando-os assim a retirarem suas tropas da região. Mas após a eclosão da guerra civil síria, essas redes de transporte passaram a ser utilizadas para levar militantes do Estado Islâmico do Iraque e do Levante para lutarem e conquistarem cidades sírias (BYMAN, 2016, p. 134).

E o mais importante para al-Baghdadi foram as condições materiais e econômicas que o conflito sírio trouxe para a organização. Como afirma Cockburn (2015, p. 45), "armas fornecidas às forças anti-Assad na Síria, por aliados dos Estados Unidos, como a Arábia Saudita e o Qatar, foram frequentemente capturadas [pelo Estado Islâmico] no Iraque". Al-Baghdadi também soube aproveitar das consequências geradas pelas políticas econômicas neoliberais de al-Assad⁷⁴, como as revoltas fervilhantes das tribos no leste rural, para travar alianças com os chefes tribais, de modo que ao proclamar o Estado Islâmico, encontrou apoio e legitimidade entre esses líderes (KHATIB, 2015, p.10).

Desse modo, al-Baghdadi avançou e conquistou importantes regiões da Síria. Conseguiu tomar posse de áreas ricas em recursos, como a província Raqqa (ficou conhecida como a capital do EI), Deir al-Zour, Kobanê, e logrou seu autofinanciamento por meio da venda de petróleo, trigo e água, exigiu resgate de estrangeiros sequestrados, e passou também a organizar a arrecadação de impostos das populações locais. Iremos tratar sobre a articulação das questões financeiras, coercitivas e administrativas no próximo capítulo (KHATIB, 2015).

⁷³ No original: "Syrian security forces were using rape systematically to torture men, women, and children, some as young as twelve years old" (BERGER; STERN, 2016, p. 41).

⁷⁴ Políticas essas que se concentraram em fomentar apenas os centros urbanos, de modo que as regiões rurais foram em grande parte ignoradas. E assim como o Iraque, a Síria também é um país em que há uma forte presença de tribos na sua composição social política, e devido a falta de políticas e esforços para atender as demandas tribais, os laços entre elas e o governo central sírio são bastante problemáticos.

Al-Baghdadi ao conciliar a visão militar e estratégia fornecida pelos ex-comandantes baathistas com a experiência de veteranos jihadistas que lutaram no Afeganistão e no Iraque, criou uma estrutura militar fechada e centralizada capaz de se lançar em uma guerra convencional e obter vitórias significativas. Simultaneamente a esse aspecto militar, empenhou-se em produzir a inovadora e revolucionária propaganda jihadista nas principais mídias sociais, produzindo vídeos com efeitos gráficos para demonstrar ao mundo e aos seus potenciais recrutas a eficiência e o sucesso das operações militares do grupo, bem como promover a desmoralização de seus inimigos com decapitações e torturas (KHATIB, 2015).

Segundo Napoleoni (2016, p.20), o Estado Islâmico tem total consciência da força que a "propaganda do medo" exerce sob seus inimigos e opositores (tanto locais quanto globais). Sobre essa questão, Cockburn (2015, p. 35) destaca que:

O ISIS é especialista em estimular o medo. Os vídeos que produz, de seus combatentes executando soldados e pilotos de avião, tiveram um papel importante para aterrorizar e desmoralizar militares xiitas à época da captura de Mossul e Tikrit. Em seguida, houve mais cenas sinistras publicadas na internet, quando o ISIS derrotou a peshmerga (soldados curdos) do Governo Regional do Curdistão, em agosto [do ano 2014]. Entretanto, o medo também uniu um amplo arco de oponentes do ISIS que eram antes hostis uns em relação aos outros.

De fato, a incursão militar ofensiva e centralizada, centenas de vídeos expondo violência e medo, o pragmatismo e outras características dessa nova organização jihadista híbrida conectou uma gama de países e grupos em uma coalização internacional inesperada. Reunir Estados Unidos, Rússia, Iraque, Irã, o regime de Bashar al-Assad na Síria, Arábia Saudita, União Europeia, Jordânia e curdos, em uma aliança, mesmo que temporária, nunca pareceu algo provável. Não obstante, a ascensão e os métodos do Estado Islâmico geraram essa impensada união. Assim sendo, o maior objetivo da organização (expandir e fazer com o que o Califado fosse duradouro) estava bastante comprometido (WALT, 2017).

Ainda sim, sua capacidade de conquistar territórios surpreendeu grande parte dos políticos e acadêmicos. Em janeiro de 2014, o grupo tomou Fallujah (que fica apenas 65 quilômetros de Bagdá), bem como um vasto território em Anbar, que é uma grande província localizada na região oeste do Iraque. Havia cinco divisões do exército iraquiano instaladas em

Anbar quando o EI invadiu a província, ainda assim o exército foi derrotado, perdendo 5 mil soldados e mais de 12 mil desertaram (COCKBURN, 2015, p.88-89).

No dia 6 de junho de 2014, al-Baghdadi e seus combatentes atacaram a segunda maior cidade do Iraque, Mossul⁷⁵, que caiu em apenas 4 dias. O Estado Islâmico contava com 1.300 homens nessa batalha e enfrentaram o exército iraquiano que nominalmente contabilizava 60 mil soldados. No entanto, Cockburn (2015, p.53) aponta que devido à corrupção nas forças de segurança do Iraque apenas 1 em cada 3 homens estava de fato em Mossul.

Ainda em junho, o grupo tomou também a cidade de Tikrit e de Baiji (sede da maior refinaria do país). Nesses dois casos não houve luta, as tropas iraquianas abandonaram as cidades⁷⁶. Ademais, vale destacar que "o governo iraquiano dispunha de um exército com 350 mil soldados, no qual havia investido 41,6 bilhões de dólares, entre 2011 e 2014. Porém, essas forças derreteram sem resistência significativa (COCKBURN, 2015, p.32)".

Em julho, os militantes do EI lançaram um ataque contra uma das últimas fortalezas do exército sírio na província de Raqqa. A ofensiva do grupo na Síria impôs as mais sérias derrotas que o exército oficial tinha sofrido desde o início da guerra civil. No começo de agosto de 2014, o Estado Islâmico continuava sua expansão territorial, cercando as forças curdas em Sinjar (Curdistão iraquiano):

O assalto do ISIS contra os curdos e, em especial, as guerrilhas curdas de Yazidi, no início de agosto, abriu um novo capítulo no envolvimento dos EUA no Iraque. A rápida derrota da força, supostamente constituída por combatentes superiores ao exército regular do Iraque, foi uma demonstração clara da capacidade militar do ISIS (COCKBURN, 2015, p.36).

Após essa rápida vitória, o Estado Islâmico pareceu posicionado para invadir a capital curda (Erbil), de modo que, nesse momento, os Estados Unidos passaram a estar diretamente envolvidos no conflito e deflagraram ataques aéreos à algumas regiões controladas pelo grupo

⁷⁵ Segundo Cockburn (2015, p.53), Mossul era insegura já havia algum tempo. A cidade conta com 2 milhões de habitantes sendo a maioria esmagadora sunita. No caso da capital do Iraque, Bagdá, são 7 milhões de pessoas sendo a maioria xiita (Ibid, p.69).

⁷⁶ Em julho de 2014, a Arábia Saudita enviou 30 mil soldados para suas fronteiras com o Iraque, com receio de que os jihadistas do Estado Islâmico tentassem atuar em seu território (COCKBURN, 2015, p.18).

no território iraquiano. No final de setembro, os bombardeios aéreos foram estendidos para a Síria. Essas ofensivas não foram suficientes para eliminar o Estado Islâmico, mas forçou a organização a abandonar a guerra semiconvencional (executada por filas de Humvees americanos capturados do exército iraquiano) e recuar para a tática de guerrilhas (COCKBURN, 2015, p.33).

Apesar de alguns discursos midiáticos e políticos terem alegado que o grupo simbolizava uma ameaça à segurança global, essa afirmação nunca foi condizente com a realidade. O Estado Islâmico representou uma ameaça regional, sobretudo para as minorias étnicas e religiosas que viveram sob seu rígido controle como xiitas, cristãos, curdos, alauítas e sunitas que desaprovavam o grupo (COCKBURN, 2015; BYMAN, 2016; NAPOLEONI, 2016).

O pronunciamento oficial do grupo proclamando a instauração do Califado aconteceu no dia 24 de junho de 2014. O líder, Abu Bakr al-Baghdadi, anunciou na emblemática mesquita Al Nuri de Mossul, a criação do Estado Islâmico e se autointitulou como o novo califa. No vídeo, al-Baghdadi se dirigiu à todos os muçulmanos para afirmar que seu Califado era um Estado onde "árabes e não árabes, homens brancos e negros, orientais e ocidentais são todos irmãos... A Síria não é para os sírios e o Iraque não é para os iraquianos. A Terra é de Ala" (apud COCKBURN, 2015, p. 27).

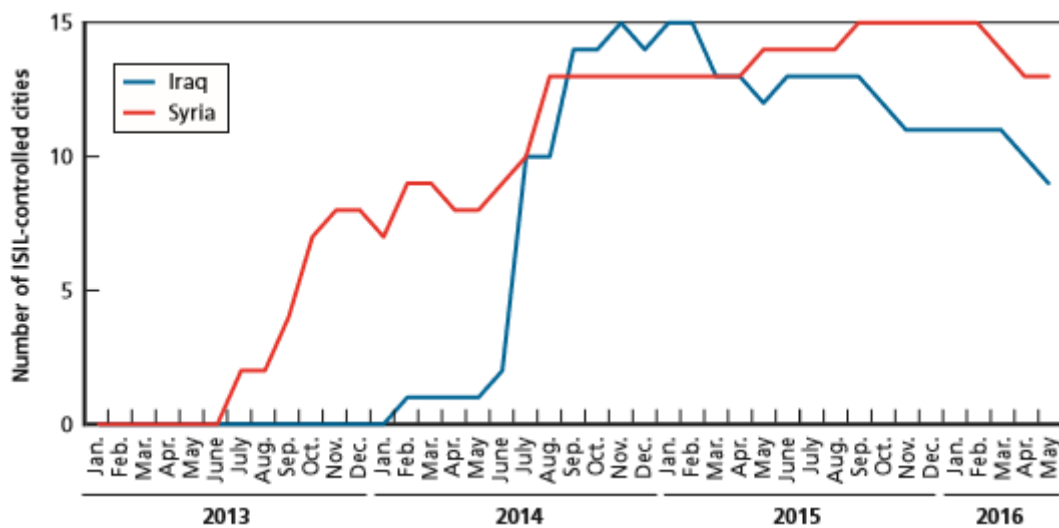
A mensagem política emanada pelo líder do Estado Islâmico representava um forte apelo para os grupos marginalizados. Napoleoni (2016, p.17) nos relata que:

Essa mensagem surge numa época de grande desestabilização no Oriente Médio, com a Síria e o Iraque ardendo em guerras intestinas, a Líbia à beira de um conflito de tribos rivais, o Egito fervilhando de cidadãos descontentes governados pelo exercito, e Israel envolvido em mais uma guerra com os habitantes de Gaza. Assim, o renascimento do Califado sob o comendo de um novo califa, al-Baghdadi, pareceu, aos olhos de muitos sunitas, não o surgimento de mais um grupo armado, mas o renascimento, das cinzas de décadas de guerra e destruição, de uma nova e promissora organização política.

O gráfico abaixo demonstra o número de cidades que foram controladas pelo grupo, desde de 2013, sendo a linha azul para o Iraque e a vermelha para a Síria. Fica nítido que na Síria, a organização avançou territorialmente de forma rápida, no final de 2013, perto da época

em que estavam consolidando o controle sobre Raqqa. A partir de meados de 2014, ocorreu a segunda onda de expansão territorial, conforme o avanço do grupo no Iraque. O autoproclamado Estado Islâmico controlou 51 cidades⁷⁷, 31 cidades sírias e 20 iraquianas. Desse total, 38 foram controladas unilateralmente (sem contestações ou disputas com outros grupos armados), durante esses anos (RAND, p.45-46).

Gráfico 1 - Número de cidades controladas pelo Estado Islâmico no Iraque e na Síria



Fonte: RAND (2017, p.47).

Com essa síntese sobre a emergência do Estado Islâmico, podemos notar de forma panorâmica como um grupo aproveitou-se de uma conjuntura específica e constituiu-se como uma importante força política e militar em uma região desestabilizada. A próxima etapa consiste na discussão sobre quais foram as bases de sustentação dessa organização jihadista e como elas viabilizaram o domínio, mesmo que por poucos anos, do Estado Islâmico sob um território considerável.

⁷⁷ Foram consideradas cidades controladas pelo EI, àquelas que estiveram sob o domínio da organização por mais de um mês (RAND, 2017).

3. O ESTADO ISLÂMICO E SUAS BASES DE SUSTENTAÇÃO

Nosso referencial teórico nos trouxe constatações relevantes acerca da formação dos Estados nacionais, tanto na Europa quanto no Oriente Médio. Percebemos que a articulação entre duas variáveis cruciais - coerção e capital - forneceram os principais pilares da infraestrutura no interior das modernas organizações políticas. É evidente que os outros fatores mencionados (soberania, legitimidade interna e externa, posição relativa no sistema internacional, pacificação e negociações domésticas, e assim por diante) completam e consolidam os Estados contemporâneos.

Atestamos que no caso dos Estados europeus, os governantes foram compelidos à constantes negociações com suas respectivas populações para obterem capital e meios coercitivos (necessários para ampliar e/ou manter o poder). As populações relutaram em ceder-lhes homens, provisões e impostos sem uma forte pressão ou compensação. Desse modo, os líderes estatais da Europa foram forçados a conceder direitos, espaço político e prover serviços à sociedade civil. Esse processo teve como resultado a subordinação destes Estados às demandas e exigências dos cidadãos europeus (TILLY, 1996).

Já na construção dos modernos Estados do Oriente Médio, as elites locais que ascenderam ao poder político negociaram diretamente com os poderes externos. Enquanto na Europa os governantes precisaram dialogar com parcela significativa da população para terem acesso ao capital, nesse outro contexto os líderes políticos estiveram muito mais envolvidos na negociação com as potências mundiais, suas receitas eram provenientes do comércio internacional. Grande parcela das sociedades civis pós-coloniais foram alijadas do processo de edificação das estruturas estatais e, portanto, mantidas às margens das instituições políticas e econômicas de seus próprios Estados (TILLY, 1996; HALLIDAY, 2005).

Tendo levantado esses importantes aspectos, iremos analisar o nosso objeto de estudo: o autoproclamado Estado Islâmico (EI). O fato de ter durado apenas três anos, enquanto uma organização política territorial, não anula suas vitórias militares e a sua tentativa de reconstruir o Califado e manter sob seu domínio importantes cidades da Síria e do Iraque durante esse período. Apesar de ter falhado na realização do seu slogan em ser "duradouro e em expansão", a organização híbrida do EI buscou construir seu almejado Estado a partir da monopolização da violência no interior dos territórios dominados e da autocapitalização. Em outras palavras, o

grupo lançou suas bases e conseguiu mantê-las, nesse ínterim, por meio da articulação entre a coerção e o capital.

No presente capítulo, iremos, primeiramente, expor a estrutura administrativa, os mecanismos de controle e governança adotados pelo autoproclamado EI. Para alcançar determinados objetivos políticos a organização empregou o uso da violência e do terror estrategicamente. Identificaremos que os meios coercitivos proporcionaram, substancialmente, tanto o avanço militar quanto o domínio político do grupo. Por fim, destrincharemos como EI diversificou seus recursos financeiros alcançando a limitada autossuficiência econômica, por meio da anexação de territórios (COCKBURN, 2015; KHATIB, 2015; NAPOLEONI, 2016).

3.1 A governança do Estado Islâmico: estrutura administrativa e programas sociais

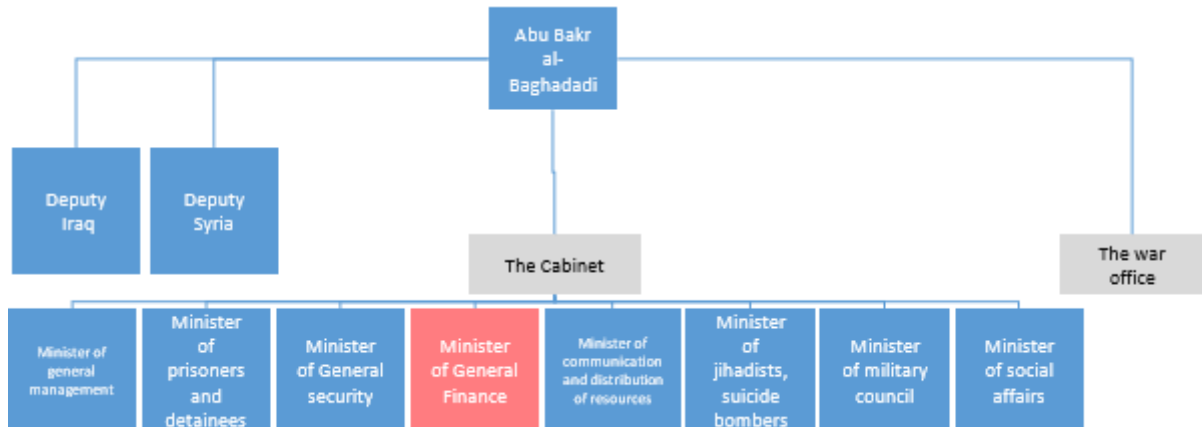
Em seu auge, o autoproclamado Estado Islâmico controlou uma área territorial equivalente ao tamanho do Reino Unido e colocou em campo, aproximadamente, 25.000 combatentes (BERGER, STERN, 2016, p.51). Usaram armas modernas que, em sua grande maioria, eram de origem norte-americana ou russa, cooptadas dos exércitos iraquiano e sírio. Nos territórios conquistados, a imposição coercitiva da Sharia era uma das primeiras tarefas implementadas na governança do grupo. Os membros da organização empenharam-se na manutenção da lei e da ordem, mesmo que de forma rudimentar (NAPOLEONI, 2016).

Nas sociedades controladas pelo Estado Islâmico, as pessoas foram proibidas de fumar e consumir bebidas alcoólicas, as mulheres eram tratadas como cidadãs de segunda classe, não podendo inclusive viajar sem estarem acompanhadas de um parente do sexo masculino e em áreas públicas eram obrigadas a cobrirem todo o corpo com os trajes típicos. Muitos que não eram da vertente salafista tinham duas opções: converterem-se imediatamente a este credo ou seriam executados como apóstatas (BYMAN, 2016).

Em sua estrutura organizacional, o Estado Islâmico tentou replicar uma burocracia tipicamente governamental. O autointitulado califa, al-Baghdadi, ocupava o topo da estrutura administrativa. Contava com dois deputados, um responsável pelas cidades da Síria e o outro pelas regiões controladas no Iraque. E havia ainda oito ministros, cada um responsável por algum setor específico: ministro da administração geral do Estado, ministro dos prisioneiros e

detidos, ministro da segurança, ministro das finanças, ministro da comunicação e distribuição de recursos, ministro dos jihadistas (e operações "homem-bomba"), ministro do conselho militar e ministro dos assuntos sociais (CAT, 2016, p.8).

Figura 3 - Estrutura administrativa do autoproclamado Estado Islâmico



Fonte: CAT (2016, p.8).

Cada província controlada pelo Estado Islâmico teve seu respectivo governador e abaixo dele uma série de unidades administrativas locais. Stern e Bergen (2016) apontaram que essa estrutura utilizada pelo grupo para administrar seu governo foi baseada em *wilayat* (províncias).

Os jihadistas também se dedicaram ao proselitismo e na busca da legitimidade interna por meio de alianças com as tribos sunitas marginalizadas. Quando o grupo tomou Aleppo distribuíram cestas básicas e firmaram parcerias com os produtores locais. Khatib (2015, p.9) observou que tais ações "ajudaram a estabelecer profundos laços com os habitantes locais e cultivou um senso de legitimidade para com o Estado Islâmico"⁷⁸.

É preciso considerar que o Califado de al-Baghdadi, apesar da violência destilada e a utilização de técnicas do terror, empenhou-se em buscar o apoio e a legitimidade dos povos sob seu domínio. Napoleoni (2016, p.18) menciona que moradores dos enclaves conquistados pelo

⁷⁸ No original: "has helped to establish deep ties with locals and cultivate a sense of legitimacy for the Islamic State".

grupo alegaram a chegada dos membros do EI coincidiu com melhorias na administração e no funcionamento diário de seus povoados.

O Estado Islâmico buscou "conquistar legitimidade entre membros da população civil procurando aliciar homens, mulheres e crianças para o Califado na condição de cidadãos" (NAPOLEONI, 2016, p.73). Mesmo que esse suposto exercício de cidadania fosse limitado pelo sectarismo religioso e relegasse às mulheres a condição de cidadãs inferiores, ele não pode ser ignorado. Nesse sentido, o grupo engajou-se no provimento de serviços e na implementação de programas sociais.

Os membros do EI ajudaram na administração de padarias e forneceram frutas e verduras a muitas famílias, geralmente, os militantes do grupo distribuíram esses alimentos pessoalmente para criar vínculos com a população. Na cidade de Raqqa, construíram uma cozinha comunitária gratuita e uma agência de adoção de órfãos para auxiliar a encaixá-los no seio de famílias. Na área da saúde, oferecem assistência médica popular e organizaram campanhas de vacinação contra poliomielite para deter a disseminação da doença (NAPOLEONI, 2016, p.60).

Controlaram os preços de alimentos essenciais como o pão e criaram até um gabinete de proteção ao consumidor. O Estado Islâmico também reconstruiu estradas, tapou buracos, reformou canteiros (das vias principais) e tentou manter os níveis de fornecimento de água e energia elétrica constantes. A qualidade na implementação e oferta desses serviços era precária, mas em meio a desestabilização sistemática que as sociedades síria e iraquiana estão passando desde os anos 2000, a mínima prestação de serviços sociais já representava algum bálsamo para essas populações (KHATIB, 2015; BYMAN, 2016; NAPOLEONI, 2016).

Nas esferas administrativas, o Estado Islâmico estabeleceu linhas precisas de autoridade, criou tribunais e unidades de polícia. Em alguns casos o grupo aproveitava da estrutura estatal existente e em outros desmantelou as instituições e as recriou conforme seu desígnio. Um exemplo ocorreu na cidade de Raqqa, em que foram abertas 24 escolas com um novo currículo aprovado pelos líderes do grupo, 12 para meninas e 12 para meninos. Havia também os "cursos religiosos" ofertados pela organização, com durabilidade de dois a seis meses, que na verdade era uma doutrinação (os combatentes recém-chegados eram obrigados a cursá-lo) (KHATIB, 2015, p.7).

Ocorria também a apropriação de escolas existentes e outras instituições, de modo que os líderes do EI negociavam com os funcionários com o intuito de que eles continuassem em seus respectivos cargos, mas sob o estrito controle do Califado e de suas diretrizes. Khatib salienta que essa tentativa de controlar a educação refletia a visão à longo prazo do grupo em assegurar sua base ideológica, de modo as crianças e os jovens crescessem em ressonância com os ideais e o regime do Estado Islâmico. Nesse sentido, o grupo assimilou instituições estatais e não estatais e imprimiu sua propaganda nas mesmas com o propósito de influenciar as novas gerações (KHATIB, 2015, p.7).

Nessa busca pelo envolvimento com as populações locais, o Estado Islâmico se beneficiou da prolongada brutalidade da guerra civil síria. O país vem enfrentando sérios problemas: uma crise econômica agravada em 2008, um período de mais de uma década de seca, um fluxo intenso de êxodo rural e um governo ditatorial intransigente. Os primeiros protestos desencadeados na Síria eram devido aos problemas socioeconômicos, sobretudo, o desemprego e falta de oportunidades no mercado de trabalho. A tensão sectária (entre sunitas e xiitas) não possuía relevância no contexto político da Síria (KHATIB, 2015; BRANCOLI, 2017).

Os militantes do Estado Islâmico souberam aproveitar essa conjuntura política para angariar legitimidade frente à população. Antes do grupo estabelecer seu domínio em Raqqa e em outras áreas, essas cidades estavam sob o poder de outros grupos rebeldes, geralmente, eram corruptos e extorquiam ao máximo os habitantes locais. Dessa forma, o Estado Islâmico pareceu aos olhos de grande parte da população síria uma organização que estava restaurando a ordem. Ao ter reprimido vários bandidos e milícias corruptas depois de arrebataram as cidades, a organização de al-Baghdadi pareceu legítima e, verdadeiramente, comprometida em erradicar a corrupção (KHATIB, 2015; NAPOLEONI, 2016).

Um caso emblemático foi a execução de Hassan Jazra e nove membros de sua gangue, criminosos popularmente conhecidos, que haviam sido absolvidos por um tribunal sírio (KHATIB, 2015, p.8). Ademais, as autoridades do Estado Islâmico também deceparam as mãos de quatro assaltantes na cidade síria de Manbij, confiscaram e destruíram medicamentos falsos,

chicotearam pessoas por terem insultado seus vizinhos, executaram e crucificaram indivíduos por apostasia ou assassinato⁷⁹ (NAPOLEONI, 2016, p.72).

Outra iniciativa importante do Estado Islâmico nesse processo de angariar legitimidade foi a consolidação de alianças com as tribos sunitas locais para explorar os recursos naturais e os hidrocarbonetos. Primeiramente, essas parcerias foram fundamentais para a extração e o contrabando do petróleo, visto que os habitantes locais detinham conhecimento dos processos e das rotas. Além disso, al-Baghdadi evitou uma grande oposição por parte dessas populações locais e conseguiu ainda projetar a imagem de um poder mais justo e honesto que o governo de Bashar al-Assad (NAPOLEONI, 2016).

O autoproclamado Estado Islâmico empenhou esforços significativos para mediar os conflitos das populações sob seu controle e angariar legitimidade interna. Conforme vimos no nosso arcabouço teórico, a pacificação doméstica, a diferenciação das forças policiais das forças militares, a vigilância e penetração do Estado na vida social foram importantes processos na formação dos Estados modernos, bem como nas suas respectivas consolidações.

Aparentemente, os líderes do Estado Islâmico eram conscientes de que "(...) no século XXI, não é possível criar Estados somente com atos terroristas e violência. Seus integrantes parecem compreender que, para vingar, os Estados precisam subsistir com a aprovação popular" (NAPOLEONI, 2016, p.18). Logo, a complexa organização jihadista liderada por al-Baghdadi não se engajou apenas nas campanhas ofensiva militares. O grupo também mobilizou uma campanha para "conquistar mentes e corações". Na perspectiva de um integrante do Estado Islâmico a realidade era a seguinte:

"Vocês levam em conta apenas as execuções", explica um membro do EI. "Mas toda guerra tem execuções, traidores e espíões. Nós criamos cozinhas comunitárias gratuitas, reconstruímos escolas, hospitais; nós restabelecemos o fornecimento de água e energia; nós bancamos o fornecimento de comida e combustível. Enquanto as Nações Unidas não conseguiram nem fornecer ajuda humanitária, estávamos vacinando crianças contra a poliomielite. O fato é que algumas ações são mais visíveis que outras. Para cada ladrão que punimos, vocês punem centenas de crianças com a sua indiferença." (apud NAPOLEONI, 2016, p.72).

⁷⁹ Muitas vezes os habitantes locais aproveitaram o governo dos jihadistas para resolver pendências com antigos rivais acusando-os de serem espíões e desse modo os membros do Estado Islâmico executou inúmeros cidadãos devido à tais denúncias (BYMAN, 2016, p.143).

Assim, percebemos então que o Estado Islâmico buscou construir seu Califado a partir de algumas noções modernas sobre a centralização administrativa do poder e a legitimidade interna. O desenvolvimento de instituições, o proselitismo, a prestação de serviços e a implementação de programas sociais compuseram o breve período de governança do grupo (BYMAN, 2016, p.140).

3.1.1 A moderna e tecnológica campanha propagandista

Conforme vimos, o desmantelamento do Estado iraquiano, as políticas sectárias de al-Maliki e a guerra civil síria formaram o contexto socioeconômico político que propiciou a ascensão da organização jihadista. Dada essa conjuntura, o Estado Islâmico aproveitou-se do vácuo político gerado pelo encadeamento dessas circunstâncias e estabeleceu o que Walt (2015) denomina de Estado revolucionário⁸⁰ (como ocorreu na Rússia com os bolcheviques, na China com o Partido Comunista, no Camboja com o Khmer Vermelho e no Irã com Ayatollah Khomeini e seus seguidores).

Nesse sentido, Walt explica que os líderes de movimentos revolucionários necessitam de muita sorte para derrubar um regime e depois consolidar seu domínio. Para tanto, precisam de uma elaborada retórica que convença seus militantes à lutarem e encararem todos os riscos e obstáculos que tais situações impõe. Nesse âmbito, o Estado Islâmico se mostrou extremamente hábil e moderno. O grupo dispôs de uma sofisticada operação de propaganda, atraindo milhares de jovens de várias nacionalidades. A capacidade de recrutamento global da organização impressionou líderes mundiais, analistas e acadêmicos (WALT, 2015).

Estima-se que 17.000 combatentes estrangeiros tenham viajado para a Síria e o Iraque para se juntarem a grupos jihadistas (BERGER, STERN, 2016, p.200). Em novembro de 2014, o Estado Islâmico estabeleceu novas *wilayat* (províncias) na Arábia Saudita, Iêmen, Península do Sinai, Líbia e Argélia. O grupo nigeriano, Boko Haram, as facções do Talibã e alguns outros

⁸⁰ As revoluções poder ser lideradas por partidos ou grupos. Quando conseguem ascender ao poder substituem um Estado existente por um novo baseado em diferentes princípios políticos. Os movimentos revolucionários podem ocasionar a derrocada do regime vigente por conta própria ou aproveitam um vácuo político gerado pela queda da antiga ordem colapsada por outros motivos (WALT, 2015).

movimentos declaram lealdade ao autoproclamado Califado⁸¹. As novas províncias e a adesão de importantes grupos à bandeira do Estado Islâmico forneceram prestígio à organização e consequentemente ajudou a atrair militantes (BYMAN, 2016).

Vale mencionar que nesse processo de recrutamento, as mídias sociais desempenharam um importante papel. Os membros do grupo elaboraram propagandas modernas e impactantes⁸², e utilizaram-se do YouTube, Twitter, WhatsApp, Ask.Fm, Facebook, para divulgar a mensagem do Estado Islâmico e recrutar novos combatentes. De acordo com Byman (2016, p.147), no ano de 2015, havia milhares de contas online pró Estado Islâmico, das quais 3.000 estavam em inglês. A internet ampliou a visibilidade da organização em escala global e em uma velocidade surpreendente. Esse ponto deve ser considerado quando analisamos o sucesso do grupo em recrutar estrangeiros e inspirar os ataques de lobos solitários⁸³.

Em um único ano, o EI produziu quase 15.000 materiais de propaganda, dentre eles 800 vídeos com altos recursos técnicos, por exemplo uso de guindastes nas filmagens, câmeras de alta definição e software de efeitos especiais (CAT, 2016, p.22). O grupo criou órgãos especializados em comunicações e propaganda, lançando a revista *Daqib*⁸⁴, traduzida para 11 idiomas (inclusive a língua inglesa e mandarim).

As principais mensagens propagadas nessas revistas (e em outros veículos informativos) consistia na convocação dos muçulmanos para viajarem para a Síria ou alguma de suas províncias e se juntarem ao Estado Islâmico, o que em boa medida era diferente dos jornais publicados pela Al-Qaeda, os quais buscam enfatizar os ataques ao Ocidente. Os jovens insatisfeitos com a realidade socioeconômica e política da região, bem como com a humilhação

⁸¹ Byman (2016) ressalta que desde a declaração do estabelecimento das novas *wilayats*, os especialistas questionaram qual era a capacidade de controlar e influenciar tais províncias e até onde iria de fato a lealdade de outros grupos islâmicos à al-Baghdadi. De qualquer forma, a imagem do Estado Islâmico e sua bandeira expandiram-se e ocuparam o centro das atenções no movimento jihadista.

⁸² Nas propagandas do Estado Islâmico, a jihad armada contra os hereges, é glamourosa, divertida e significativa, e os jihadistas que atendem ao chamado são corajosos, orgulhosos e defensores resignados dotados de fé (BERGER, STERN, 2016).

⁸³ Nas mensagens virtuais emanadas pelo Estado Islâmico, seus membros alegavam que caso não fosse possível juntar-se ao grupo diretamente, àquele que quisesse poderia levar a causa adiante cometendo algum ato de violência isolado contra os hereges e os apóstatas. Quando algum indivíduo resolve assimilar essa mensagem e de forma solitária (sem ajuda ou auxílio da organização) organiza algum ato violento contra civis, esse ataque fica sendo denominado como um ato orquestrado por um "lobo solitário", como tiroteios em shoppings ou ataques em metrô (BERGER, STERN, 2016).

⁸⁴ Suas edições foram mantidas por dois anos (meados de 2014 a julho de 2016).

histórica dos muçulmanos, tendem a aderir a causa do Estado Islâmico que se mostrou empenhado em modificar a ordem e o *status quo* do Oriente Médio (BYMAN, 2016; NAPOLEONI, 2016).

3.2 Os meios coercitivos e o uso da violência pelo Estado Islâmico

É importante reconhecermos que antes da ascensão do autoproclamado Estado Islâmico "(...) nenhum grupo jihadista chegou sequer a ter os meios e o aparato para governar um Estado real (NAPOLEONI, 2016, p.92)". Dominar boa parte da área do Levante⁸⁵ e controlar um território com cerca de 8 milhões de habitantes, mesmo que apenas por alguns anos, só foi possível mediante a aquisição dos meios militares para sustentar suas ofensivas e graças ao monopólio da violência frente às sociedades dominadas. Em grande medida, foi a aplicação dos meios coercitivos que assegurou a governabilidade interna do Estado Islâmico (CAT, 2016, p.4).

Conforme salientam Stern e Bergen (2015, p.281-282), o objetivo de longo prazo do EI consistia na transnacionalização do Califado. Para alcançar esse propósito, o grupo planejou uma estratégia baseada, sobretudo, em sete linhas de ação:

1. Estabelecer a presença em sociedades marcadas por tensões sectárias, tribais, étnicas e políticas⁸⁶;
2. Acentuar tais divisões fazendo uso de ataques terroristas calculados, criando conflitos internos ou mesmo embates externos entre potenciais adversários com a finalidade de minar sua moral e a força;
3. Quando o controle militar de territórios puder ser estabelecido, extrair rapidamente os recursos possíveis para financiar expansões adicionais;
4. Usar de forma planejada a propaganda para projetar uma imagem de força e união;
5. Inspirar lideranças locais e de outras organizações a jurar lealdade (*bayah*) ao Califado;
6. Doutrinar recrutas com a visão de mundo apocalíptica do grupo⁸⁷;

⁸⁵ Região que abarca territórios que vão desde a Jordânia até a Síria.

⁸⁶ Como nos casos do Paquistão, Arábia Saudita e Tunísia. O grupo aproveita também as guerras civis, como no caso da Síria, Nigéria, Líbia e agora no Iêmen.

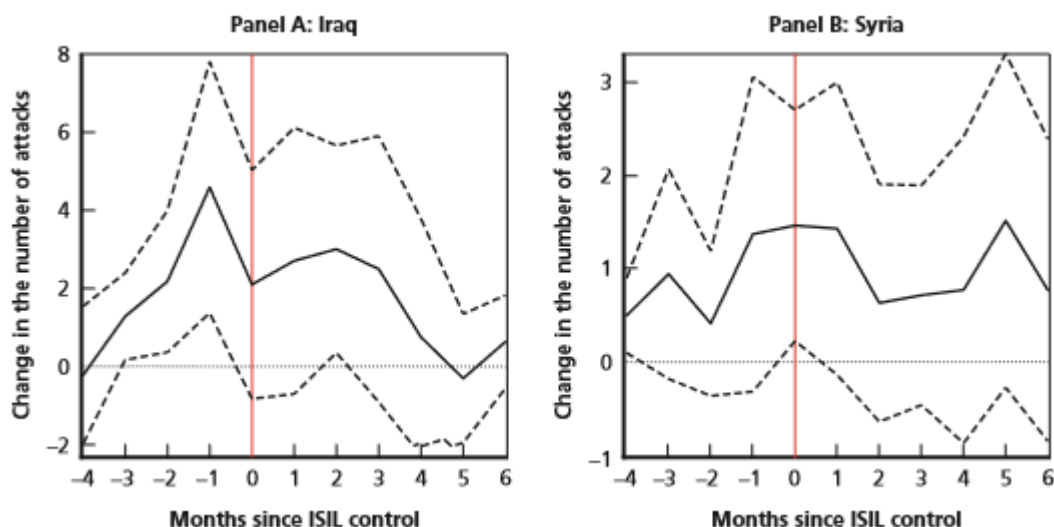
⁸⁷ Vale destacar que a Al-Qaeda nunca comungou com essa perspectiva apocalíptica.

7. Inspirar ataques de lobos solitários, ou seja, indivíduos simpatizantes da causa, porém não necessariamente vinculados diretamente à organização.

Nessa gama de ações fica evidente o emprego político terrorista do terror, isto é, o ato de terror tem como objetivo transformar no futuro a correlação de forças em favor da organização jihadista. O terrorismo é definido como "um *estratagema*, que se propõe a ser uma ponte entre o presente e uma situação futura mais propícia à consecução do objetivo político do grupo terrorista" (MENDES, 2014, p.105).

Por meio de análises quantitativas sobre a onda de ataques em cada cidade tomada pelo Estado Islâmico, constatou-se que o maior pico de ataques ocorria no processo de conquista dessas áreas. Isso implica que o grupo empregou uma onda especialmente forte de violência e coerção para tomar e consolidar o controle sob as cidades sírias e iraquianas. Essa descoberta é relevante para demonstrar que os militantes do EI utilizaram a violência como uma tática política (RAND, 2017, p.51).

Outro fato verificado foi que a violência persistiu por vários meses após o EI estabelecer seu domínio (principalmente na Síria). Os pesquisadores da RAND (2017, p.51) sugeriram que ou o grupo fez o uso constante da coerção direta para manter o controle sob os territórios dominados ou não conseguiu estabelecer completamente o controle em determinadas regiões (precisando assim confrontar outros grupos rebeldes). Vejamos a figura abaixo:

Gráfico 2 - Níveis de violência no Iraque e na Síria⁸⁸

Fonte: RAND (2017, p.50).

Desse modo, percebemos que a utilização da violência e do terror pelo Estado Islâmico deve então ser interpretada como estratégia política. Muitas vezes o sucesso dessa tática reside na capacidade de gerar terror e pânico. Aparentemente, os militantes jihadistas tinham consciência dessa relação.

O Estado Islâmico aplicou punições tradicionais, como as amputações e decapitações públicas, para reforçar a imagem e a ideologia islâmica do grupo. Quando a brutalidade e violência eram aplicadas aos xiitas, uma parcela da população sunita sentia-se legitimada pelo grupo. Napoleoni (2016, p.70) menciona que o depoimento de um sunita que havia sido expulso de sua casa por milicianos xiitas sentiu-se justificado quando membros do Estado Islâmico jogaram futebol com as cabeças decepadas de seus opositores. A especialista ressalta ainda que:

Conquanto o Estado Islâmico, ao contrário do Talibã e da Al-Qaeda, seja uma organização terrível para o público mundial, é também um grupo que protege as populações dos territórios conquistados, em cuja defesa nenhuma forma de vingança ou punição é impiedosa demais para seus membros (NAPOLEONI, 2016, p.71-72).

⁸⁸ A linha preta denota a mudança média no número de ataques em relação a cinco meses antes do estabelecimento do domínio do Estado Islâmico. As linhas pontilhadas indicam intervalos de confiança de 95% em torno dessa estimativa. A linha vermelha indica o mês em que o grupo estabeleceu o controle.

Além de reforçar a ideologia do grupo e angariar legitimidade de parcelas da população, as punições destiladas com tamanha violência serviam como uma demonstração do poder e da capacidade do Estado Islâmico para evitar futuras revoltas. Os líderes da organização eram conscientes que incutir o medo nos opositores internos representava uma das formas de se manterem no poder (BYMAN, 2016).

Após ter tomado Mossul, em junho de 2014, os jihadistas atacaram famílias xiitas nos povoados próximos à cidade iraquiana, matando dezenas de crianças e mulheres. As casas foram saqueadas e na cidade de Tal Afar, os militantes de al-Baghdadi confiscaram 4.000 casas como espólio de guerra (NAPOLEONI, 2016, p.109). O ataque sistemático aos xiitas representou uma estratégia política disfarçada de verniz religioso. A especialista Napoleoni elucida que:

[O Estado Islâmico] Sabe que livrar seu território da presença de xiitas proporcionará muitas vantagens para a criação de um Estado, como as do apoio das populações sunitas locais, a geração de uma população mais homogênea, com menos oportunidades para sectarismo religioso, e a liberação de recursos para oferecê-los como despojos de guerra a combatentes. Em suma, o extermínio de xiitas facilita as coisas para os líderes do Califado tanto econômica quanto politicamente e, ao mesmo tempo, satisfaz um desejo de vingança profundamente arraigado entre os sunitas, fato que contribui para a geração de cooperação interna e lealdade aos dirigentes do novo país (NAPOLEONI, 2016, p.117).

Em uma intensa comunicação via correspondências entre al-Zarqawi e Bin Laden, durante os anos de 2003 a 2005, o jordaniano explicou que a *fitna*⁸⁹ contra os xiitas era apenas uma estratégia para evitar possíveis insurgências ou a formação de uma frente unificada secular da qual os jihadistas seriam excluídos⁹⁰ (NAPOLEONI, 2016, p.114). Conforme já salientamos, a ideologia do grupo é instrumental e foi constantemente subordinada aos interesses políticos da organização como, por exemplo, ter vendido petróleo para seus rivais (regime sírio, Jabhat al-Nusra, Exército Sírio Livre) ou permitir que os "infiéis" que tivessem condições de pagar o *jizyah* (imposto relativo à heresia) pudessem partir sem problemas. A manipulação da dinâmica

⁸⁹ O termo *fitna* é utilizado para fazer referência a períodos de turbulência e guerras internas na comunidade muçulmana (NAPOLEONI, 2016).

⁹⁰ Na luta pela independência do Iraque, foi uma frente unificada secular que lutou pela emancipação política do país. Al-Zarqawi argumentou com Bin Laden que essa história poderia se repetir e o movimento jihadista seria, novamente, excluído de mais uma luta crucial (no caso, contra as forças de coalizão) (NAPOLEONI, 2016).

sectária, presente na complexa realidade do Iraque, consiste em uma estratégia da organização para polarizar a sociedade, angariando assim legitimidade e poder de recrutamento (BYMAN, 2016; NAPOLEONI, 2016).

A criação de "um sistema judiciário e uma força policial itinerantes, que executavam suas sentenças em público" (NAPOLEONI, 2016, p.72) devem ser percebidos como uma estratégia política de controle local e como o emprego político não terrorista do terror⁹¹. Kevin Sullivan, jornalista do Washington Post, relatou que "ao decapitar e crucificar pessoas publicamente até mesmo sob suspeitas de deslealdade, os militantes criaram uma cultura de horror e medo que tornou praticamente impossível para as pessoas se levantarem contra eles"⁹² (apud BYMAN, 2016, p.143).

De fato, a instauração dessa cultura do medo evitou grandes levantes populares contra o Estado Islâmico. No entanto, o grupo enfrentou alguns casos de resistência. Em agosto de 2014, a tribo iraquiana *Sheitat*, rebelou-se contra o domínio dos jihadistas. A resposta à rebelião foi dura e deixou claro como o grupo iria lidar com a oposição: 700 membros da tribo foram executados pelo EI (KHATIB, 2015, p.10-11).

A coerção e o monopólio dos meios de violência possibilitaram que o Estado Islâmico permanecesse no poder durante três anos. Byman (2016, p.151) salientou sobre a faca de dois gumes que a brutalidade e a constante imposição dos meios coercitivos sob as populações gerava para a estabilidade do grupo. Por um lado, a violência maciça reduzia a possibilidade de insurreição - a repressão eficaz diminui o espaço político dos opositores. Por outro lado, o uso da coerção de forma indiscriminada pode produzir raiva e ressentimento em grandes grupos populacionais, que no longo prazo, poderiam se rebelar, principalmente, se o monopólio da violência fosse quebrado (BYMAN, 2016, p.151).

Apesar de ter conseguido conduzir um espectro completo de operações e da poderosa força de segurança (adquirida dos baathistas e militantes estrangeiros), o Estado Islâmico não

⁹¹ O emprego político *não* terrorista do terror consiste na utilização do terror para influenciar diretamente o comportamento da vítima e alcançar o objetivo de forma imediata. No caso do uso político terrorista do terror (conhecido como terrorismo) não há a pretensão de atingir o objetivo de forma direta e imediata, mas sim em alterar a correlação de forças no futuro em prol do grupo terrorista. A diferença reside entre a ação e o objetivo político final (MENDES, 2014, p.104-105).

⁹² No original: "By publicly beheading and crucifying people even suspected of disloyalty, the militants have created a culture of horror and fear that has made it virtually impossible for people to rise up against them" (apud BYMAN, 2016, p.143).

tinha condições materiais e militares suficientes para enfrentar todos seus inimigos externos: os curdos sírios e iraquianos, o Hezbollah libanês, a Jabhat al-Nusra, o exército do Iraque e da Síria, as milícias xiitas⁹³, a coalizão internacional, dentre outros grupos jihadistas.

Os líderes da organização estavam conscientes da necessidade de manter e ampliar a aquisição dos meios de guerra para que o objetivo à curto e médio prazo (salvaguardar os bastiões territoriais conquistados durante 2014) fosse consolidado. O autoproclamado Estado Islâmico sabia que uma guerra convencional contra os governos iraquiano e sírio exigia armas convencionais, como foguetes, morteiros e granadas. Considerado uma entidade pária no sistema internacional, seus líderes não poderiam comprar quantidades suficientes desses utensílios.

Desse modo, o grupo buscou cooptar o que pudesse, como por exemplo os veículos norte-americanos blindados (Humvees), antes pertencentes ao exército iraquiano. Ao terem capturado Mossul, combatentes do EI apoderaram-se do quartel da Polícia Federal e de outros edifícios importantes, o que possibilitou a apreensão de armamentos e suprimentos bélicos (COCKBURN, 2015, p.88). A cooptação foi importantíssima. De fato, a maioria das armas da organização jihadista foram saqueadas dos exércitos do Iraque e da Síria (REUTERS, 2017).

A *Conflict Armament Research*⁹⁴(CAR) analisou as armas que foram encontradas nas zonas que estavam sob controle do EI, e constatou que algumas armas fornecidas pelos Estados Unidos e pela Arábia Saudita aos grupos que lutam para derrubar o regime sírio acabaram nas mãos dos combatentes do EI. Pelo menos 12 casos foram documentados em que armamentos comprados pelos Estados Unidos terminaram no arsenal dos soldados de al-Baghdadi, tais armamentos foram capturados em batalhas ou adquiridos por meio de alianças com grupos sírios (REUTERS, 2017).

⁹³ De acordo com Byman (2016, p.151), há milhares de grupos militantes xiitas bem armados e treinados, podendo inclusive, superar o exército iraquiano nesses quesitos.

⁹⁴ A *Conflict Armament Research* é organização internacional, responsável por documentar e analisar o tráfico de armas em zonas de guerra. A CAR é financiada pela União Europeia e diferente das agências governamentais que realizam investigações secretas e, geralmente, não divulgam as informações coletadas sobre essas questões, a CAR publica todas as informações adquiridas em suas pesquisas de campo para que qualquer pessoa tenha acesso à esses conteúdos. O relatório sobre o rastreamento das armas que foram parar nas mãos do autoproclamado Estado Islâmico levou três anos para ser feito e os investigadores da CAR realizaram 83 visitas e expedições de campo no Iraque (WIRED, 2017; REUTERS, 2017).

Damien Spleeters, o investigador chefe da CAR nas operações da Síria e do Iraque, encontrou em Tal Afar⁹⁵ e em Fallujah, foguetes romenos, PG-9 de 73 mm, marcados com o lote 12-14-451⁹⁶. Essa numeração correspondia à uma venda que a Romênia fez para os militares norte-americanos de 9.252 granadas de propulsão por foguete, em outubro de 2014. Os Estados Unidos assinaram um certificado de uso final, um documento declarando que eles não reexportariam essas e outras armas, afirmando que apenas as forças estadunidenses as utilizariam⁹⁷. O governo romeno confirmou a operação e forneceu à CAR o certificado de usuário final. O governo dos Estados Unidos não respondeu os vários pedidos de comentários sobre como esses foguetes foram parar nas mãos do Califado de al-Baghdadi (WIRED, 2017).

A foto abaixo mostra um míssil PG-9 fabricado na Romênia, em 2016. O item foi exportado para os Estados Unidos e documentado em Mossul, no mês de setembro de 2017, pela CAR. Os engenheiros do Estado Islâmico adaptaram os mísseis e alguns foguetes para usarem em seus lançadores, tornando assim os recursos bélicos obtidos mais adequados para o combate urbano (WASHINGTONPOST, 2017).

⁹⁵ O exército iraquiano conseguiu expulsar os membros do Estado Islâmico da cidade de Tal Afar, no final de agosto de 2017. Após ter recuperado a cidade localizada no norte do Iraque, o primeiro-ministro Haidar al- Abadi anunciou: "Informo que Tal Afar seguiu o mesmo caminho da cidade de Mossul, já libertada, e voltou a ser terra da pátria" (apud DN, 2017).

⁹⁶ Quase todas as munições militares, de cartuchos à bombas e ogivas, são gravadas ou marcadas com códigos arcanos que permitem a identificação da data de fabricação, a origem e a fábrica de produção do item. Segundo, Spleeters essas marcações são difíceis de falsificar, portanto se o bocal estiver informando que o armamento foi fabricado em tal país, tem 99% de chance de ser a verdade. Caso a marcação tenha sido falsificada seria fácil identificar (CASTNER, 2017).

⁹⁷ Em julho de 2017, um relatório do The Washington Post noticiou que o governo dos Estados Unidos secretamente treinou e financiou militarmente rebeldes sírios (considerados moderados) de 2013 até meados de 2017, quando a administração atual interrompeu o programa (em parte pelo fato de que as armas norte-americanas estivessem sendo desviadas para os grupos extremistas, fosse por cooptação, venda ou alianças) (WASHINGTONPOST, 2017).

Figura 4 - Míssel PG-9 modificado para comportar um Model 2



Fonte: Conflict Armament Research.

Spleeters também encontrou armas, munições e materiais explosivos de origem turca nos galpões e nas fábricas de arsenais abandonadas pelo Estado Islâmico. O relatório publicado pela CAR, sugere que a maioria dos produtos químicos que o grupo usou para fabricar explosivos foram comprados no mercado civil da Turquia (WIRED, 2017).

Armamentos comprados pela Arábia Saudita também terminaram com os combatentes do grupo. Em um dos casos, Spleeters verificou os registros de voo de uma aeronave que supostamente transportava 12 toneladas de munição para a Arábia Saudita. De acordo com os registros, o avião pousou na Jordânia, conhecida por ser um ponto de transferência de armas para os militantes que lutam contra o regime de Bashar al-Assad. O governo saudita não se pronunciou sobre o caso (WIRED, 2017).

A CAR conseguiu documentar mais de 1.832 armas e 40.984 de peças munições no Iraque e na Síria (da cidade de Kobani até o norte de Bagdá) (WIRED, 2017). Quase todas as armas e munições documentadas pelos investigadores da CAR foram fabricadas na China, Rússia e países da Europa Ocidental. Apenas 3% das armas e 13% das munições foram fabricados nos Estados Unidos. A maioria dos foguetes de 73 mm documentados foram produzidos pela Bulgária, Irã e Romênia (WASHINGTONPOST, 2017).

Quase todos os foguetes iraquianos recuperados do autoproclamado Estado Islâmico foram confeccionados após 2014, o que indica a influência que Teerã tentou exercer no auge

das operações contra o grupo jihadista. A presença desses armamentos no arsenal do EI comprova algumas de suas vitórias contra milícias treinadas por militares iranianos⁹⁸. (WASHINGTON POST, 2017).

Um dos fatos mais surpreendentes revelado no relatório da CAR foi a eficiência e o pioneirismo do autoproclamado Estado Islâmico em fabricar e produzir suas próprias munições. O grupo desenvolveu uma produção em massa usando técnicas avançadas de fabricação. Os campos petrolíferos do Iraque forneceram a infraestrutura industrial com um conjunto de ferramentas, serras de ponta e máquinas de modelagem por injeção necessárias para produção dos armamentos (WIRED, 2017).

Outra questão relevante foi a qualificação dos engenheiros e funcionários do EI para manipular esses processos⁹⁹. A organização forjou espoletas, foguetes, lançadores e bombas pequenas (geralmente para serem lançadas por drones). Spleeters encontrou em Fallujah, Tikrit e Mossul os mesmos produtos químicos (alumínio e nitrato de amônia) utilizados na cadeia de produção de ogivas. O investigador menciona que a magnitude desse processo seria a revolução industrial do terrorismo. Com o acesso à arquivos compartilhados na internet e a com impressora 3D, um novo horizonte é aberto, visto que a partir desses utensílios pode-se confeccionar armas domésticas (WIRED, 2017).

No caso do Estado Islâmico, suas conquistas territoriais possibilitaram que o grupo tivesse acesso à infraestrutura e matérias-primas em escala industrial para iniciar uma cadeia produtiva de suprimento de armas. Grande parte das medidas internacionais para controlar e impedir o tráfico de armas perderiam quase toda eficácia se as organizações terroristas ou atores párias pudessem fabricar armamentos em grande escala e compartilhar entre grupos filiados (WIRED, 2017).

Spleeters constatou que o modelo usado pelo autoproclamado Estado Islâmico foi de manufatura distribuída, em que cada setor seria especializado em uma determinada tarefa. Apenas na cidade de Tal Afar, o investigador fiscalizou 6 complexos em dois dias. Uma das

⁹⁸ O Irã também apoiou, em termos financeiros e militares, grupos usados por Bashar al-Assad para reforçar seu exército (WASHINGTON POST, 2017).

⁹⁹ A filiação de militantes intelectuais ao Estado Islâmico representou um importante aspecto estratégico e tecnológico nas forças do grupo. De acordo com uma pesquisa realizada por pesquisadores da Universidade de Oxford, pelo 48% dos recrutas jihadistas não ocidentais foram para a faculdade e quase metade deles eram engenheiros (WIRED, 2017).

instalações tinha três andares com máquinas enormes de fundição (cercadas por matérias-primas). Outro complexo pareceu aos olhos de Spleeters ser um laboratório de pesquisa e inovação, onde foi encontrado morteiros de 220 mm¹⁰⁰ (as maiores armas desenvolvidas pelo grupo) (WIRED, 2017).

O relatório da CAR descreveu o Estado Islâmico como uma organização estratégica que se mostrou eficiente em articular uma rede de manufatura e logística. Seus membros planejaram uma estrutura capaz de produzir e transportar armas, munições e materiais para fabricar bombas por uma extensa região de guerra em uma escala sem precedentes para uma organização terrorista (WASHINGTON POST, 2017).

O caráter pragmático e estratégico dessa complexa organização jihadista deve ser ressaltado e reconhecido. Seus líderes e membros buscaram ampliar seu arsenal, conscientes da importância dos meios coercitivos na manutenção do poder. Essas realizações do Estado Islâmico, bem como seus avanços, também estiveram profundamente ligadas às dinâmicas geopolíticas do sistema internacional e da região do Levante.

As potências mundiais e regionais desestabilizaram o Iraque e fomentaram a guerra civil na Síria injetando capital e armas no país a partir de cálculos e objetivos políticos de curto prazo, no entanto a guerra tem como características: incertezas e instabilidades. Em contextos nebulosos como esses, erros de cálculos são comuns e muitas vezes geram "efeitos colaterais". Cockburn confirma:

Para os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e as outras potências ocidentais, a ascensão do ISIS e o Califado são o desastre final. Quaisquer que fossem seus planos, na invasão do Iraque em 2003 e nos esforços para derrubar Assad na Síria desde 2011, eles não incluíam a criação de um Estado jihadista abrangendo o norte do Iraque e da Síria, dirigido por um movimento 100 vezes maior e muito melhor organizado do que a Al-Qaeda de Osama bin Laden. A guerra contra o terror, em nome da qual as liberdades civis foram golpeadas e centenas de bilhões de dólares gastos, fracassou miseravelmente (COCKBURN, 2015, p.77).

¹⁰⁰ Spleeters relatou que os vários morteiros projetados pelo Estado Islâmico foram cuidadosamente planejados para encaixarem perfeitamente com os lançadores, demonstrando o rígido controle de qualidade na produção do grupo (WIRED, 2017).

Essa constante ingerência internacional no Oriente Médio proporcionou as condições políticas, financeiras e militares para a ascensão do Estado Islâmico que soube aproveitá-las habilmente. No que tange às circunstâncias militares esses últimos parágrafos deixam evidente o papel dos Estados Unidos, Rússia, Arábia Saudita na transferência de armas para a região. Os analistas da CAR apontaram que a constatação de armamentos comprados por esses países terminou nos arsenais do EI "São de grande importância elucidativa das inerentes contradições em fornecer armas para conflitos armados em que existem múltiplos grupos competindo e que há uma sobreposição de grupos não estatais operando¹⁰¹" (apud REUTERS, 2017).

3.3 Recursos financeiros: a independência econômica do Estado Islâmico

A especialista Napoleoni (2016, p.54) expôs que a "chave do sucesso" do Estado Islâmico foi a eficiência e rapidez da organização em privatizar o terrorismo. A autora ressalta que o grupo alcançou sua independência financeira ao travar sua própria guerra de conquista e dominar regiões estratégicas ricas em recursos naturais.

Assim sendo, percebemos que o modelo econômico do EI baseou-se no controle e expansão territorial - que lhe proporcionou a autossuficiência financeira e diversificadas fontes de recursos (CAT, 2016). Tendo dominado cidades estratégicas, do norte do Iraque e do leste da Síria, anexou importantes centros de produção, tais como campos de petróleo, de gás e usinas elétricas. O jornal de *The Wall Street* afirmou que no ano de 2014, os jihadistas conseguiam arrecadar 2 milhões de dólares por dia com a extração de petróleo (apud NAPOLEONI, 2016, p.26).

Vimos na seção acima, que o Estado Islâmico estabeleceu linhas claras de autoridade, por meio de um sistema administrativo simples, mas eficiente, criou, cooptou e reformulou instituições e elaborou uma sofisticada operação de marketing (WALT, 2015). Vejamos agora como a organização jihadista exerceu sua autoridade sob uma ampla gama de atividades industriais e comerciais, recursos naturais e matérias-primas, desde a extração de petróleo, produtividade agrícola até taxações (CAT, 2016).

¹⁰¹ No original: "are a stark reminder of the contradictions inherent in supplying weapons into armed conflicts in which multiple competing and overlapping non-state armed groups operate" (apud REUTERS, 2017).

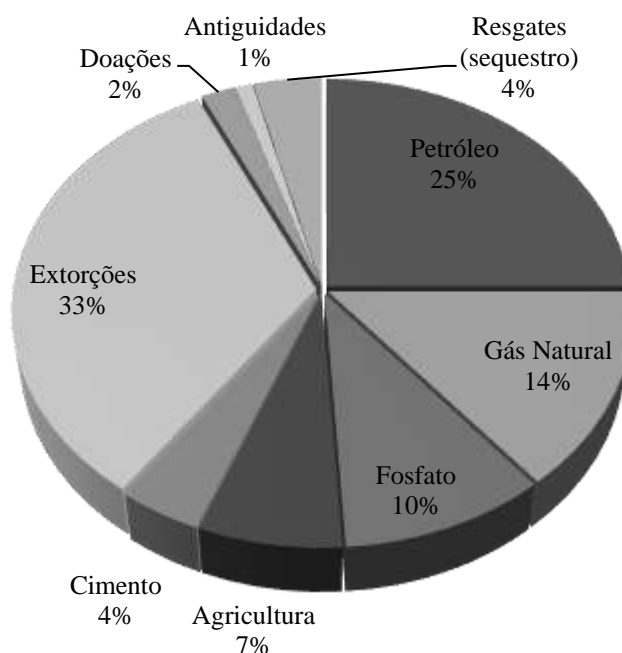
Como a independência financeira do grupo estava atrelada ao controle territorial, à medida que o Estado Islâmico foi perdendo os enclaves territoriais que conquistou, suas bases de sustentação foram sendo corroídas. Nossa análise se concentrará nas receitas de 2015, com algumas comparações dos dados disponíveis do ano de 2014. Esses dois anos são simbólicos e representativos, dado que no ano de 2014 o grupo estava no seu auge e força máxima, e no final de 2015 o Estado Islâmico havia perdido 40% de seu território no Iraque, o que comprometeu a renda advinda da extração de petróleo (BYMAN, 2016, p.160).

Vale destacar que, desde 2005, a AQI, sob a liderança al-Zarqawi, já buscava a emancipação das doações externas (que representavam em torno de 5% do orçamento operacional do grupo) (CAT, 2016, p.6). Cockburn (2015, p.53) menciona que um amigo comerciante em Bagdá, no ano de 2006, contou a ele que estava fechando sua loja de celulares em Mossul por conta dos pagamentos que era obrigado a fazer ao grupo. Napoleoni (2016, p.54-55) ressalta que o sucesso do Estado Islâmico, assistido no ano de 2014, só foi possível devido a velocidade com que a organização privatizou o terrorismo, se comparada com outros exemplos como a OLP ou o IRA.

Em um de seus documentos internos, o Estado Islâmico reiterou a estratégia que deveria ser perseguida: “A riqueza do Estado é o principal recurso e componente de financiamento para todas as operações internas e externas, e a existência de recursos financeiros seguro os quais o valor não muda a todo tempo e espaço é algo indispensável¹⁰²” (apud CAT, 2016, p.5-6). A independência e segurança financeira do grupo dependia da manutenção e da riqueza de seu autoproclamado Califado Islâmico. Tal constatação fica evidente quando analisamos quais foram as fontes de renda da organização em 2015.

¹⁰² No original: "The wealth of the State is the principal component and source of financing for all internal and external operations, and the existence of secure financial resources whose value does not change in every time and place is a must"(apud CAT, 2016, p.5-6).

Gráfico 3 - Receitas do autoproclamado Estado Islâmico no ano de 2015 (total: US\$2,435 milhões)



Fonte: adaptado de CAT (2016, p.7).

Conforme o gráfico nos evidencia, as fontes de renda do grupo eram diversificadas e dependiam, sobretudo dos territórios controlados. O petróleo, gás natural, fosfato, agricultura, cimento e extorsão representaram mais de 90% das receitas do Estado Islâmico. No ano de 2014, as estimativas da receita advindo do petróleo foram de mais de US\$ 1 bilhão, tendo diminuído em 2015 para US\$ 600 milhões, devido as ofensivas da coalizão, aos ataques aéreos russos (CAT, 2016, p.9).

Uma dentre as várias questões polêmicas que giravam em torno da independência financeira do EI, consistia na dúvida sobre quem comprava seu petróleo. Como a organização jihadista que desafiou as fronteiras geopolíticas do Oriente Médio conseguia lucrar milhões de dólares com a extração e comercialização de petróleo? Segundo o jornal Times a maior parte do petróleo era comercializado nos territórios controlados pelo grupo (direcionada para o consumo interno) e o restante eram vendidas para facções rebeldes e contrabandistas no mercado negro e para o governo sírio (LATIMES, 2015).

O Estado Islâmico explorou as redes de contrabando estabelecidas há anos no norte do Iraque. Por meio dessas rotas, o petróleo chegava até o Curdistão iraquiano e depois era revendido para comerciantes turcos e iranianos (GUARDIAN, 2014). É importante destacar que os mercados ilegais são redes extensas e organizadas, sendo assim difícil expor e desmantelar todo o sistema (LATIMES, 2015).

3.3.1 Recursos naturais e receitas cooptadas pelo Estado Islâmico referentes à 2015

Em 2015, o Estado Islâmico controlava 15 campos petrolíferos na Síria e 10 no Iraque. Estima-se que produção total foi de 40 mil barris por dia (em termos comparativos, a produção diária na Síria, entre 2008 e 2010 totalizou 400 mil barris). Al-Tanak e al-Omar, são os maiores campos petrolíferos da Síria e renderam os preços mais altos¹⁰³ para a organização devido ao monopólio sobre o mercado cativo das áreas de combate, de modo que as flutuações no mercado mundial e as resoluções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU para impedir os negócios do Estado Islâmico não afetaram os preços nesses locais (CAT, 2016, p.9).

Dois fatores colaboraram para que o Estado Islâmico conseguisse manter preços altos nos mercados locais de petróleo, mesmo com a queda no mercado internacional durante 2014 e 2015. O primeiro fator, foi porque o grupo seguiu a prática dos fornecedores locais do mercado negro, que conhecem os circuitos de distribuição. O segundo fator consiste no monopólio que a organização detinha sob esse mercado nas áreas controladas. Devido a essa monopolização o Estado Islâmico vendeu petróleo para o regime sírio (por meio de empresários que atuavam como agentes intermediários entre o governo de Assad e os jihadistas) (KHATIB, 2015; BYMAN, 2016; CAT, 2016).

Portanto, a maior parte das receitas geradas pela venda de petróleo não foram provenientes da exportação do produto, e sim das vendas para o mercado local. A organização jihadista priorizou os circuitos de distribuição mais curtos, dado que várias fronteiras do Iraque, da Síria, do Curdistão, do Irã e da Arábia Saudita estavam bloqueadas. A maior parte do petróleo era vendido em sua forma bruta diretamente para comerciantes independentes. Tratava-se de

¹⁰³ Os preços mais altos seriam de US\$ 40 a US\$ 45 por barril. O valor mais baixo girava em torno de US\$ 15 o barril (CAT, 2016, p.9).

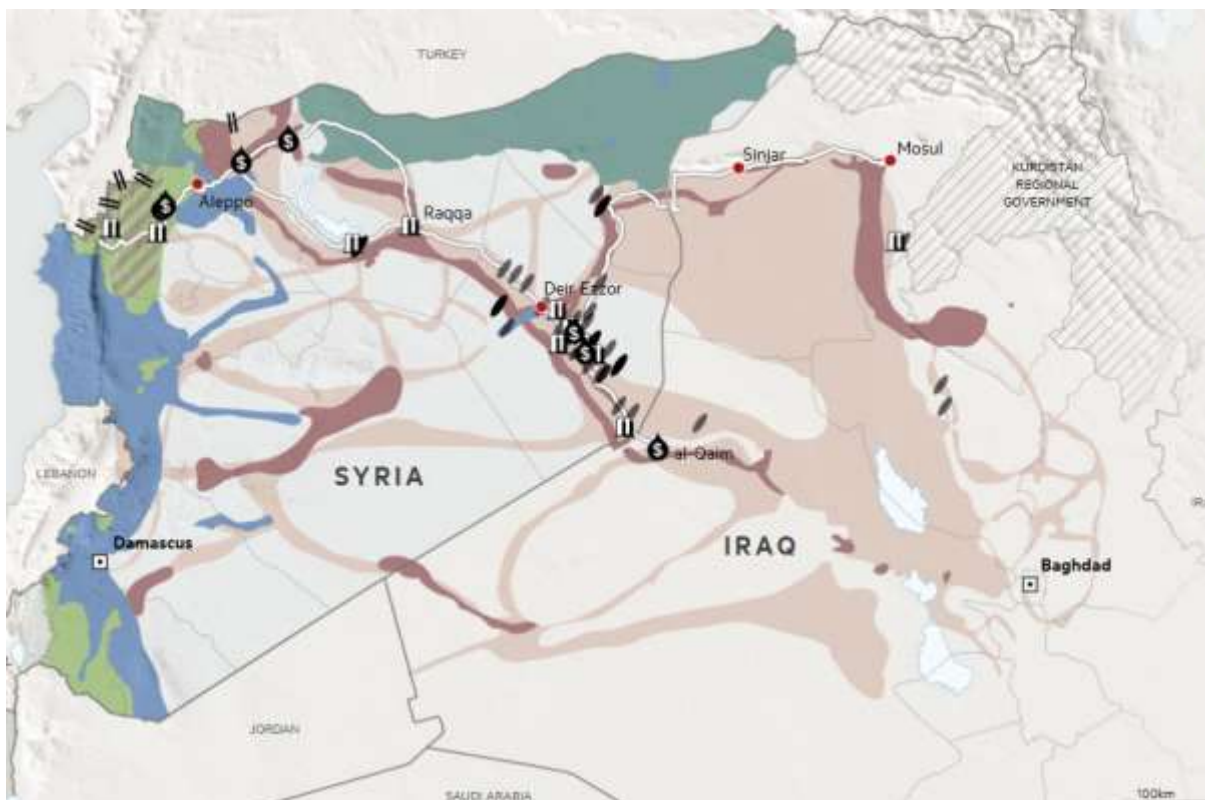
um sistema amplamente organizado, no qual compradores iraquianos e sírios iam diretamente aos campos de petróleo com seus próprios veículos para comprar petróleo.

Uma das consequências dessa prática eram as filas quilométricas de veículos aguardando o carregamento do produto, contudo essa situação deixava-os expostos a bombardeios de coalizões internacionais. Por essa razão, o EI implementou um novo sistema pelo qual é possível que os veículos cheguem aos campos no momento exato do carregamento, por meio do uso de senhas. O petróleo bruto comprado pelos contrabandistas precisava ser refinado antes de ser empregado em qualquer atividade prática. A maior parte das refinarias da Síria estavam localizadas nos territórios controlados pelo EI. Refinarias rudimentares, administradas por moradores locais, também participaram do processo, fato que fortaleceu o autointitulado Califado tanto economicamente quanto politicamente (no âmbito doméstico) (GUARDIAN, 2014; FINANCIALTIMES, 2016).

Após o refino, o produto era levado por contrabandistas para os mercados de Iraque e da Síria. A partir desse ponto, não havia praticamente nenhum engajamento do EI com o comércio. Diferentemente do pensamento comum, a maior parte das receitas geradas pela venda de petróleo não eram provenientes da exportação do produto, e sim das vendas para seu mercado cativo e no interior do Califado. A maioria do petróleo contrabandeado para a Síria ia para a região noroeste do país. No Iraque, grande parte do contrabando transitava pela província de Ambar a caminho da Jordânia. Países com fronteiras porosas como a Turquia e a Jordânia entravam nesse circuito (BYMAN, 2016; CAT, 2016).

O mapa abaixo mostra importantes campos de petróleo, refinarias, pontos estratégicos do mercado de petróleo na Síria, rotas primárias de transporte e rotas de contrabando.

Figura 5 - Pontos estratégicos na produção e contrabando do petróleo

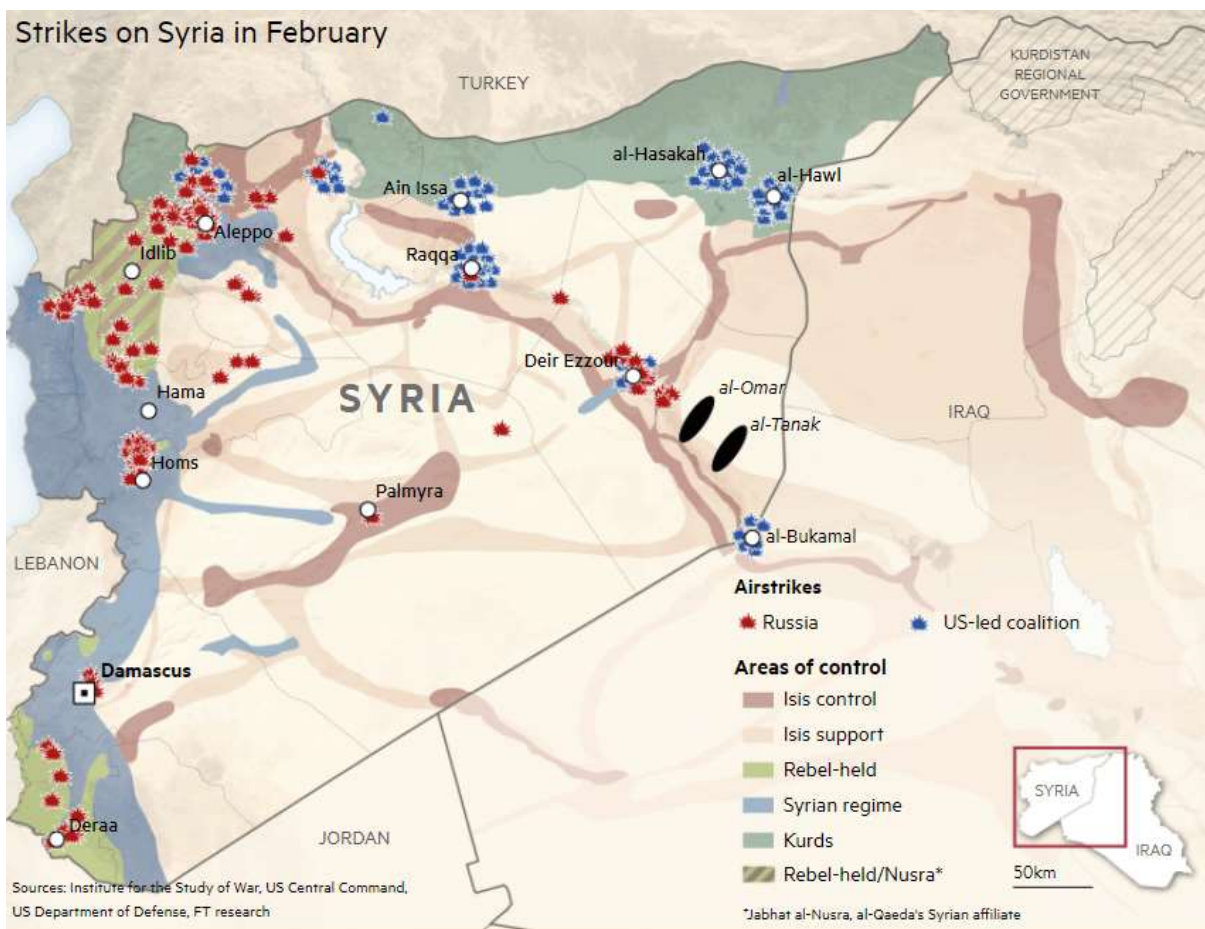


Fonte: Financial Times (2016).

Em dezembro de 2015, vários problemas já acometiam a produção petrolífera: greves e fuga de pessoas capacitadas nos processos de refino, armazenamento e transporte. Outro empecilho era a dificuldade do Estado Islâmico em lidar com o esgotamento dos poços de petróleo na Síria, dada a complexidade do processo de extração e a dificuldade em recrutar um grande número de pessoas qualificadas para estes trabalhos. E ainda, os ataques aéreos russos e norte-americanos direcionados para os campos petrolíferos. Segundo o Coronel S. Warren, no início de 2016, 247 alvos foram destruídos (CAT, 2016, p.10).

Em janeiro de 2016, o EI perdeu seu primeiro campo de petróleo, desde que ocupou significativa parcela do leste da Síria em 2014. O campo de Al-Jabsah, o qual produzia cerca de 3 mil barris por dia, foi capturado pela Unidade de Proteção Popular, organização armada curda, sob os auspícios da coalizão liderada pelos Estados Unidos. Antes do início dos ataques aéreos, cerca da metade do petróleo refinado ia para o Iraque, enquanto a outra metade ficava no mercado interno sírio. Todavia, em 2016, após os bombardeios russos atacarem de forma recorrente caminhões de combustíveis em rotas para territórios rebeldes na Síria a maior parte passou a ser destinada ao Iraque.

Figura 6 - Ataques aéreos à infraestrutura de petróleo do EI no mês de fevereiro de 2016



Fonte: Financial Times (2016).

Em 2014, a estimativa é que o EI arrecadou mais de US\$ 1 bilhão com a extração e comercialização do petróleo. Esse valor foi reduzido para US\$ 600 milhões, no ano de 2015, devido aos ataques aéreos russos e da coalizão internacional (CAT, 2016, p.10). A perda de US\$ 400 milhões vindas do petróleo, foram compensadas pelo grupo no aumento das extorsões, redução dos gastos públicos, de modo que a organização jihadista usou a população sob seu controle como variável de ajuste (CAT, 2016).

O Estado Islâmico também exerceu controle sob ao menos 12 campos de gás natural, no ano de 2015. No entanto, como o manuseio do gás é mais complexo do que o petróleo, o grupo teve que travar acordos com o regime sírio e com as empresas públicas do setor para obter pessoas qualificadas e equipamentos necessários para a purificação do gás e a aquisição de dutos específicos. Algumas instalações de gás foram administradas em conjunto. Ainda sim,

o nível da produção caiu em quase 50% quando comparada com o ano anterior (2014) (CAT, 2016).

Assim, em 2014 o Estado Islâmico obteve com o gás US\$ 489 milhões, já no ano seguinte esse valor teve uma redução de 30%, totalizando US\$ 350 milhões. Os estudos realizados em 2016 apontavam para a constante diminuição dessas receitas. A transformação do fosfato também era mais complexa, gerando alguns empecilhos para o grupo, mas ainda sim conseguiram lograr US\$ 250 milhões, em 2015. Nesse mesmo ano, o controle sob as fábricas de cimento gerou cerca de US\$ 100 milhões ao grupo (CAT, 2016, p.11-13).

Muitas terras produtivas ficaram sob domínio do Estado Islâmico. No total, a organização controlou as províncias mais férteis do Iraque (Nínive e Saladino), que juntamente com outras cidades eram responsáveis por 40% da produção anual de trigo e 53% da produção de cevada¹⁰⁴. Os membros do grupo absorviam parte da renda das produções, além de ter cobrado numerosos impostos agrícolas durante toda a cadeia produtiva, como por exemplo nos próprios campos, nas máquinas de processamento de trigo e descaroçamento de algodão e nos veículos que transportavam os produtos agrícolas. A receita dos jihadistas com a venda dos cereais, em 2015, girou em torno de US\$ 140 milhões, dos quais US\$ 20 milhões eram da cobrança de impostos (CAT, 2016, p.14).

Uma das medidas tomadas pelos governos de Bagdá e Damasco para cortar tais receitas, consistiu na suspensão da compra dos produtores agrícolas, que ficaram ainda mais sobrecarregados tendo que vender seus produtos à preços mais baixos. A produção de algodão também promoveu receitas para o Estado Islâmico que negociou, principalmente, com os comerciantes turcos preços menores (em torno de 70% do valor do mercado), de modo a gerar US\$ 15 milhões para o grupo, em 2015 (1% da receita total) (Ibid).

No que tange as doações, em 2015, o EI recebeu em torno de US\$ 50 milhões de empresários, autoridades religiosas e das monarquias do Golfo Pérsico (CAT, 2016, p.20). Apesar dessas doações, o EI lutou, continuamente, por manter sua autonomia política, econômica e religiosa. Nesse sentido, sua maior fonte de financiamento foi a extorsão que

¹⁰⁴ Problemas com a escassez de fertilizantes e combustível, a baixa qualidade das sementes e a dificuldade de transporte (após os ataques aéreos) diminuíram o rendimento da produção agrícola.

representou 33% da receita total, isto é US\$ 800 milhões (em 2014, foram US\$ 360 milhões) (CAT, 2016, p.15).

No segmento da extorsão estão inclusos: impostos, taxas, multas e confiscos. A organização cobrou de todas as pessoas o *zakat* (imposto religioso). Taxou de 10% a 50% os salários dos funcionários públicos. Cobrou impostos aduaneiros sobre caminhões¹⁰⁵. Tributo a produção agrícola e industrial, além de cobrar 2,5% (podendo chegar a 10%¹⁰⁶) sobre todas as atividades econômicas. Aplicou também o *jizia* (imposto de proteção aplicado às minorias religiosas) (CAT, 2016, p.15-16).

Os membros do Estado Islâmico cobraram taxas entre US\$ 1,25 e US\$ 2,5 sobre a água, eletricidade e telefone por domicílio, mensalmente. Tais impostos renderam, aproximadamente, US\$ 60 milhões. O grupo também aplicou inúmeras multas, entre US\$ 100,00 e US\$ 500,00 por transgressões sociais e comportamentos considerados repreensíveis, de acordo com a Sharia. Vale mencionar que havia a aplicação de taxas sobre transações bancárias, custos de registro de carros, matrículas escolares e universitárias, dentre outros tipos de serviços. Vale destacar que o departamento responsável pela coleta desses impostos contava com um grande número de militantes do EI (CAT, 2016, p.16-17).

Atividades criminosas como sequestro e tráfico de antiguidades também geraram receitas para o Estado Islâmico. Desde sua criação, o grupo jihadista recorreu ao sequestro para financiar algumas de suas operações. No início de 2015, o EI sequestrou mais de 200 cristãos em uma província na Síria e cerca de 200 yazidis, o que proveu ao grupo milhões de dólares. Sequestraram também empresários, políticos, estrangeiros e dignitários religiosos. Em 2015, sequestro e resgate representaram 4% da receita do grupo (US\$ 100 milhões) (CAT, 2016, p.16-17).

O tráfico de antiguidades constituiu uma fonte marginal de financiamento do Estado Islâmico, embora represente uma das tentativas em explorar e diversificar ao máximo as possibilidades de arrecadação. Milhares de sítios arqueológicos da Síria e do Iraque ficaram sob o controle do grupo, inclusive Palmira, uma cidade síria considerada um tesouro arqueológico. Os líderes do EI estavam conscientes do valor mercantil desses locais e objetos,

¹⁰⁵ O imposto aduaneiro foi estimado entre os valores de US\$ 400 a US\$ 600 por caminhão (CAT, 2016, p.15).

¹⁰⁶ Sob a justificativa de estarem em estado de guerra.

de modo que montaram uma agência para "legalizar" as escavações (esse ato foi considerado um saque maciço dos sítios).

A organização jihadista fornecia licenças que autorizavam as escavações e a venda dos objetos descobertos, mediante o pagamento de alíquotas que variavam de 20% a 50% do valor final do produto. O grupo também promovia suas próprias explorações para aumentar suas margens de lucro. Ainda sim, o tráfico de antiguidades gerou, em 2015, apenas US\$ 30 milhões para o grupo, isto é, 1% da receita total. O mesmo é válido para a venda de mulheres e crianças, que representou apenas uma porção simbólica dentro das receitas do EI (CAT, 2016, p.19).

Outro ponto importante que precisa ser mencionado é o sistema *hawala*, um sistema financeiro de transferência não monetizadas que opera de forma discreta, rápida e eficiente. É tradicionalmente conhecido por ser confiável e por operar paralelamente aos bancos e canais financeiros oficiais (sendo assim difícil detectá-lo). As pessoas envolvidas nesse sistema são conhecidas como os *hawaladars* e estão presentes em todo o Oriente Médio. As transferências realizadas através do *hawala* permitiu que o EI negociasse com agentes econômicos da Turquia e da Jordânia sem ser detectado (CAT, 2016).

Conforme relatamos na seção anterior, o Estado Islâmico tentou apresentar-se como um autêntico Estado, oferecendo serviços e programas sociais, assistência médica gratuita, dentre outras funções supracitadas. Todavia, as prioridades orçamentárias da organização eram voltadas para o investimento militar. O pagamento dos salários, prêmios e bônus dos combatentes consistia na maior despesa do Estado Islâmico. Esses valores oscilavam de acordo com o número de dependentes do militante, da nacionalidade (os combatentes estrangeiros recebiam, em média, duas vezes mais) e do local em que eles militavam¹⁰⁷ (KHATIB, 2015; BYMAN, 2016; CAT, 2016).

Apesar de ter constituído um modelo econômico surpreendente, a partir da perspectiva de que em 2010, o autoproclamado Estado Islâmico era uma filial quase extinta da Al-Qaeda no Iraque, do ponto de vista de um Estado moderno seu modelo era inviável a longo prazo. Sua maior receita de financiamento, em 2015, consistiu na tributação nos salários dos funcionários públicos. No ano seguinte, o Iraque e a Síria suspenderam estes pagamentos. As outras fontes do grupo dependiam do seu controle territorial, que estava constantemente diminuindo com os

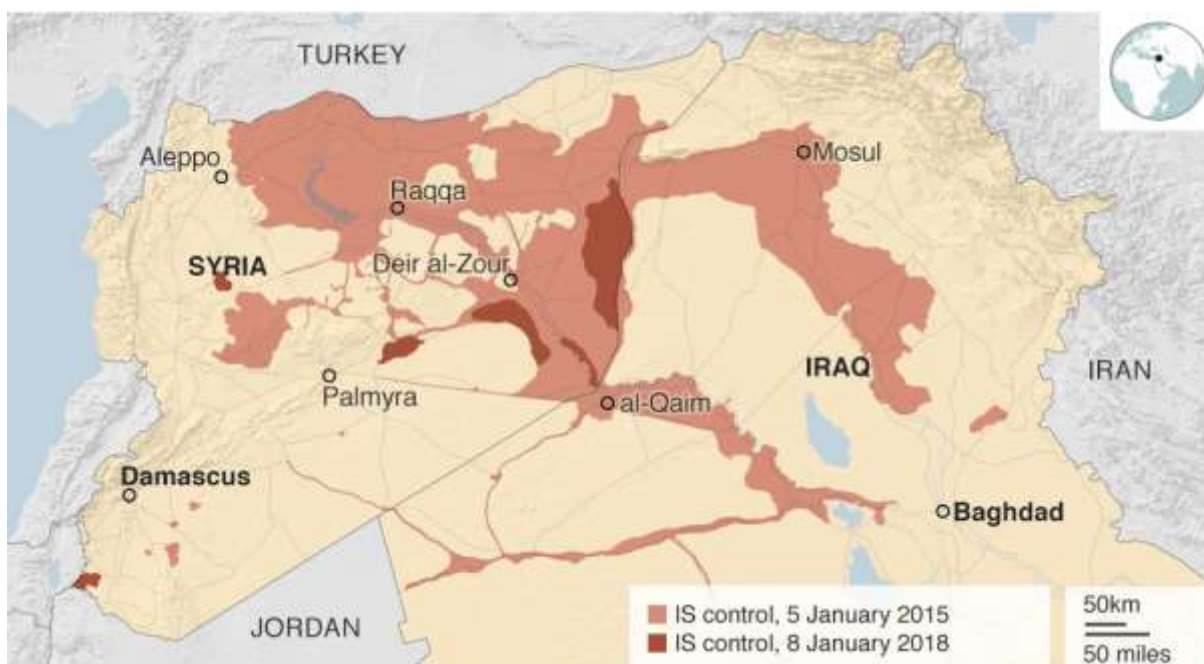
¹⁰⁷ Os combatentes que lutavam no norte da Síria recebiam mais do que os estavam atuando no sul.

ataques aéreos russos, os bombardeios da coalizão liderados pelos Estados Unidos, e a retomada de importantes regiões pelo exército do Iraque e da Síria (KHATIB, 2015; BYMAN, 2016; CAT, 2016).

É nesse sentido, que Walt (2017) constata que "embora o Estado Islâmico fosse mais rico do que a maioria das organizações terroristas, ainda sim era um Estado muito fraco". De todo modo, a independência financeira do grupo e as mensagens propagadas pelo retorno do Califado, transformaram a geopolítica do Oriente Médio. A negligência dos governos de Assad e al-Maliki com grande margem da população, particularmente, nas áreas rurais, levou a maioria dessas pessoas a aceitarem e legitimarem o curto governo do Estado Islâmico, que se empenhou esforços significativos para proporcionar serviços básicos e alimentos a baixo custo (como pão e eletricidade) (KHATIB, 2015; BYMAN, 2016; CAT, 2016).

A reconquista de Mossul, pelo exército iraquiano com apoio de seus aliados, demorou nove meses e se mostrou mais difícil que o esperado. A campanha militar para a retomada foi lançada em outubro de 2016. As forças do Iraque só conseguiram recuperar a segunda maior cidade do país, em julho de 2017 (BBC, 2017). E em outubro de 2017, a capital do Estado Islâmico, Raqqa, foi tomada pelas Forças Democráticas na Síria, um grupo de milícias composto por curdos sírios e árabes, apoiado pelos Estados Unidos (BARNARD, SAAD, 2017).

Figura 7 - Declínio do controle territorial do autoproclamado Estado Islâmico (2015-2018)



Fonte: BBC (2018).

Essas duas vitórias são marcantes na derrota da organização de al-Baghdadi, em seu principal objetivo de reconstruir o Califado, no entanto a queda do Estado Islâmico não foi simples e nem imediata. Diversos fatores geopolíticos e econômicos perpassaram os eventos decorridos nessa área do Levante. As divergências e rivalidades dos atores regionais e das potências globais, como dos Estados Unidos e da Rússia, foram sabiamente exploradas pelos líderes do Estado Islâmico (KHATIB, 2015; NAPOLEONI, 2016).

Napoleoni (2016, p.57-58) definiu o Estado Islâmico enquanto um Estado-fantasma, que administrou um aparato estatal sem unificação política e reconhecimento internacional. Segundo a autora, esse modelo fantasmagórico de Estado depende apenas do monopólio político e da cooperação ou subjugação da população. As despesas são quase que inteiramente voltadas para a esfera militar, sendo preciso prover para as pessoas apenas o suficiente para a satisfação de suas necessidades básicas. A especialista em terrorismo afirma ainda que:

Esse tipo de construção política deveria ser considerado um sinal da modernidade no Oriente Médio, uma região em que a formação de nações tem sido, há séculos, o esporte favorito de potências estrangeiras em busca da satisfação de seus próprios interesses, com a ajuda de elites locais corruptas (NAPOLEONI, 2016, p.59).

Byman (2016, p.133) argumenta que a melhor definição para a organização, que tornou-se segundo ele "um dos atores não estatais mais poderosos do mundo", seria de um quase-Estado patrocinador do terrorismo. Walt (2015; 2017) defende que o Estado Islâmico foi um Estado revolucionário, que apesar das conquistas relevantes em termos militares, administrativos e econômicos, tinha um poder estatal bastante limitado para manter-se¹⁰⁸. Para o autor (2015) a expansão do EI era quase impossível visto que seu objetivo maior de restaurar o Califado colidia com poderosas e consolidadas identidades nacionais, sectárias e tribais em todo o Oriente Médio.

Ao olharmos para a ascensão, auge e queda do autoproclamado Estado Islâmico atestamos que suas bases de sustentação estiveram calcadas na sua independência financeira, na aquisição de um arsenal considerável (meios coercitivos) e na monopolização da violência nos territórios controlados. Suas conquistas e sua breve governança dependeram destes alicerces. A partir do momento que essas bases foram sendo corroídas, o Estado Islâmico esfacelou-se, como inúmeras outras organizações políticas na história do mundo.

¹⁰⁸ Walt (2015; 2017) comparou o PIB produzido no território que o Estado Islâmico controlou com o PIB de Barbados, para elucidar que a organização estava controlando uma economia subdesenvolvida (quando em plena condição) de modo que por mais bem-sucedido que o Estado Islâmico fosse, ele jamais se tornaria uma grande potência. E ainda devido a esse baixo poder econômico frente a outros países, a organização não conseguiria manter e nem expandir seu modelo para outras regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal objetivo responder à seguinte questão: quais foram as bases de sustentação do autoproclamado Estado Islâmico? Nesse sentido, nos esforçamos primeiramente em compreender como ocorreu a formação das modernas organizações políticas e como elas foram mantidas. Importantes constatações dos estudos de Tilly e Giddens, sobre o Estado-nação e constituição do sistema internacional, nos evidenciaram como a guerra e seus preparativos impulsionaram os governantes europeus a negociarem constantemente com suas populações para obterem capital suficiente e meios coercitivos necessários para as incursões militares.

Para Tilly, a guerra fez os Estados (e vice-versa). A concentração de recursos administrativos, a centralização do poder em um aparato estatal, os dilemas fiscais e tributários, o provimento de serviços, dentre outros elementos que compõe os Estados nacionais são frutos dos imperativos que a guerra impôs aos líderes da época. Àqueles governantes que foram capazes de incorporar os capitalistas e as fontes de capital diretamente às estruturas de seus Estados, conseguiram adquirir os meios coercitivos com maior agilidade e simultaneamente construíram aparatos mais articulados e centralizados.

Nesses Estados, os detentores de capital e coerção interagiram em termos de relativa igualdade, o que proporcionou a eles uma superioridade militar e organizacional. Verificamos que a França e a Inglaterra foram precursoras dessa trajetória, denominada por Tilly, de coerção capitalizada. A partir de então, os outros Estados seguiram rumo à nacionalização. Atestamos assim, a importância que o capital e a coerção tiveram no processo de formação dos Estados nacionais.

Após termos constatado o peso dessas variáveis na constituição das modernas organizações política, vimos como elas foram articuladas no processo de formação dos Estados do Oriente Médio. Diferente do caso europeu, estes outros Estados constituíram-se sob a égide da colonização e sob imposições externas (caracterizado como um processo exógeno). A demarcação das fronteiras geopolíticas do Oriente Médio, concebidas pelas potências europeias, é uma das principais evidências dessa constatação. Buscamos trazer também como os elementos e as dinâmicas regionais interagiram com a dominação externa.

Halliday (2005) destacou quatro processos que transformaram as dimensões políticas, econômicas, sociais e ideológicas do Oriente Médio, após 1918. O primeiro foi a criação das instituições modernas do Estado-nação (formadas pelos poderes coloniais da época). Com a descolonização e com as independências, tomava forma o segundo processo: a produção das identidades nacionais. O terceiro consistiu nos impactos da secularização do sistema político desses países (implementada com o objetivo de fortalecer os "novos" Estados da região). E o último processo: a ascensão dos movimentos sociais.

Os desdobramentos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a tentativa de forjar identidades nacionais, a própria formação do novo sistema estatal e a resistência à secularização produziram contrarreações nas sociedades da região que tomaram forma de movimentos e levantes sociais (dentre eles o islamismo). Percebemos que tanto o período colonial como as duas grandes guerras significaram várias e profundas imposições ao Oriente Médio.

Procuramos destacar que ao terem sido formatados sob a constante influência de interesses externos, os Estados do Oriente Médio desenvolveram seus aparatos estatais sem muito diálogo e negociações com suas respectivas sociedades. Quase sempre obtiveram capital e meios coercitivos a partir do comércio internacional. Mencionamos também que durante a Guerra Fria, a região passou por uma profunda militarização e que a maior parte das armas exportadas no mundo foram para o Oriente Médio. Nesse momento, as rivalidades regionais tomaram grandes proporções e foram retroalimentadas pelas potências mundiais.

Desde então, três dinâmicas desencadeadas no Oriente Médio anunciavam a profundidade dos problemas econômicos, políticos e sociais da região. A primeira era as guerras entre os próprios Estados (Irã-Iraque, invasão do Kuwait, conflito árabe-israelense, dentre outros). A segunda consistia no contínuo controle das economias nacionais pelas elites associadas aos Estados, ocasionando a concentração dos rendimentos do petróleo e dos investimentos externos nas mãos de certos grupos econômicos, enquanto a taxa de natalidade e o índice de desemprego cresciam de forma exponencial. A última baseava-se na ascensão dos discursos e movimentos religiosos como a solução para a maioria dos problemas regionais. Halliday (2005, p.11) observa que:

Esta atmosfera lançou sérias, e duradouras, desigualdades de poder entre Estados desenvolvidos e não desenvolvidos no Oriente Médio, como anteriormente foi o caso, em termos de índices econômicos, sociais e militares identificáveis, como

consequência da expansão do mercado mundial capitalista, mas em termos culturais multifacetados, como supostamente parte de uma duradora divisão entre o "Islã" e o "Ocidente".¹⁰⁹

No segundo capítulo apresentamos as origens do movimento jihadista que viria a ser o autoproclamado Estado Islâmico. Centramos nossa narrativa na trajetória de al-Zarqawi e al-Baghdadi com intuito de acompanhar as transformações mais significativas do grupo. Salientamos que a ascensão do EI só foi possível devido ao desmantelamento do Governo iraquiano (ocasionado pela invasão de 2003) e graças a guerra civil na Síria (fomentada pelas potências).

Enfim, no terceiro capítulo elucidamos como os membros dessa organização híbrida empenharam-se na construção do Califado Islâmico. Constatamos que o grupo buscou implementar uma estrutura própria de governança, prover serviços e que seus integrantes se envolveram diretamente nas questões fiscais e tributárias. Verificamos também o emprego político terrorista do terror, bem como a utilização da violência como uma estratégia política para alcançar e manter o poder.

Nesse sentido, o relatório produzido pela RAND (2017, p.45) ressaltou que entender "a diferença entre o controle e a mera presença é importante para tratar o ISIL como uma entidade política com ambições de conduzir um governo, em vez de simplesmente um grupo armado que precisa de recursos locais¹¹⁰". Nessa mesma lógica, Napoleoni (2016, p.55) afirma que "seria um erro considerar os bastiões territoriais do EI simples bases militares. Na verdade, eles representam os imprescindíveis pilares de um Estado islâmico moderno em busca de legitimidade, por meio do consenso e da aprovação da população local".

Ignorar esse lado administrativo e esses esforços na condução de um governo estatal moderno impede a visualização do caráter pragmático, estratégico e moderno do grupo. Walt (2015) salientou que, independente dos discursos proferidos pelos membros do EI sobre a

¹⁰⁹ No original: "This atmosphere cast the very real, and long-standing, inequalities of power between the developed and Middle Eastern states not, as was previously the case, in terms of identifiable economic, social and military indices, as a result of the expansion of the capitalist world market, but in protean cultural terms, as part of some supposedly enduring 'faultline' between 'Islam' and the 'West'"(HALIDDARY, 2005, p.11).

¹¹⁰ No original: "Understanding the difference between control and mere presence is important for treating ISIL as a political entity with governing ambitions rather than simply an armed group in need of local resources" (RAND, 2017, p.45).

rejeição aos valores ocidentais e ao sistema internacional baseado em Estados, seus líderes tentaram executar um Estado territorial moderno. Segundo esse mesmo autor (2017), o Estado Islâmico não foi o primeiro movimento extremista que combinou medidas violentas, ambições grandiosas e controle territorial¹¹¹.

A partir das contribuições da sociologia histórica atestamos que os Estados modernos se constituíram, basicamente, na articulação entre três tipos de recursos: capital, coerção e legitimidade (RUBIN, 2005, p.95). Tilly e Giddens evidenciaram o peso que a guerra e os meios coercitivos tiveram na formação dos contemporâneos aparatos estatais. Sendo assim, após analisarmos a ascensão e o domínio do autoproclamado Estado Islâmico, concluímos que as bases que sustentaram a organização jihadista de al-Baghdadi foram estruturadas pela autocapitalização do grupo e pela aquisição dos meios coercitivos.

Os outros aspectos salientados por Tilly e Giddens, também fundamentais na criação dos Estados, como a posição no sistema internacional, a soberania externa e interna, não poderiam ser realizados pelo híbrido grupo jihadista. Ainda sim, o EI estabeleceu o monopólio da violência sob o território controlado, procurou legitimar-se perante os povos subjulgados e de alguma forma buscou a pacificação interna (como mostrou Tilly, esse processo ocorreu, em muitos dos casos europeus, mediante cooptação de bens e eliminação de inimigos e rivais).

Quando o grupo ainda era conhecido como Estado Islâmico do Iraque e do Levante, al-Baghdadi e seus membros já buscavam ampliar e diversificar as fontes de financiamento. Mas a partir do momento que conseguiram anexar dezenas de cidades estratégicas ao autointitulado Califado Islâmico, a organização alcançou a autossuficiência financeira por um breve período. Os membros do EI perseguiram a autocapitalização conscientes de que ter capital disponível garante a aquisição dos meios militares (soldados e armamentos) e coercitivos - os quais foram fundamentais para promover a expansão territorial e estabelecer o domínio sob as populações de seu suposto território.

À medida que essas bases de sustentação foram sendo corroídas por diversos fatores o Califado Islâmico foi se esfacelando. Cada cidade reconquistada pelo exército iraquiano ou por outros grupos rebeldes na Síria impactava diretamente nas receitas do EI. Os ataques aéreos russos junto com os bombardeios norte-americanos destruíram boa parte da infraestrutura

¹¹¹ O autor cita como exemplos semelhantes os regimes que emergiram durante as revoluções francesa, russa, chinesa, cubana, cambojana e iraniana.

petrolífera que estava sob controle da organização jihadista. O Governo de Bagdá havia anunciado que em 2016 suspenderia o pagamento dos salários dos funcionários públicos de Mossul e outras áreas dominadas pelos insurgentes.

O Estado Islâmico perdeu praticamente todo o território conquistado durante esses últimos cinco anos, e provavelmente seguirá como uma força guerrilheira, tanto na Síria quanto no Iraque. Stephen Walt (2017) ao redigir o artigo "*What the end of ISIS means*" alerta sobre a imprudência de associar o fim do controle territorial da organização como uma "missão cumprida" e bem-sucedida. O principal problema do Oriente Médio continua sendo a falta de instituições políticas efetivas, agravada pelas constantes ingerências internacionais na região.

Walt aponta as complicações no quadro geopolítico da região com a derrocada do Califado jihadista: a questão dos curdos, o anseio de Assad em restaurar sua autoridade naquela área da Síria, a atuação do Irã¹¹² e da Turquia, a proliferação de novas organizações rebeldes e fundamentalistas. O fato é que a ascensão do Estado Islâmico reconfigurou a geopolítica no Oriente Médio ao ter tornado a imagem do presidente Bashar al-Assad mais palatável e ter aberto o jogo para a intervenção da Rússia nesse xadrez.

No final de 2017, Vladimir Putin voou da Síria para o Egito¹¹³. De lá, o presidente russo foi para a capital da Turquia. Putin tem buscado então exercer o papel de mediador regional (GIELOW, 2017). Essa recente intensificação da presença russa no Oriente Médio denota um esforço do governo de Putin em contrabalancear as influências ocidentais na região. No atual contexto geopolítico, há evidente interferência de Estados como Arábia Saudita e Irã em grande parte dos conflitos internos deflagrados em Estados como: Iêmen, Iraque, Líbia e Síria. Grupos domésticos são apoiados, militar e financeiramente, em decorrência de suas afinidades políticas/ideológicas. Trata-se, portanto, de uma ação deliberada com fins de ampliar influência russa no Oriente Médio.

¹¹² Desde 1979, o Irã demonstra pretensões regionais e disputa poder e influência com a Arábia Saudita. Desde a queda de Saddam Hussein, principalmente após 2006, o Irã passou a se aproximar do Iraque, enviando ajuda financeira e consolidando assim grande influência no território iraquiano. No caso da Síria, Bashar al-Assad recebeu uma enorme quantidade de armas, dinheiro e apoio militar do Irã. Atualmente, a Síria seria quase que um Estado cliente do Irã (BRANCOLI, 2017).

¹¹³ O presidente da Rússia tem mostrado empenho em construir laços militares e políticos com o Egito (GIELOW, 2017).

Nosso trabalho concentrou-se na análise dos fundamentos materiais que possibilitaram a sustentação do autoproclamado Estado Islâmico. Questões importantíssimas, infelizmente, não puderam ser abarcadas nessa pesquisa. Os fundamentos ideológicos que moveram os jihadistas nessa empreitada, a força de recrutamento global que o grupo alcançou, bem como a complexa geopolítica que envolve a região do Oriente Médio são elementos fundamentais para o aprofundamento da compreensão sobre o relativo objeto de estudo. Assim, deixamos esses temas imprescindíveis como novas propostas para futuras agendas de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDUL-AHAD, G. **The bureaucracy of evil: how Islamic State ran a city.** 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/cities/2018/jan/29/bureaucracy-evil-isis-run-city-mosul>>. Acesso em: 19 mar 2018.

ANJOS, A. B. **Nasser: O Estado Islâmico é muito mais perigoso que a Al-Qaeda.** Fórum, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/11/15/nasser-o-estado-islamico-e-muito-mais-perigoso-que-a-al-qaeda/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

AZENHA, M. **Reginaldo Nasser: “Tensão entre Irã e Arábia Saudita ameaça combate ao Estado Islâmico”.** Brasileiros, 2016. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/01/tensao-entre-ira-e-arabia-saudita-ameaca-o-combate-ao-estado-islamico-diz-professor-de-relacoes-internacionais/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BARNARD, A.; SAAD, H. **Raqa, ISIS ‘Capital,’ Is Captured, U.S.-Backed Forces Say.** 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/10/17/world/middleeast/isis-syria-raqa.html>>. Acesso em: 05 jan 2018.

BBC BRASIL. **As imagens que mostram que o Estado Islâmico ainda ameaça o Iraque.** 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-42841162>>. Acesso em: 05 jan 2018.

BBC BRASIL. **Como o Estado Islâmico pode se transformar diante da perda de seu território.** 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40554052>>. Acesso em: 05 jan 2018.

BBC BRASIL. **Entenda as diferenças e divergências entre sunitas e xiitas.** BBC Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_diferencas_sunitas_xiitas_muculmanos_lab>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BBC BRASIL. **O que significa a vitória contra o Estado Islâmico em Mossul, cidade onde grupo criou seu califado.** 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40543469>>. Acesso em: 15 nov 2017.

BBC BRASIL. **Retomada de Raqa representa o fim do Estado Islâmico?.** 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41664071>>. Acesso em: 05 jan 2018.

BBC NEWS. **Is so-called Islamic State finished?.** Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-37550300>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BBC NEWS. **Islamic State group 'lost quarter of territory' in 2016.** BBC News, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-38641509>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRANCOLI, F. L. Islã Político, Direitos Humanos e Democracia: Rearticulações e Possibilidades. **Monções**, v. 3, n. 6, p. 149-168, 2015.

BUNZEL, C. **From Paper State to Caliphate: The Ideology of the Islamic State**, Analysis Paper no. 19. Washington, D.C.: Brookings Institution, Center for Middle East Policy, 2016.

BURKE, J. **Rise and fall of Isis: its dream of a caliphate is over, so what now?** 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/oct/21/isis-caliphate-islamic-state-raqa-iraq-islamist>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

BYMAN, D. Understanding the Islamic State. **International Security**, Spring, p. 127-65, 2016. https://doi.org/10.1162/ISEC_r_00235

CALFAT, N. N. O Estado Islâmico do Iraque e do Levante: Fundamentos políticos à violência política. **Conjuntura Austral**, v. 6, n. 31, p. 6-20, 2015. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.53819>

CASTNER, B. **Exclusive: Tracing ISIS' Weapons Supply Chain—Back to the US**. 2018. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2017/10/23/what-the-end-of-isis-means/>>. Acesso em: 30 jan 2018.

CHANG, H. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. UNESP, 2004.

COCKBURN, P. **A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da “Guerra ao Terror” e a ascensão jihadista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

DN. **Anunciada conquista da cidade de Tal Afar ao grupo Estado Islâmico**. 2017. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/pm-iraquiano-anuncia-conquista-da-cidade-de-tal-afar-ao-estado-islamico-8739855.html>>. Acesso em: 05 jan 2018.

ESPOSITO, J. L. **Islam: The straight path**. Oxford University Press, 2016.

FERREIRA, M. M. A.; MARCONI, C. A. **Marrielle Maia e Claudia Marconi discutem os cursos de Relações Internacionais no Brasil**. Chutando a Escada, 11 out. 2017. Podcast. 1 MP3 (80 min.). Disponível em: <<http://www.chutandoaescada.com.br/2017/10/11/chute-023-marrielle-maia-e-claudia-marconi-discutem-os-cursos-de-relacoes-internacionais-no-brasil/>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

GIDDENS, A. Dimensões da modernidade. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 4, p. 237-251, 1988.

GIDDENS, A. **Estado-nação e a Violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. EDUSP, 2008.

GIELOW, I. **Putin canta vitória na guerra síria e amplia ação no Oriente Médio**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1942330-putin-visita-base-russa-na-siria-e-anuncia-saida-de-tropas-do-pais.shtml>>. Acesso em: 05 jan 2018.

GOMES, A. T.; XAVIER, E. Al Qaeda. In: TEIXEIRA, R. C.; RAMOS, L. C. S. (Org.). **Conflitos do Século 21**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017, p. 139-187.

HALLIDAY, F. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511790829>

HILL, J. N. C. Challenging The Failed State Thesis: IMF And World Bank Intervention And The Algerian Civil War. **Civil Wars**, v. 11, n. 1, p. 39-56, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**: Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HORTON, A. **ISIS stole U.S.-supplied rockets weeks after they arrived in Syria, report says**. 2017. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/news/checkpoint/wp/2017/12/14/how-u-s-weapons-helped-isis-fuel-the-industrial-revolution-of-terrorism/?noredirect=on&utm_term=.470a8fa363d4>. Acesso em: 05 jan 2018.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index 2016**. Institute for Economics & Peace, 2016. Disponível em: < <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2016/11/Global-Terrorism-Index-2016.2.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

KHATIB, L. **The Islamic State's Strategy**: Lasting and Expanding, Carnegie Middle East Center Paper. Beirut, Lebanon, June, 2015.

KUENSSBERG, L. **O que relatório britânico de 2,6 milhões de palavras conclui sobre 3 questões-chave da Guerra do Iraque**. BBC Brasil, 2016. Disponível em:

<<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36722521>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

LUAB, Z. **The Islamic State**. Council on Foreign Relations, 2016. Disponível em:

<<https://www.cfr.org/backgrounder/islamic-state> >. Acesso em: 20 jun. 2017.

MACHADO, L. **O ouro negro do Estado Islâmico**. PET Relações Internacionais PUC-SP, 2016. Disponível em: <<https://petipuc.wordpress.com/2016/06/29/o-ouro-negro-do-estado-islamico/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MALESEVIC, S. Violência, Poder e Estado-Nação: uma avaliação sociológica. **Tensões Mundiais**, v. 2, n. 3, p. 12-47, dez, 2006.

MANN, Michael. The Autonomous Power Of The State: Its Origins, Mechanisms And Results. **European Journal of Sociology/Archives européennes de sociologie**, v. 25, n. 2, p. 185-213, 1984. <https://doi.org/10.1017/S0003975600004239>

MCCARTHY, N. **Where ISIS Gets Its Weapons**. 2017. Disponível em:

<<https://www.statista.com/chart/12330/where-isis-gets-its-weapons/>>. Acesso em: 05 jan 2018.

MENDES, F. P. Guerra, Guerrilha e Terrorismo: uma Proposta de Separação Analítica a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz. **Carta Internacional**, v. 9, n. 2, p. 96-108, 2014.

MONK, D. B. 'Who's Afraid of ISIS?' Security doxa and the doxa of insecurity. **Critical Studies On Security**, v. 6, n. 1, p.1-7, 2018. <https://doi.org/10.1080/21624887.2018.1448168>

NAPOLEONI, L. **A Fênix Islamista**: O Estado Islâmico E A Reconfiguração Do Oriente Médio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

NASSER, R. M. **A lógica da tragédia síria segundo Reginaldo Nasser**. Outras Palavras, 2017. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/reginaldonasser/category/terrorismo/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NASSER, R. M. As Falácias Do Conceito De “Terrorismo Religioso”. In: MELLO E SOUZA, A.; NASSER, R. M.; MORAES, R. F. (Org.). **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: Reflexões sobre o Terrorismo no Século XXI**. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014.

NASSER, R. M. **O que move o Estado Islamico?**. Carta na Escola, 2015. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/o-que-move-o-%E2%80%A8estado-islamico/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NASSER, R. M. **Terrorismo: as realidades incômodas – e ocultadas**. Outras Palavras, 2016. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/reginaldonasser/2016/07/05/terrorismo-as-realidades-incomodas-e-ocultas/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

REUTERS. **Arms supplied by U.S., Saudi ended up with Islamic State, researchers say**. 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-iraq-arms/arms-supplied-by-u-s-saudi-ended-up-with-islamic-state-researchers-say-idUSKBN1E82EQ>>. Acesso em: 05 jan 2018.

ROBINSON, E. et al. **When the Islamic State Comes to Town: The Economic Impact of Islamic State Governance in Iraq and Syria**. California: RAND Corporation, 2017. <https://doi.org/10.7249/RR1970>

RUBIN, B. R. Constructing Sovereignty For Security. **Survival**, v. 47, n. 4, p. 93-106, 2005. <https://doi.org/10.1080/00396330500433357>

SCHIOCCHET, L. Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo: A Construção Do Oriente Médio e a Primavera Árabe. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 2, ago. 2011.

STERN, J.; BERGER, J. M. **ISIS: The State Of Terror**. HarperCollins, 2016.

THE GUARDIAN. **Iraq invasion was about oil**. The Guardian, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/earth-insight/2014/mar/20/iraq-war-oil-resources-energy-peak-scarcity-economy>>

THE WEEK. **Where does Islamic State get its weapons?**. 2017. Disponível em: <<http://www.theweek.co.uk/90460/where-does-islamic-state-get-its-weapons>>. Acesso em: 05 jan 2018.

TILLY, C. **Coerção, Capital E Estados Europeus (990-1992)**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, C. War Making and State Making as Organized Crime. In: CHARLES EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. **Bringing the State Back**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511628283.008>

WALT, S. M. **ISIS as Revolutionary State: New Twist on an Old Story**. 2017. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/isis-revolutionary-state>>. Acesso em: 05 jan 2018.

WALT, S. M. **What the End of ISIS Means**. 2017. Disponível em:
<<http://foreignpolicy.com/2017/10/23/what-the-end-of-isis-means/>>. Acesso em: 05 jan 2018.

XAVIER, E. P. **Construção Do Estado, Comunidade Política E Segurança**. 2006. 217 f.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais,
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.